



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – RIO CLARO**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**JUVENTUDE EXCLUÍDA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM
OLHAR A PARTIR DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO**

MICHELE CRISTINA PEDROSO CECARELLI

Rio Claro - SP

Julho 2021

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**JUVENTUDE EXCLUÍDA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM
OLHAR A PARTIR DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO**

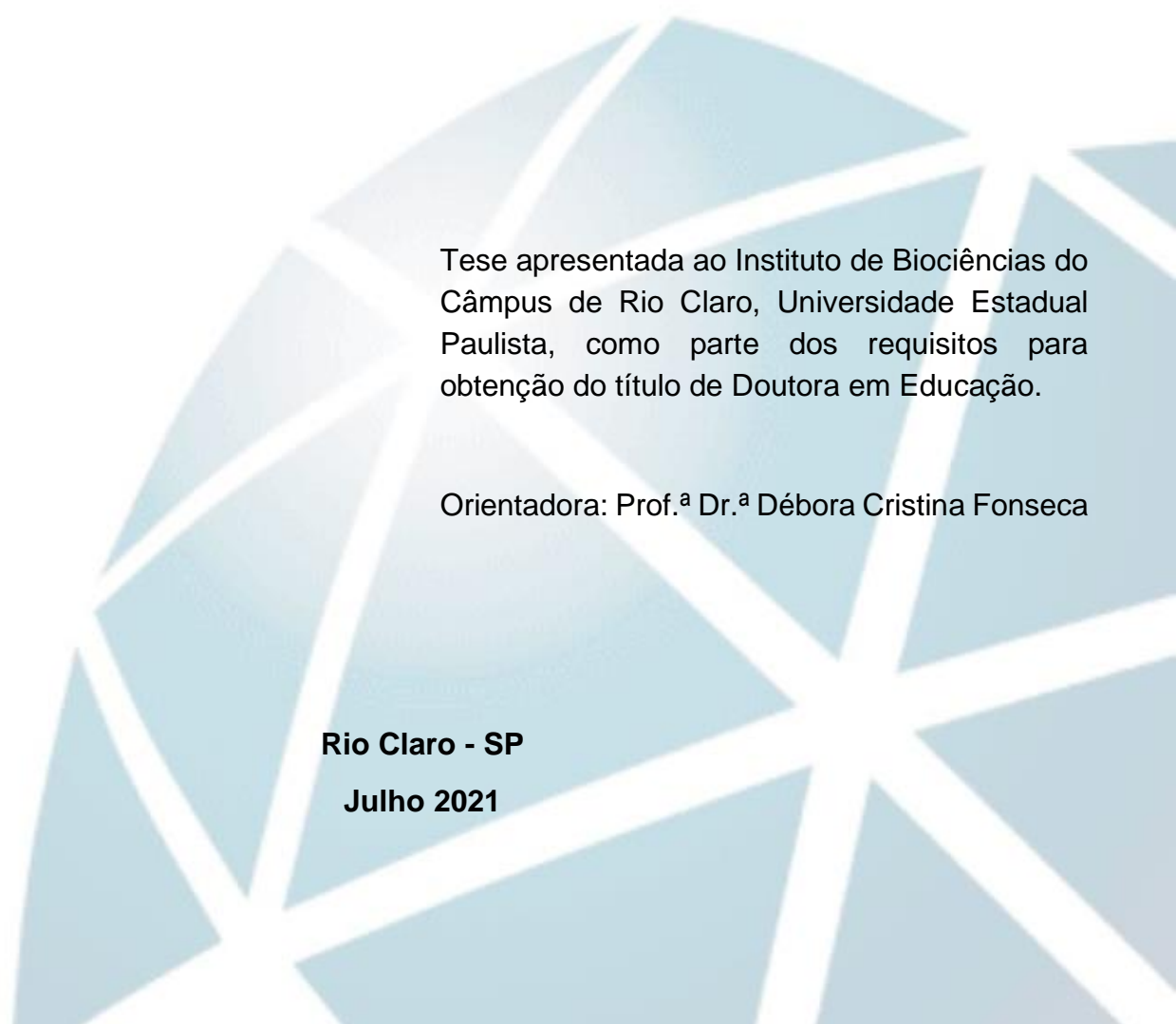
MICHELE CRISTINA PEDROSO CECARELLI

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do
Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual
Paulista, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Fonseca

Rio Claro - SP

Julho 2021



C387j

Cecarelli, Michele Cristina Pedroso

Juventude excluída e políticas públicas : um olhar a partir de estudantes de ensino médio / Michele Cristina Pedroso

Cecarelli. -- Rio Claro, 2021

190 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientadora: Débora Cristina Fonseca

1. Jovens. 2. Políticas públicas. 3. Exclusão. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO


TÍTULO DA TESE: **JUVENTUDE EMPOBRECIDA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR A PARTIR DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO**

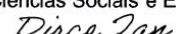
AUTORA: MICHELE CRISTINA PEDROSO CECARELLI

ORIENTADORA: DEBORA CRISTINA FONSECA

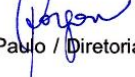
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. DEBORA CRISTINA FONSECA (Participação Virtual) 
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. MARIA CRISTINA PIANA (Participação Virtual) 
Departamento de Serviço Social / UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Franca / SP

Profa. Dra. DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Sociais e Educação - Faculdade de Educação / UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas - SP 

Profa. Dra. JOYCE MARY ADAM (Participação Virtual) 
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. CLAUDIA APARECIDA SORGON SCOTUZZI (Participação Virtual) 
Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo / Diretoria de Ensino de Limeira - SP

Rio Claro, 20 de julho de 2021

Título alterado para:
JUVENTUDE EXCLUÍDA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR A PARTIR DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

AGRADECIMENTOS

A idealização desta pesquisa e todo o percurso até a concretização desta tese de Doutorado foi muito mais que uma realização pessoal e profissional. Durante toda a trajetória, pude aprender muito, crescer e amadurecer enquanto pesquisadora, profissional da área da educação e como pessoa.

Estudar a população jovem é se envolver, buscar compreender e encarar difíceis paradigmas e situações intrínsecas à nossa nação, desigualdades e preconceitos.

Tenho certeza de que a concretização deste estudo não é fruto somente do meu esforço, mas também da colaboração e participação de diversas pessoas, às quais agradeço sinceramente:

Primeiramente, agradeço a Deus por me possibilitar tornar este sonho uma realidade, por me amparar e dar sabedoria nos momentos difíceis, mostrando-me a saída e os caminhos a seguir, levando-me à realização da pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca, por ter me acolhido de forma generosa e se dedicado à orientação, me auxiliando, apoiando e participando da finalização deste estudo.

À Profa. Dra. Leila Maria Ferreira Salles (*in memoriam*) que foi um grande exemplo de pessoa, profissional, professora, orientadora e ser humano. Por não ter me deixado desistir, por ter me ensinado muito mais que se poderia imaginar e esperar; por ter sido luz, afeto, tranquilidade e guia durante todo o tempo em que convivemos.

As grandes contribuições dos membros da banca, Prof^a Dr^a Dirce Djanira Pacheco e Zan, Prof^a Dr^a Maria Cristina Piana, Prof^a Dr^a Joyce Mary Adam e Prof^a Dr^a Claudia Aparecida Sorgon Scotuzzi pela sabedoria e olhar consciente sobre a temática, visando auxiliar e aprimorar o estudo, análise e compreensão sobre o trabalho e resultados obtidos.

A toda minha família e meu marido Lucas, por todo o apoio, incentivo, auxílio e respaldo nestes anos, não apenas da realização da tese de doutorado.

Aos meus amigos que participaram em momentos de discussão e reflexão, assim como, em outros de descanso e leveza em meio às diversas fases, necessidades e obrigações do estudo e rotina diária.

A escola participante dessa pesquisa, pela disponibilidade e acolhimento com que me abriram as portas e possibilitaram a realização desta.

Aos jovens participantes do estudo pelo fundamental comprometimento na participação da pesquisa.

A Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Rio Claro pelo incentivo e auxílio, na medida em que me ofertou possibilidades para que, enquanto docente efetiva, eu conseguisse desenvolver esta pesquisa.

Enfim, para todos que de alguma forma colaboraram para a realização desse trabalho.

“Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

(SANTOS, 2003, p.18)

RESUMO

Esse estudo buscou ampliar a discussão sobre as políticas públicas que são direcionadas à população jovem do país, onde foi possível evidenciar que estes não conseguem ou conseguem, de forma precária, ter acesso aos programas que possam viabilizá-las. Esse trabalho teve como objetivo compreender o alcance das políticas públicas na população jovem residente na periferia e investigar as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem; para tal, foram aplicados questionários e realizados grupos focais com jovens de ensino médio residentes na periferia. Os jovens participantes da pesquisa relatam receber pouco ou nenhum apoio para os problemas que enfrentam em seu cotidiano e acabam por depositar suas expectativas relacionadas ao futuro em uma escola de baixa qualidade, em uma qualificação profissional precária e ao ingresso precoce no mundo do trabalho, independente das condições disponíveis. A maioria dos programas que os jovens conseguem ter acesso estão relacionados a uma formação para o mundo do trabalho, porém essa não consegue corresponder às expectativas destes que não querem apenas ser institucionalizados, confinados, padronizados e segregados e que somente conseguem ter acesso aos programas precários. A juventude participante desta pesquisa se caracteriza por sujeitos com muitas expectativas, poucas realizações, mas sobretudo como indivíduos que cotidianamente vivenciam diversas dificuldades relacionadas às questões sociais. Estes deveriam ser o foco dos programas que viabilizam políticas públicas direcionadas à juventude e que têm como incumbência a primazia na elaboração e garantia dos direitos dessa população, assim como está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e no Estatuto da Juventude (2013). Defendemos nessa pesquisa que os jovens são sujeitos históricos, sociais e culturais que são portadores de direitos, independente da classe social, gênero ou raça. Porém, quando falamos dos jovens residentes na periferia, a realidade que vivenciam é distinta.

Palavras chaves: jovens, políticas públicas, exclusão.

ABSTRACT

This study search to expand a discussion about public policies that are aimed at the youth of the country, where it was possible to show that they can not or can precariously to have access to programs that can make public policies viable. This work aimed to understand the reach of public policies in the youth population living in the periphery and to investigate the strategies they use to face the situations of exclusion in which they live; through the application of questionnaires and focus groups with high school youths that's lives in the periphery. The youths report that receiving a little or none support for the problems they face in their daily lives and end up placing their expectations regarding the future in a low-quality school, in a precarious professional qualification and early entry into the world of work, regardless of the available conditions. The most of programs that the youths can have access are related to training for the world of work, but this can not meet expectations that do not just want to be institutionalized, confined, standardized and segregated and that they just have access to precarious programs. The youth participants of this research stands out for being subject to many expectations, demands, but above all as they daily experience various difficulties related to social issues. These should be the focus of programs that enable public policies aimed at youth and whose task is the primacy in provision and guarantee of the rights of this population, as provided for in the Child and Adolescent Statute (1990) and the Youth Statute (2013). We defend in this research that youths are historical, social and cultural subjects who are holders of rights, regardless of social class, gender or race. However, when we talk about youths living in the periphery, the reality they experience are different.

Key words: youth, public policies, exclusion

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Objetivos.....	15
1.POLÍTICA E DIREITOS SOCIAIS	17
1.1. Políticas e políticas públicas	17
1.2. Os direitos.....	22
1.3. As leis e a garantia de direitos	26
1.3.1. As leis de proteção à criança e ao adolescente	27
1.3.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	29
1.3.3. O Estatuto da Juventude	34
1.3.4. Algumas considerações sobre as legislações.....	39
1.4. As políticas públicas e a garantia de direitos dos jovens.....	43
2. OS JOVENS	50
2.1. Jovens e Juventude	50
2.2. Pobreza, negritude e exclusão social.....	53
3. OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	73
3.1. A pesquisa	73
3.1.1 População e lócus da coleta de dados.....	73
3.1.2. Contato com a escola	74
3.1.3. Conhecendo os jovens	77
3.2. Análise de conteúdo	81
4. OS JOVENS E AS POLÍTICAS NO MUNICÍPIO	83
4.1. Os Jovens da pesquisa.....	83
4.2. Programas direcionados aos jovens do município	90
4.3. A participação dos jovens nos programas.....	95
5. A PERSPECTIVA DOS JOVENS.....	100
5.1. Educação, trabalho e renda	100
5.2. Cultura e arte na vida de jovens pobres.....	126
5.3. Programas presentes na vida dos jovens	131
5.3.1. Projovem	131
5.3.2. Guarda Mirim.....	143
5.3.3. SENAI.....	149

5.3.4. UDAM.....	151
5.4. A (não) participação dos jovens nos programas	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS	179
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..	181
APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	184
APÊNDICE D - ROTEIRO UTILIZADO NOS GRUPOS FOCAIS	186
ANEXO A - APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA	190

INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver a presente pesquisa surgiu a partir da realização de estudo apresentado na dissertação de mestrado denominada “Juventude e políticas públicas: uma análise dos programas direcionados aos jovens da periferia urbana”, financiada pela FAPESP com bolsa de mestrado e defendida na UNESP de Rio Claro, no ano de 2014.

A pesquisa relatada acima, desenvolvida pela autora deste trabalho, e parte desta pesquisa de doutorado estiveram sob orientação da Prof^a Dr^a Leila Maria Ferreira Salles (em memória) até o início de 2020.

A dissertação realizada teve como intuito investigar as concepções e objetivos que fundamentam as ações e programas sociais direcionados aos jovens, desenvolvidos em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Para tanto, foi efetuado o mapeamento dos programas sociais, examinando os seus objetivos e suas atividades, identificada e analisada a concepção de juventude que os fundamenta. O levantamento evidenciou que, no total, 17 programas estavam em execução no ano de 2013, na cidade objeto de estudo. Foram analisados os documentos referentes a cada um destes programas, disponibilizados por eles ou em seus sítios e entrevistados membros gestores de vários projetos. O estudo evidenciou que a população alvo dos programas é caracterizada pelos coordenadores e nos documentos disponibilizados, como uma juventude pobre e vulnerável, sem valores, tendencialmente má, proveniente de famílias desestruturadas e incapazes de educar seus filhos, suscetível a muitas experiências negativas, como abuso de drogas e protagonismo de atos violentos (PEDROSO, 2014).

Tanto os programas focados na profissionalização/educação, como aqueles voltados à área de cultura/lazer, saúde, assistência social e abrigo mostravam-se com o objetivo, segundo os coordenadores entrevistados e documentos analisados, de “promover a inclusão social” ou “contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais”, convergindo para a mesma finalidade: proteger os jovens, contribuindo para a inclusão desta população, a qual sem esta ação, tenderia a permanecer em uma situação de vulnerabilidade social. Há uma preocupação constante em controlar o que os jovens fazem no tempo livre, entendido como contraturno escolar pois a ociosidade contribuiria

para que adentrassem ao crime. Ter programas e ações voltados à juventude pobre sem, no entanto, problematizar o que isto significa, está presente nos documentos e nos depoimentos dos coordenadores entrevistados. (PEDROSO, 2014).

O estudo de mestrado também evidenciou que uma parcela significativa dos programas direcionados aos jovens de uma cidade do interior de São Paulo focam a educação escolar, exigindo frequência obrigatória à escola, e a profissionalização, entendendo que a inserção no mercado de trabalho evita que sigam o caminho da marginalidade. Porém, como afirmam Frezza, Maraschin e Santos (2009), frente às dificuldades para efetivamente se atuar na inserção no mercado de trabalho, resta aos responsáveis pelos programas, discursos sobre a importância da educação, da superação e do fortalecimento da cidadania, o que inclusive serve como justificativa para a existência dos próprios programas.

Além da pesquisa de mestrado mencionada acima, o interesse em desenvolver esta pesquisa de doutorado partiu também da participação no grupo de pesquisa “Jovens, educação e violência” registrado pelo CNPq, junto ao qual a autora da tese elaborou dois trabalhos de Iniciação Científica, financiados pelo CNPq, através da bolsa PIBIC. Estes trabalhos estão vinculados à pesquisa denominada “Violência de jovens e violência escolar: estudo sob a ótica do imaginário escolar e da inserção social”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Programa Especial: Ensino Público (Processo n.2010/09317-9), o qual teve como objetivo investigar o modo de inserção de duas escolas e dos jovens na comunidade, caracterizar o imaginário dos jovens sobre a escola e sobre seus projetos de vida e o imaginário dos educadores sobre o significado da escola para os jovens, visando à prevenção da violência no âmbito escolar.

Os sujeitos das pesquisas relatadas acima e do presente estudo são jovens pertencentes a faixa etária de 15 a 29 anos, tal como definido pelas Lei 11.129/2005 e Lei 12.852/2013; o que, entretanto, não esgota a questão, pois se a faixa etária comum pode ser considerada um fator que iguala pessoas pertencentes a ela, a representação que se tem de jovem não é única. Dayrell (2003) enfatiza que a juventude é uma construção histórico-social. Assim, segundo o autor, construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Os

jovens, enquanto sujeitos sociais, constroem um determinado modo de ser que se torna típico de uma época social e que pode ser verificada no cotidiano de vida jovem.

De acordo com Robinson (2010), embora juventude seja um segmento com características e necessidades próprias, que são compartilhadas entre si e definidas pela faixa etária, e que distinguem pessoas jovens de outros grupos etários, há uma diversidade de modos de vivenciar essa etapa da vida. Salles, Silva e Fonseca (2014) afirmam que ao se estudar a juventude, os dois polos da relação devem ser considerados: “juventude refere-se a uma etapa de vida que, porém, é vivida de forma distinta segundo os estratos sociais aos quais os jovens pertencem” (SALLES; SILVA; FONSECA, 2014, p.60). Neste mesmo sentido, Kafrouni (2009) diz que há uma separação histórica entre duas juventudes: a juventude das elites e a juventude pobre, sendo a última alvo de políticas públicas especificamente voltadas aos jovens.

Os jovens pobres vivenciam o que denominamos como exclusão social, a qual utilizaremos a definição dada por Salles, Silva e Fonseca (2014) que relata que a exclusão social está relacionada a um desajustamento familiar associado às dificuldades escolares, situações de violência, criminalidade e de delinquência juvenil, o que contribui para a identificação dos jovens da periferia como sujeitos perigosos, facilitando assim a imposição de políticas públicas que promovam a segregação e também o confinamento desta população.

Situações de exclusão parecem fazer parte do cotidiano dos jovens alvo das políticas públicas quando se utiliza como referência as entrevistas realizadas durante a pesquisa de mestrado. Todos os coordenadores entrevistados afirmaram que os programas coordenados por eles são direcionados aos jovens em situação de vulnerabilidade e que a atuação visava, principalmente, tirar os jovens da situação de exclusão em que se encontravam, para evitar que se tornassem ou mesmo que deixassem de ser um problema social (PEDROSO, 2014).

Os sujeitos foco da pesquisa desenvolvida nesta tese são jovens que se encontram excluídos da sociedade ou em processos de exclusão social e que constituem o público-alvo das políticas públicas. Neste sentido, buscamos o outro lado de entendimento dessas políticas em relação ao que foi estudado no mestrado.

Os jovens excluídos pouco fazem uso dos programas estudados na dissertação de mestrado e, mesmo quando os utilizam, questiona-se o quanto estes podem colaborar para que o jovem transpasse a situação de exclusão em que se encontra. O estudo realizado por Germano e Colaço (2012) mostrou que os jovens de populações menos favorecidas, economicamente ou consideradas em situação de vulnerabilidade social, percebem o poder público como ineficaz ou ausente e se refugiam na família e em seus próprios recursos pessoais para enfrentar as situações adversas em que vivem. Para as autoras, as redes de apoio, entendidas como uma trama de relações sociais articuladas na qual as pessoas se movem em busca de auxílio, ocorrem tanto no plano microssocial: da família, dos amigos e dos grupos sociais mais próximos; como no plano macrossocial: das políticas públicas. Na medida em que a atuação macrossocial é percebida como limitada em seu alcance, as relações pessoais tornam-se base para a superação das dificuldades, sejam cotidianas ou não. As autoras alertam para a importância de se analisar os esquemas de ação adotados pelos jovens, visando superar as dificuldades que vivenciam, em geral associadas às condições financeiras da família.

Nesta pesquisa, dando continuidade à anterior, pretende-se ouvir os jovens, de modo que eles possam elucidar questões relacionadas às políticas públicas e as situações de exclusão que vivenciam.

Assim, nesse trabalho, pretendeu-se investigar: Por que os programas são até certo ponto, restritos aos jovens mais integrados socialmente? Seria a pouca participação dos jovens nos programas, mesmo de forma indireta, um questionamento a eles? Quais são os jovens que os programas sociais induzidos por políticas públicas atingem? Como os jovens chegam a eles? Quais são os limites de alcance desses programas que podem estar restritos a parcela da juventude que, embora pertencente aos estratos sociais mais empobrecidos da população, se mostra mais integrada socialmente? Por que alguns jovens se mantêm distantes desses programas? Como os jovens que não procuram projetos sociais enfrentam a questão da inserção/exclusão social? E, neste caso, a que meios recorrem? Enfim, isto tudo aponta para algumas questões que serão investigadas no decorrer deste trabalho.

Partimos do pressuposto de que o alcance das políticas públicas direcionadas aos jovens é limitado, na medida em que a inclusão social que

promovem é uma inclusão excludente em concordância com a definição proposta por Kuenzer (2005). Ou seja, estas políticas visam contribuir para que os jovens tenham acesso à escolarização e ao primeiro emprego, porém estas se caracterizam como excludentes já que seu alcance é limitado, tanto quando a referência é a escolarização como quando é o emprego.

Esta pesquisa pretende, portanto, colaborar na compreensão dos questionamentos apresentados acima.

Objetivos

Este estudo teve por objetivo compreender o alcance das políticas públicas na população jovem residente na periferia e investigar as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

Constituem-se como objetivos específicos deste estudo:

- Analisar as diretrizes que fundamentam políticas públicas nacionais: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Estatuto da Juventude.
- Compreender motivos pelos quais alguns jovens participam de programas induzidos por políticas públicas, enquanto outros se mantêm distantes deles.
- Investigar de que forma as políticas públicas para a juventude se fazem ou não presentes nas narrativas e histórias de vida dos jovens.
- Investigar as estratégias, às quais os jovens recorrem para enfrentar as situações de exclusão e a relação que estabelecem com os programas induzidos por políticas públicas.

Esse trabalho está organizado em seis seções:

As duas primeiras seções desse trabalho tratam de levantamento bibliográfico realizado sobre temas relacionados à pesquisa, de modo a contribuir para a fundamentação e compreensão da temática objeto deste estudo. O levantamento bibliográfico realizado foi pautado em artigos, dissertações, teses e livros acessados através dos bancos de dados da CAPES (Banco de teses e dissertações), Scielo e acervo digital e impresso da UNESP,

que contemplam os temas da pesquisa, de modo a viabilizar maior compreensão e entendimento acerca do alcance das políticas públicas para a população jovem e as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

A primeira seção denominada “Política e direitos sociais” traz a definição dos conceitos de políticas, políticas públicas, direitos; uma breve análise do ECA (BRASIL, 1990) e do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) e reflexão sobre os jovens enquanto sujeitos de direitos.

A seção 2, intitulada “Os jovens”, traz a definição de jovem, juventude e apresenta reflexões sobre a juventude empobrecida moradora nas periferias urbanas.

A seção 3 desse trabalho, denominada: “Os caminhos da pesquisa”, descreve toda a trajetória desenvolvida no curso desse estudo.

A seção 4, intitulada “Os jovens da pesquisa e os programas do município”, apresenta a caracterização dos jovens participantes dessa pesquisa e os projetos disponíveis para eles no município estudado.

A seção 5, denominada “A perspectiva dos jovens”, traz os dados obtidos nos grupos focais com os jovens participantes da pesquisa.

E, por fim, nas “Considerações finais” são apresentadas as principais percepções sobre o trabalho desenvolvido.

1.POLÍTICA E DIREITOS SOCIAIS

Esta seção tem como objetivo caracterizar a definição dos conceitos de política, políticas públicas e políticas sociais e a importância em compreendermos os sujeitos de nossa sociedade como portadores de direitos que devem ser respeitados e garantidos. Será apresentada a análise sobre as duas principais leis que orientam a atuação das políticas direcionadas aos jovens: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude. Trataremos, também, a questão dos jovens enquanto sujeitos de direitos que devem ser viabilizados por meio de políticas públicas.

1.1. Políticas e políticas públicas

De acordo com Chauí (2003), o conceito política tem origem greco-romana, em grego *tapolitika* de origem de *polis*. Onde *polis* é a cidade organizada que é formada por cidadãos (*politikos*), caracterizados como homens nascidos na cidade, considerados livres e iguais, portadores de direitos de igualdade perante a lei, e que têm direito a expor suas opiniões sobre a cidade, sendo a *tapolitika* os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos como, por exemplo, as leis. A política, segundo a autora, portanto, está em sua origem relacionada a valorização do humano, do pensamento que é público, ensinado, transmitido e discutido, na medida em que, o discurso político se constitui como palavra humana compartilhada, como diálogo, discussão e decisão racional.

Segundo Chauí (2003), a definição de política é paradoxal na medida em que pode ser definida como algo geral, que diz respeito à sociedade como um todo, como no caso da definição das leis e costumes, na garantia de direitos e obrigações, oportunizando espaços para reivindicação, resistência e desobediência. Ao mesmo tempo é considerada, também, como algo longe do alcance da população em geral, sendo apontada como perversa e maléfica à sociedade, que acaba por reduzir a política a ações de especialistas e profissionais.

De acordo com Pereira (2009), no decorrer do tempo, a definição do termo política tem se transformado, perdendo assim o seu sentido original, porém permanecendo o Estado como o centro da atividade política. A política se

constitui para a autora como um imperativo de convivência entre os diferentes sujeitos que se organizam coletivamente para atingir seus objetivos:

[...] Desta forma, a política não é inerente à natureza dos homens, mas resulta do imperativo de convivência entre eles, que não apenas são diferentes do ponto de vista da idade, do sexo, da cor, da etnia, mas possuem valores, crenças, opiniões e ideologias distintas. (PEREIRA, p.88, 2009)

A política em nossa sociedade democrática se coloca como um instrumento de consenso, podendo ser definida, de acordo com Pereira (2009), em seu sentido mais recente e restrito, relacionada as ações do Estado diante das demandas e necessidades da sociedade, tendo então a conotação de política pública.

A política pública faz parte do ramo do conhecimento intitulado *policy science* que surgiu após a segunda guerra mundial, devido à necessidade de compreender a dinâmica estabelecida entre governos e cidadãos.

De acordo com Pereira (2009), a política pública destaca-se por ter como objeto privilegiado o que os governos efetivamente fazem, não sendo, porém, considerada como proveniente somente do Estado, na medida em que a sociedade também exerce papel ativo e decisivo, onde o termo público é utilizado por este ser muito mais abrangente do que o termo estatal.

A política pública não pode ser considerada como de responsabilidade somente do Estado, já que todos os sujeitos da sociedade também podem se fazer presentes, podendo atuar de forma decisiva. Essa serve como orientação para a ação política do Estado, de modo que possibilite a este concretizar os diversos direitos garantidos nas leis, onde o interesse comum e a garantia das necessidades sociais devem ser soberanos, baseando-se, portanto, nas carências da sociedade.

A política pública engloba a política social, na medida em que a segunda pode ser considerada como uma espécie de categoria presente nela. As políticas sociais, por sua vez, podem ser utilizadas para compreender ações voltadas à juventude brasileira de periferia, que é o público desta pesquisa.

Segundo Behring (2006), a discussão sobre políticas sociais é um tema complexo, que está associado a constituição da sociedade burguesa, e do modo capitalista de produzir e reproduzir. Essa discussão do papel do Estado surgiu

em nossa sociedade por volta dos séculos XVI e XVII. Segundo a autora, a política social ocupa posição político-econômica a partir do período histórico fordista-keynesiano, que apresenta movimentação ora objetiva e ora subjetiva:

[...] portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Sem esse olhar, pode ficar prejudicada a luta política em torno das demandas concretas dos trabalhadores, frequentemente obstaculizadas, hoje pela alardeada "escassez de recursos". A luta no terreno do Estado - espaço contraditório, mas com hegemonia do capital - requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. (BEHRING, 2006, p.24)

Segundo Piana (2009), as políticas sociais se originaram na convergência dos movimentos de ascensão do capitalismo, sendo, portanto, relacionadas intrinsecamente à evolução do capitalismo, como a Revolução industrial, as lutas de classes e o desenvolvimento de intervenções do Estado.

Neste mesmo sentido, Behring e Boschetti (2006) relatam que as políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e respostas as formas de enfrentamento às questões sociais presentes no capitalismo, que tem como fundamento a exploração do capital sobre o trabalho e a luta de classes:

[...] a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.64)

O surgimento das políticas sociais possui, portanto, em sua base, os movimentos e reivindicações da classe trabalhadora. No Brasil, as políticas sociais estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social.

A política social está no centro do debate econômico e político atual, onde essa se constitui, de acordo com Behring e Boschetti (2006), como uma estratégia política e econômica, decorrente de uma "*crise de legitimação política articulada à queda dos gastos na área social*", já que os serviços sociais e o

oferecimento de benefícios são necessários para a vida de milhares de famílias, além de se tratar também de uma conquista dos trabalhadores decorrente da luta de classes.

A política social encontra-se em meio a um debate ao mesmo tempo econômico e político, na medida em que, segundo Behring (2006), a política social ao mesmo tempo em que defende condições dignas de existência, atende também às necessidades do capital, sendo esta responsável pela produção e reprodução das diversas relações sociais estabelecidas.

Conclui-se, então, que a tradição marxista propicia fecundos argumentos para uma explicação do significado social da política social na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais no capitalismo de ontem e de hoje, afirmação que, evidentemente, contesta o ambiente intelectual deste final de século. A crítica da economia política marxista é, na verdade, referência imprescindível, embora não absoluta, para enfrentar os desafios postos pela realidade complexa e instigante do nosso tempo. (BEHRING, 2006, p.25)

Na atualidade, o Estado se constitui com dupla face, ao mesmo tempo em que detém o monopólio do poder e apresenta características centralizadoras deste, atua também nas questões de desigualdade presentes em nossa sociedade, procurando promover condições de existência para todos os sujeitos. Há, portanto, um conflito de interesses presente no processo de elaboração das políticas sociais e que se constituem como contraditórias, onde a política social está relacionada diretamente com situações de conflito entre as diferentes classes sociais.

As políticas sociais são, portanto, definidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação estabelecida entre os diversos atores, presentes nos diferentes espaços e provenientes de diversificados interesses e relações de força, podendo também serem compreendidas como estratégia governamental.

As políticas sociais devem possibilitar serviços para os cidadãos, como exemplo, a educação pública deve ser para o cidadão, independentemente de classe social, embora, o quadro nacional e o mundial revelem a emergência de atendimento das políticas básicas à população mais empobrecida e excluída. Conhecer essa realidade social e econômica que gera grande instabilidade financeira, imenso endividamento dos países pobres, especialmente o Brasil, com progressiva redução nos investimentos produtivos e redução nos índices de crescimentos econômicos em todo mundo, torna-se importante para se lutar

por direitos, por trabalho, por democracia e por possibilidades de emancipação humana. (PIANA,2009, p.54)

As políticas sociais estão estritamente ligadas às lutas e reivindicações sociais, onde estas se configuram como conquistas das diferentes classes sociais, ao mesmo tempo em que colaboram também para a reprodução da força de trabalho, na medida em que há interesses antagônicos nesta: acumular capital e proteção e reprodução da mão de obra trabalhadora.

Para Höfling (2001), as políticas sociais são direcionadas à educação, saúde, habitação ou outros segmentos que visem diminuir a desigualdade:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING, 2001, p.31)

Segundo a autora, estas políticas são de responsabilidade do Estado, mas que não é pensada exclusivamente por seus organismos (HÖFLING, 2001).

As políticas sociais estão vinculadas às políticas públicas que, segundo Pereira (2009), visam concretizar os direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados às leis, cuja aplicabilidade se concretiza pelas políticas públicas que se operacionalizam em nossa sociedade por meio de programas, projetos e serviços.

Como foi possível observar na definição de política pública e política social, elas se colocam como de extrema importância para o estudo da concretização dos direitos sociais. Nesse sentido, neste trabalho será utilizado o termo política pública¹ de modo amplo, porém é importante destacar que compreende-se que as políticas sociais são formas de se fazer política pública, que se efetivam por programas, projetos e serviços, mas que não se reduzem a eles.

As políticas públicas apresentam importante papel na luta de classes, devendo se fazer presente de forma permanente nas atividades do Estado, não

¹ Compreende-se que os termos políticas públicas e políticas sociais são termos diferentes, onde a política social não necessariamente se transforma em uma política pública que de fato consiga atingir a todos.

se limitando apenas às ações sociais e conjunturais que possibilitam e garantem aos cidadãos o acesso aos diferentes serviços.

As políticas públicas aparecem, portanto, relacionadas com a questão da garantia de direitos dos sujeitos e possuem como propósito oferecer direitos sociais às camadas mais pobres da população, oferecendo programas e ações que possibilitem ao Estado prevenir, diminuir e enfrentar situações de exclusão e risco social, proporcionando a garantia dos direitos básicos a todos os cidadãos.

1.2. Os direitos

As políticas públicas têm como sua principal função a concretização dos direitos na vida dos diferentes sujeitos e, dessa forma, a defesa de direitos humanos na perspectiva de reconhecimento da dignidade humana.

Bobbio (2004) define os direitos humanos como aqueles que “pertencem, ou deveriam pertencer, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado” (BOBBIO, 2004, p.13). Para o autor, parte-se do pressuposto de que estes direitos são desejáveis, mas que, apesar disso, não são reconhecidos, fazendo uma distinção entre os direitos primários (direitos de liberdade, de propriedade e de segurança e os direitos secundários (resistência). (BOBBIO, 2004).

Segundo Tosi (2005), o direito existe desde que a humanidade começou a se constituir nas primeiras civilizações, contudo, os direitos humanos são caracterizados pelo autor como modernos e ocidentais, tendo surgido na Europa do século XVI/XVII.

Para Moreira (2016), por direito pode se compreender ao que diz respeito à capacidade de exigir, praticar e exercer alguma coisa, podendo ser considerado algo que:

a) diz respeito à busca do homem pela libertação do que o oprime; b) confere ao sujeito, concomitantemente, a posse de alguma coisa e a faculdade de exigi-la; c) não é sinônimo de lei, ou seja, a norma legal é um instrumento que pode ser empregado para assegurar, negar ou suprimir direitos, seja diretamente ou por meio de simulacros. (MOREIRA, 2016, p.43).

Os direitos humanos se constituem como uma classe variável, na medida em que estes, de acordo com Bobbio (2004), se modificaram e continuam nesse processo de transformação devido às mudanças das condições históricas, onde sofre influência dos interesses, das classes que estão no poder, dos meios disponíveis para realização e também das transformações técnicas.

Segundo Bobbio (2004), o reconhecimento dos direitos sociais, necessitam de uma intervenção efetiva do Estado, na medida em que estes têm se multiplicado de forma interdependente:

Essa multiplicação (ia dizendo “proliferação”) ocorreu de três modos: a) porque aumentou a quantidade de bens considerados merecedores de tutela; b) porque foi estendida a titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem; c) porque o próprio homem não é mais considerado como ente genérico, ou homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concreticidade de suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, etc. Em substância: mais bens, mais sujeitos, mais status do indivíduo. (BOBBIO, 2004, p. 33)

Estes três processos são interdependentes e, segundo o autor, “o reconhecimento de novos direitos de (onde “de” indica o sujeito) implica quase sempre o aumento de direitos a (onde “a” indica o objeto) ” (BOBBIO, 2004, p. 33), sendo importante observar que as causas desta multiplicação acelerada dos direitos humanos apresentam a necessidade de se fazer alusão a um determinado contexto social.

Segundo Santos (2003), a complexidade da concepção dos direitos humanos está relacionada a dificuldade em definir a comunidade como arena de solidariedades concretas. Segundo o autor, a efetividade dos direitos humanos têm sido obtida em processos políticos de âmbito nacional, aspirando por um reconhecimento mundial e podendo ser considerado como um dos pilares fundamentais de uma ascendente política pós-nacional.

É importante, porém, destacar que o direito e a lei são coisas diferentes. Segundo Moreira (2016), o direito é considerado como algo convencionalizado por membros da assembleia e previsto em lei, o direito está subordinado a lei e conseqüentemente ao Estado, em que ambos também compartilham da função de controle sobre os indivíduos, já que a ambos competem a manutenção da ordem social.

Segundo Abramovich (2005), é também necessário realizar a distinção entre os direitos civis e políticos dos direitos econômicos, sociais e culturais. Os direitos econômicos, sociais e culturais se caracterizam justamente por envolver um amplo espectro de obrigações estatais, enquanto que os direitos civis e políticos podem ser caracterizados como a obrigação do Estado de garantir o gozo da autonomia individual, impedindo que esta seja prejudicada por outros cidadãos, onde o limite entre uma categoria e outra é tênue.

Ainda, conforme a autora (ABRAMOVICH, 2005), tanto os direitos civis e políticos quanto os econômicos, sociais e culturais constituem um complexo de obrigações positivas e negativas, em que para Moreira (2016), as obrigações positivas se utilizam de maior importância simbólica para identificá-los e as obrigações negativas caracterizam-se pelo não fazer, em que o Estado se abstém de violar um direito já assegurado.

No que se refere às obrigações negativas, trata-se das obrigações de se abster de realizar certa atividade por parte do Estado. Por exemplo: não impedir a expressão ou a difusão de ideias; não violar a correspondência; não deter pessoas arbitrariamente; não impedir a filiação de uma pessoa a um sindicato; não intervir em caso de greve; não piorar o estado de saúde da população; não impedir uma pessoa de ter acesso à educação. Quanto às obrigações positivas, convém estabelecer algumas distinções que nos darão a pauta do tipo de medidas que se pode exigir do Estado. Com certo automatismo, costuma-se vincular diretamente as obrigações positivas do Estado à obrigação de dispor de fundos. Não há dúvida de que se trata de um dos modos mais característicos de cumprir as obrigações de fazer ou de dar, em especial ao se falar em saúde, educação e acesso à moradia. No entanto, as obrigações positivas não se esgotam em ações que se resumem a dispor de reservas orçamentárias para oferecer uma prestação de serviços. As obrigações de fornecer serviços podem caracterizar-se pelo estabelecimento de uma relação direta entre o Estado e o beneficiário da prestação. Mas é possível, para o Estado, assegurar o gozo de um direito por meios diferentes, com a participação ativa de outros sujeitos obrigados. (ABRAMOVICH, 2005, p.135)

Sendo então, para Abramovich (2005), a complexidade de obrigações que o direito pode abranger extremamente diversificada, na qual a maioria das vezes a violação dos direitos econômicos sociais e culturais tem origem no descumprimento das obrigações negativas do Estado, já que este tem como determinação não discriminar o exercício desses direitos. Fica então,

dependendo os direitos econômicos, sociais e culturais de atividades de planejamento, previsão orçamentária e implementação que são de responsabilidade do poder público.

Assim, um dos itens ligados à garantia dos direitos humanos, segundo Santos (2007), está relacionado a igualdade de oportunidades, que possibilita aos segmentos em situação de exclusão social, condições equivalentes aos sujeitos que já transitam como possuidores de direitos. No entanto, é importante destacar que: “o princípio da igualdade de oportunidade torna-se problemático pela impossibilidade objetiva de cumprir sua finalidade e resolver problemas ideológicos e culturais consolidados na vida real” (SANTOS, 2007, p. 186). Segundo o autor, as identificações de condições materiais para que essa igualdade se estabeleça de forma concreta na vida dos sujeitos ocorre de maneira periférica em debates e na ação política.

Segundo Pereira e Stein (2010), no capitalismo não é possível a conquista de direitos sem luta da classe trabalhadora, na medida em que, historicamente, os trabalhadores necessitam de lutar por seus direitos, condições de trabalho e de vida. Ou seja, são necessárias lutas sociais para a ampliação e a garantia dos direitos já adquiridos.

Também, de acordo com Boschetti (2010), foram as lutas da classe trabalhadora que contribuíram para um determinado padrão universal de políticas sociais nos países do capitalismo central, em que estas, juntamente com a ampliação dos direitos, foram realizadas através de confrontos e forças sociais.

Segundo Pereira (2009), os direitos sociais têm como perspectiva a equidade, a justiça social e a possibilidade de que a sociedade cobre atitudes positivas e efetivas do Estado, de modo que a atuação desse seja de um garantidor dos bens públicos.

Há muito o que ser feito para a garantia dos direitos a todos os sujeitos e, segundo Lopes, Silva e Malfitano (2006), os recursos de proteção social e os serviços prestados à sociedade continuam, mesmo com todos os avanços, a não ser vistos como direitos do cidadão, se assemelhando a uma esmola a ser oferecida aos que são considerados incapazes de suprir as suas necessidades e de seus familiares. Dessa forma, nos parece claro que a garantia legal não é suficiente para a efetivação de direitos humanos, ou mesmo de direitos sociais.

No Brasil, por exemplo, a existência do ECA e do Estatuto da Juventude ainda não é suficiente para que os direitos das crianças, adolescentes e jovens sejam garantidos, tendo em vista que muitos sujeitos ainda têm dificuldades para conseguir ter acesso às condições básicas necessárias em sua vida, como por exemplo saúde, educação, emprego.

De acordo com Moreira (2016), a efetivação de um direito implica necessariamente em ações estatais através de políticas que propiciem condições imprescindíveis à existência humana:

A efetivação de um direito, contudo, demanda ações estatais (políticas públicas) que, por sua vez, envolvem a previsão legal do direito, o detalhamento sobre as condições necessárias para seu oferecimento, o estabelecimento de deveres para os indivíduos e instituições que compartilham a obrigação de concretizá-lo etc. Nesta perspectiva, o Estado não se caracteriza como um aparato meramente coercitivo, mas como uma instituição encarregada de promover a civilização, isto é, de proporcionar às pessoas a posse e o exercício dos elementos e condições imprescindíveis à existência humana. (MOREIRA, 2016, p.283)

Observa-se, portanto, que a ideia que perpassa a questão da garantia dos direitos, quando se trata da população em geral e também da população jovem, está relacionada a atuação do Estado em possibilitar aos sujeitos, através da elaboração e implementação de políticas públicas, o exercício da cidadania e considerá-los de fato como sujeitos de direitos.

1.3. As leis e a garantia de direitos

A concepção de sujeito de direitos e da necessidade de elaboração de políticas públicas está previsto em diversas leis nacionais.

A Constituição Federal de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, foi elaborada no processo de redemocratização iniciado com o encerramento da ditadura militar. Ela assegura constitucionalmente os direitos fundamentais a todos os brasileiros, visa redução das desigualdades sociais e apresenta o Estado como tendo a função do planejamento de políticas públicas, garantindo a participação da sociedade na formulação, controle, monitoramento e avaliação.

Com relação à população jovem, atualmente há duas leis federais que disciplinam os preceitos constitucionais e atendem de forma específica esse grupo, são estes o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Estas leis indicam as diretrizes para a elaboração de políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil.

1.3.1. As leis de proteção à criança e ao adolescente

Historicamente, a vivência das crianças e adolescentes pobres no Brasil está marcada por questões relacionadas à punição. Segundo Russo (2012), a história do atendimento às crianças e adolescentes no país se caracteriza pela violação de direitos, sendo violenta, assimétrica, exercendo o poder do mais forte sobre o mais fraco.

A preocupação com as crianças no Brasil, de forma sintética, pode ser compreendida como tendo seu início através de instituições religiosas de caridade que criaram a Roda dos Expostos como uma tentativa de evitar o infanticídio. Porém, a preocupação na elaboração de leis voltadas às crianças e adolescentes no Brasil surgiu com o Código de Menores de 1927, que foi direcionado aos abandonados e delinquentes e, visava à regeneração do “menor”² e determinava a situação da infância abandonada e delinquente como sendo de caráter público, onde incorporava uma visão higienista baseada em uma perspectiva jurídica repressiva e moralista, característica da época em que foi criada (RUSSO, 2012).

Continuamente em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que tinha como objetivo proclamado reeducar e proteger os “menores” carentes e infratores. No entanto, segundo Russo (2012), o que predominava nessas instituições eram as ações de caráter correcional-repressivo, se constituindo, portanto, como uma ameaça e não uma proteção, que durou até 1964.

² O termo menor está sendo utilizado entre aspas pois era considerado adequado à época, mas não o é atualmente. Definir crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos desta forma é inadequado, na medida em que reproduz de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores.

Em 1964 o SAM foi substituído pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), que, apesar de ter sido criada com o propósito de evitar o tratamento desumano direcionado aos então denominados de menores, deu continuidade ao modelo anterior, reafirmando a correção e a repressão como suas características básicas. (RUSSO, 2012, p.70)

A FUNABEM continuou a ter como foco a repressão de crianças e adolescentes que eram tidos como um risco a sociedade até 1979, quando então foi reeditado o Código de Menores.

Portanto, em 1979, um novo Código de Menores foi reelaborado e direcionado às crianças em situação irregular que, de acordo com Russo (2012), somente aquelas crianças e ou adolescentes que se enquadravam nas regras sociais eram reconhecidas em seus direitos; as demais eram percebidas a partir da lógica da patologia social, devendo, portanto, ser assistidas pelo Estado. Deste modo, sem grandes alterações em relação ao de 1929.

Observa-se, neste sentido, que estas leis visavam somente a repressão e não a criação de condições que pudessem garantir às crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direitos, como aponta Castro e Macedo (2019):

Portanto, o que balizou durante décadas as ações voltadas para este segmento foi o reforço as desigualdades sociais e econômicas. Direitos usufruídos para crianças e adolescentes das camadas mais abastadas, contenção e repressão para os da classe trabalhadora. Classe social, raça e etnia são marcadores de desigualdade social que perduram até os dias atuais e que ao longo do histórico apontado acima, parece sinalizar para uma autorização de quem pode ter seus direitos violados ou assegurados. (CASTRO; MACEDO, 2019, p. 1218)

Após a ditadura militar, em 1988, diversas organizações, entre elas: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), Pastoral da Criança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Fórum dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Fórum-DCA) expuseram questões como o trabalho infantil, o abandono e a extrema pobreza vivida por parcela significativa de crianças e adolescentes no Brasil e, que não recebiam a devida assistência do Estado e da sociedade, apenas recebendo ações violentas na forma de contenção e repressão. Estas denúncias mobilizaram parte da sociedade organizada que passou a buscar mudanças constitucionais para a garantia de direitos às crianças e adolescentes. No movimento de redemocratização do país e no processo constituinte, houve ampla mobilização

social que culminou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e na elaboração do ECA que foi aprovado em 1990. (CASTRO; MACEDO, 2019).

1.3.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990 (BRASIL,1990), deu início a fase de garantia de direitos relacionada principalmente ao artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que diz ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar aos jovens e adolescentes os diferentes direitos. Trata-se, portanto, de uma concepção de sujeito diferente das anteriores.

De acordo com Digiácomo (2020), o atendimento dos adolescentes tem sido tradicionalmente relegado a assistência social, pois antes do advento da Constituição Federal e do ECA, a preocupação do Estado era voltada somente aos sujeitos que estavam à margem da sociedade.

A intervenção estatal era, portanto, unicamente repressiva e pontual, visando dar um "arremedo" de solução a um problema já instalado, que em regra ocorria através da "institucionalização" (e conseqüente "penalização") das próprias vítimas da situação, quase sempre provenientes das classes menos favorecidas da população. (DIGIÁCOMO, 2020, p.1)

Segundo o autor, não havia a preocupação por parte do Estado em reconhecer sua responsabilidade no atendimento de crianças e adolescentes. O ECA, no entanto, reclama uma nova forma de ver, compreender e atender aos sujeitos, o qual visa à prevenção da violação de seus direitos e estabelece prioridade nas políticas públicas, de modo a ser desenvolvida por diversos setores e níveis de governo, permitindo, assim, atender à população infanto-juvenil de modo individual e também coletivo.

O ECA (BRASIL, 1990) trata da proteção integral da criança e do adolescente, no qual são consideradas crianças os sujeitos com idade até doze anos incompletos e adolescentes os sujeitos de doze a dezoito anos incompletos. Esta lei ressalta a necessidade da efetivação dos direitos para que todas as crianças e adolescentes possam ter o desenvolvimento físico, mental,

moral, espiritual e social. Portanto, tem como objetivo proteger de modo integral, os sujeitos até 18 anos e, excepcionalmente, os sujeitos entre 18 e 21 anos.

Segundo Moreira (2016), a concepção de criança e adolescente presente no ECA está relacionada a sujeitos que vivenciam um período da vida em que necessitam de proteção contra atos próprios do mundo adulto como as práticas sexuais, a violência e as atividades laborais, ou seja, está vinculado à proteção de situações que possam desencadear danos físicos, psíquicos e morais.

O ECA foi elaborado com o objetivo de atender a todas as crianças e adolescentes de todo território nacional. Esses passaram a ter garantidos seus direitos básicos, criando o que Lopes, Silva e Malfitano (2006) definem como “novo paradigma”, onde crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direitos com condições peculiares de desenvolvimento.

Moreira (2016) também destaca a definição presente no ECA das crianças e adolescentes como sujeitos peculiares:

O ECA, [...] afirma a criança e o adolescente como sujeitos peculiares, em processo de formação, que possuem diversos direitos; atribui, primariamente ao Estado, mas também à família e à sociedade, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, os direitos consagrados a estes indivíduos; estabelece instrumentos de exigibilidade judicial e administrativa de direitos (ação mandamental e o Conselho Tutelar); e institui mecanismos de participação e de controle social (Conselho de Direitos e Conselho Tutelar), por meio dos quais, é possibilitado à sociedade interferir na elaboração, na execução e na avaliação das políticas públicas. (MOREIRA, 2016, p.7).

Segundo Fonseca (2008), o ECA rompe legalmente com as políticas anteriores ao colocar como foco de atenção todas as crianças e jovens independente da condição socioeconômica e a considerá-los como sujeitos de direitos, se constituindo, de acordo com Silva e Silva (2011), como um grande avanço na defesa dos direitos da criança e adolescente o que, segundo Lopes, Silva e Malfitano (2006), proporcionou condições legais para a reformulação de políticas direcionadas a esta população:

As políticas assistenciais passaram, então, a ser dirigidas a atendimentos compensatórios a toda criança e adolescente que deles necessitassem. O ECA instituiu mudanças importantes para a cidadania brasileira, realizando uma profunda transformação de princípios e de metodologia de intervenção. Da mesma forma, definiu responsabilidades e modificou a

gestão político-administrativa das questões vinculadas à infância e à adolescência. (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006, p.119)

Essa transformação positiva, de acordo com Lopes, Silva e Malfitano (2006), passou a oferecer legalmente proteção integral a todas as crianças e adolescentes, exigindo uma gestão político-administrativa diferenciada:

Em outras palavras, o ECA passou a exigir: a formulação de política de proteção integral a todas as crianças e adolescentes (através de políticas sociais básicas – saúde, educação, lazer, habitação), a ser desenvolvida pelos municípios; a existência de políticas assistenciais para atendimentos compensatórios; a implantação de assistência médica, psicossocial e jurídica à criança e ao adolescente vitimizados; e, finalmente, a defesa jurídico-social dos envolvidos em situações com implicações legais. Além disso, foi definido que a gestão da questão da infância e da adolescência deve ser norteadada pela descentralização político-administrativa, pela participação popular, através de suas organizações, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis - Municipal, Estadual e Federal; mais ainda, as necessidades de crianças e jovens devem ser acolhidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que formula e controla a efetivação dos programas definidos a partir das políticas públicas infantojuvenis instituídas por lei municipal e pelo Conselho Tutelar de Direitos, órgão que aplica as medidas de proteção. (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006, p.120)

Neste mesmo sentido, Goethel (2016) relata que o ECA redimensionou a legislação brasileira, provocando transformação na concepção de infância e juventude ao preconizar a ampla garantia dos direitos pessoais e sociais. Fez-se, então, necessária, uma profunda modificação nas instituições destinadas ao atendimento destes sujeitos, trazendo consigo uma transformação que necessita de novos atores, novas políticas e novos contornos para que efetivamente ocorra.

Nesse sentido, Lopes, Silva e Malfitano (2006), relatam, no entanto, que ainda resta muito a se fazer, já que a desigualdade e a miséria continuam a afetar a vida de toda a sociedade brasileira e, principalmente, a de crianças, adolescentes e jovens. Ou seja, a garantia legal não foi suficiente para reduzir a desigualdade social na vida de crianças e adolescentes.

O ECA estabelece em seu artigo 90, parágrafo 2º, que o atendimento da criança e adolescente deve seguir o princípio da prioridade absoluta, devendo, portanto, serem atendidos de modo prioritário em programas e ações

governamentais, possibilitando assim a efetivação do que também é preconizado em seu Artigo 1º, que estabelece a proteção integral às crianças e adolescentes.

Os artigos relatados acima estão diretamente relacionados com os artigos 4 e 5, que dão diretrizes para o que se espera da prioridade absoluta e proteção integral, na atuação do poder público juntamente com a família, a comunidade e a sociedade em geral, para garantir os direitos fundamentais que são o acesso à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, de modo que as crianças e adolescentes não sofram nenhuma forma de negligência. Devendo, portanto, ser prioritários na elaboração de políticas públicas, como afirma Digiácomo (2020):

A própria lei, portanto, ao interpretar a citada norma constitucional, determina que o Poder Público destine a crianças e adolescentes uma atenção prioritária, que dentre outros fatores importa na precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; na preferência na formulação e a execução das políticas sociais públicas, além é claro da imprescindível destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (DIGIÁCOMO, 2020, p.7)

Sobre esse assunto, o autor ressalta também que a omissão do poder público compõe o que pode ser chamado de “situação de risco” às crianças e adolescentes, pois apresenta ameaça, na medida em que caracteriza a efetiva violação dos direitos mencionados acima; podendo ser então tomadas medidas administrativas e/ou judiciais, de modo a fazer de fato o que determina a lei quanto a prioridade absoluta da criança e do adolescente.

O ECA também estabelece, em seu artigo 88, que a política de atendimento a criança e adolescente deve ser municipalizada, sendo de responsabilidade do município a elaboração de políticas públicas direcionadas aos sujeitos atendidos nesta lei:

A iniciativa na realização da mencionada coleta de informações e definição das estruturas e programas de atendimento a serem criados, ampliados e/ou adequados, portanto, deve ficar a cargo do município, cabendo aos Estados (assim como à União) o estímulo à sua realização, assim como a definição de normas gerais e, em especial, o fornecimento

do suporte técnico e financeiro que se fizerem necessários à sua implementação. (DIGIÁCOMO, 2020, p.4)

Segundo Digiácomo (2020), o município não pode assumir uma postura passiva diante dos problemas da população atendida pelo ECA, cabendo ao poder público local definir uma política sólida a ser implantada de forma progressiva, mediante o planejamento, articulação entre os diversos setores administrativos, através de recursos públicos municipais e suplementados por verbas repassadas pelo Estado e a União. A municipalização é, portanto, de fundamental importância, pois permite apurar as necessidades específicas da população a ser atendida.

A municipalização decorre da elementar constatação de que o município é o ente federado que tem melhores condições de apurar quais são os maiores problemas e deficiências que afligem sua população infanto-juvenil e definir quais as estratégias e ações mais urgentes e eficazes para sua solução, tornando obrigatória a implementação de estruturas de atendimento próximas ao local de origem da criança ou adolescente, que assim poderá receber a orientação, o apoio e/ou o tratamento que necessita em conjunto com sua família, no seio de sua comunidade de origem, restando assim preservados e mesmo fortalecidos os vínculos familiares e comunitários, tal qual previsto no art. 227, caput, da Constituição Federal e arts.4º, caput, 19 e 100, in fine, todos da Lei nº 8.069/90. (DIGIÁCOMO, 2020, p.5)

Observa-se, portanto, a importância da administração pública local na elaboração e execução de políticas públicas para os jovens, em que o atendimento a estes sujeitos deve ocorrer próximo ao local de moradia, permitindo assim que os vínculos familiares e comunitários sejam preservados.

Os direitos e garantias apresentados acima devem, de acordo com Castro e Macedo (2019), ser conhecidos, compreendidos e principalmente cumpridos, tornando as crianças e adolescentes sujeitos de direitos protegidos; onde as desigualdades sociais e econômicas por eles vividas possam ser alvo de uma política de reparação e não de punição, sendo, portanto, um processo de reconhecimento onde tenham condições de viver a infância e a adolescência de forma plena.

O processo de garantia de direito às crianças e adolescentes é validado pelo ECA, que define esta garantia como uma prioridade governamental, devendo ocorrer não somente no âmbito da lei, mas no cotidiano de todas as

crianças e adolescentes que têm muitos destes direitos negligenciados ou precariamente atendidos por políticas sociais focais (projetos sociais desenvolvidos por organizações não governamentais).

1.3.3. O Estatuto da Juventude

Após a aprovação do ECA em 1990, a população jovem passa a ter maior visibilidade. Segundo Castro e Macedo (2019), as intensas pesquisas no mundo acadêmico e o surgimento dos primeiros programas do governo federal começaram a dar a conotação de que a população jovem também demandava atenção especial. Estes programas, no entanto, tinham a concepção dos jovens apenas como sujeitos em situação de risco e que necessitavam destes para se reintroduzir na sociedade, já que eram considerados como excluídos, ou seja, as primeiras políticas voltadas à juventude, assim como ocorreu com crianças e adolescentes, acabavam por reproduzir a desigualdade.

Segundo Castro e Macedo (2019), é somente a partir dos anos 2000 que esta perspectiva começa a mudar, a juventude concebida enquanto sujeito de direitos começa a se firmar:

Essa mudança imprime, em primeiro lugar, um importante simbolismo para o debate público propondo uma leitura distinta do binômio juventude-violência, que contribui para reificar a imagem de juventude perigosa. Mas a repercussão é mais profunda e altera significativamente os rumos de uma política pública para a juventude. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1225)

O diálogo sobre a juventude se intensificou nessa década com a ampliação de processos organizativos da população jovem que ocorreu nos partidos políticos, nos movimentos sociais, e em uma ampla gama de outras formas de organização política e cultural.

A população jovem foi então ganhando mais espaço na agenda política. Em 2005, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), que representam importante elo de diálogo entre o governo federal e as representações juvenis, auxiliando a SNJ na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas para a juventude.

As Conferências Nacionais da Juventude, que ocorreram em 2008, 2009 e 2015, foram importantes espaços para discussões sobre a diversidade

presente na população jovem e das necessidades de políticas sociais específicas, que teve então a participação ativa dos jovens e o incentivo à criação e ao fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de juventude.

Em 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude, após uma década em tramitação, no qual estabelece os direitos dos jovens e os princípios e diretrizes das políticas públicas direcionadas à juventude.

De acordo com Medeiros (2016), o Estatuto da Juventude detalha garantias já previstas na Constituição Federal (1988), dando maior especificidade a população jovem, tendo como fundamentos também a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1943), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), o Código Civil (CC/1916) e a Lei do Sistema Único de Saúde (SUS,1990), de modo que os direitos já previstos nestas leis foram aprofundados para atender às necessidades específicas da população jovem, respeitando as suas trajetórias e diversidade.

De acordo com Castro e Macedo (2019), o Estatuto da Juventude representa uma reivindicação histórica dos movimentos juvenis e um avanço no campo das políticas públicas, vindo a somar ao que é denominado marco legal da juventude brasileira, composto pela Lei Nº 11.129 de 30 de junho de 2005, que instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –Projovem; criou o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; e é composto também pela Emenda Constitucional Nº 65, de 13 de julho de 2010, que inseriu o termo jovem no artigo 227 da Constituição Federal, o que acabou criando um arcabouço legal e político:

Este arcabouço legal e político criou grande expectativa no campo das Políticas Públicas de Juventude por significar a possibilidade de incorporação das políticas de juventude como política de estado, para além da transitoriedade de governos, e por apontar a possibilidade de complementação entre a proteção assegurada pelo ECA, para crianças e adolescentes até 18 anos, e o fortalecimento das políticas de autonomia e emancipação dos jovens entre 18 e 29 anos no Brasil. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1216)

O Estatuto da Juventude assegura direitos aos sujeitos com idade entre 15 e 29 anos, definindo como sendo obrigações da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público garantir aos jovens a efetivação do direito à vida;

à cidadania e à participação social e política; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à igualdade racial e de gênero; à saúde e à sexualidade; à educação; à representação juvenil; à cultura; ao desporto e ao lazer; à profissionalização, ao trabalho e à renda; bem como ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Entre as obrigações apontadas pelo Estatuto da Juventude destacam-se: a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do jovem com as demais gerações; a participação desses na formulação, na proposição e na avaliação de políticas sociais públicas específicas; assim como a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao jovem.

O Estatuto da Juventude, assim como o ECA, se constitui como um avanço no campo das políticas públicas, pois trata com especificidade questões relacionadas às necessidades da juventude.

De acordo com Figueiredo e Paz (2016), o Estatuto da Juventude visa atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as diferentes formas de se constituir jovem, em que por meio de sua promulgação buscou-se reconhecer e efetivar sua importância decorrente do amplo crescimento demográfico:

Em síntese, por meio da promulgação do Estatuto da Juventude é que o Estado brasileiro buscou reconhecer e efetivar o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país, até porque a juventude representa 1/3 da população nacional, sendo a principal fonte de mão de obra, o estatuto visa apontar os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade da população. (FIGUEIREDO; PAZ, 2016, p.189)

O Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, dispõe sobre os direitos dos jovens de 15 a 29 anos. Observa-se, portanto, que este estatuto e o ECA coincidem no direcionamento, já que ambos têm como público-alvo os sujeitos com idades entre 15 e 18 anos. Sobre esse tema, o Estatuto da Juventude estabelece em seu parágrafo 2, que a estes adolescentes aplica-se de forma prioritária o ECA, e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. Nos casos em que o jovem puder ser atendido pelos dois estatutos, deve-se aplicar o que lhe for mais benéfico, na medida em que ambos visam à proteção deste e os considera como sujeitos de direitos. Como afirma Castro e Macedo (2019):

Para além da sobreposição de uma população que ambos cobrem, adolescentes/jovens de 15 a 18 anos, o debate sobre o Estatuto da Juventude e possíveis interfaces com o ECA representou o aprofundamento do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de populações específicas que demandam proteção. O Estatuto da Juventude reafirma o ECA definindo a população jovem como detentora de direitos resguardados pelo Estado, como a identificação de que os jovens/adolescentes até os 17 anos são inimputáveis para tratamento prisional em regime fechado na mesma condição de adulto. Mas, também, o Estatuto da Juventude trouxe para o centro do debate a perspectiva da emancipação e autonomia. A definição de sujeito de direitos carrega uma dimensão emancipatória e de participação do próprio sujeito na construção dos seus direitos. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1216)

Segundo Riva (2016), o Estatuto da Juventude é considerado semelhante ao ECA, na medida em que além de se reafirmarem, contribuem para que os direitos fundamentais, constitucionalmente elencados, se mostrem como um possível caminho para a atuação dos responsáveis pelo futuro da nação brasileira.

Este estatuto, portanto, constrói uma nova perspectiva para a atuação junto à juventude brasileira, visando a garantia dos direitos de todos os jovens.

Souza (2016), à época presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), relata que o Estatuto da Juventude se trata de um documento de proteção legal que tem um significado social, jurídico e político fundamental para enfrentamento da violação de direitos e da defesa do jovem, que se constitui como protagonista do desenvolvimento social do país.

De acordo com Souza (2016), constitui-se como ponto alto do Estatuto a questão da participação social e política, em que de acordo com Figueiredo e Paz (2016), é por meio do Estatuto da Juventude que o Estado reconhece o importante papel da juventude no desenvolvimento do país, apontando os direitos que devem ser garantidos.

De acordo com Riva (2016), o Estatuto da Juventude é um sistema protetivo direcionado aos jovens que enfatiza a proteção aos direitos fundamentais, no qual é de responsabilidade da União formular e coordenar a execução de uma política nacional da juventude, de modo a também elaborar o Plano Nacional de Políticas de Juventude, estabelecendo parcerias com os estados, Distrito Federal, municípios, e sociedade em geral e, de forma especial, com a participação dos jovens.

Essa articulação entre diferentes esferas, juntamente com a sociedade em geral, deve garantir a efetivação dos direitos fundamentais específicos dos jovens através de políticas públicas que promovam, valorizem, reconheçam, respeitem e oportunizem o completo desenvolvimento físico, psíquico e intelectual enquanto cidadão. Segundo Riva (2016), através da difusão destes direitos é possível que ocorram mudanças na realidade social da população jovem pobre.

O Estatuto da Juventude se configura então como uma conquista positiva, pois reitera que os direitos de todos os jovens, independente da classe social, devem ser respeitados.

O Estatuto da Juventude apresenta grande enfoque da participação dos jovens na tomada de decisões relacionadas a sua vida, que é colocada como de fundamental importância para sua emancipação, devendo as políticas da juventude ampliar as alternativas de inserção destes nos diferentes espaços decisórios (artigo 3).

No Estatuto da Juventude está também previsto, em seu artigo 3, que a participação social e política do jovem deve ser valorizada durante a formulação, execução e avaliação de políticas públicas, devendo este participar de conselhos e instâncias deliberativas em escolas e universidades.

O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) também estabelece a elaboração de planos estaduais e municipais da juventude, bem como conselhos de juventude que devem ter como objetivo estudar, elaborar, analisar, discutir e propor políticas públicas que permitam a integração dos jovens nas esferas social, econômica, política e cultural e, também, propor a participação da população jovem nos diferentes órgãos da administração pública.

Neste Estatuto também está previsto descontos e gratuidade em eventos culturais e esportivos e o desconto e gratuidade em transportes interestadual para jovens de baixa renda.

O Estatuto da Juventude dispõe sobre o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE, 2013), que tem como propósito organizar de forma nacional a participação dos jovens no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de ações, planos e programas que compõem as políticas públicas de juventude.

Por ser uma lei recente, Medeiros (2016) destaca que neste momento é importante que o Estatuto da Juventude seja popularizado, de modo a possibilitar o conhecimento de seus direitos e a constituição deste como um instrumento legal de reivindicação para uma melhor condição de vida, onde os jovens devem então se apropriar desta discussão sobre política pública. Isto viabiliza que o estatuto seja de fato assumido como parte de uma agenda política que possa abranger as políticas governais de modo integral e intersetorial, possibilitando assim uma articulação de efetivas ações de enfrentamento as diversas violações de direitos sofridas pelos jovens, principalmente quando se fala da população pobre.

Segundo Castro e Macedo (2019), a população jovem é compreendida no Estatuto da Juventude como agentes, visando à emancipação, à autonomia e à participação efetiva da juventude.

A população jovem possui, portanto, papel estratégico no desenvolvimento do país devendo, deste modo, ser alvo de políticas públicas que contemplem os aspectos físico, social, político e econômico, sendo os jovens de fato integrados de maneira que possam participar também como autores destas políticas.

1.3.4. Algumas considerações sobre as legislações

O ECA (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) reafirmam e reproduzem os direitos fundamentais, com o objetivo de proteger e amparar as crianças, adolescentes e jovens, independentemente da situação econômica.

Estes dois estatutos, em conjunto, tornam a proposição e realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado, independente da vontade de governo.

A conquista do Estatuto da Juventude tem relação direta com a conquista do ECA. Silva e Silva (2011) destacam que o ECA foi de fundamental importância para uma maior visibilidade e atenção das políticas públicas direcionadas à população jovem, mesmo que os sujeitos com mais de 18 anos ainda tenham se beneficiado pouco com políticas específicas, sendo comumente atendidos por

políticas públicas direcionadas para a comunidade em geral. Como também relata Pereira (2013):

O Estatuto da Juventude vem se somar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), à medida que pretende criar mecanismos para assegurar o respeito à dignidade e à autonomia do jovem, a não discriminação, o respeito pela diferença e aceitação da juventude como parte da diversidade da condição humana, entre outros. (PEREIRA, 2013, p.1)

As leis apresentadas são de suma importância para que os jovens tenham seus direitos efetivados, na medida em que ao garanti-los, estas leis (ECA e Estatuto da Juventude) desencadeiam a implementação de várias políticas públicas.

Os estatutos mencionados, de acordo com Castro e Macedo (2019), representam a garantia ao direito, a todos os jovens, de viver plenamente sua juventude, sendo a sua participação reconhecida em todas as esferas da sociedade. Dessa forma:

Reforça-se, como no ECA, a diversidade da população identificada, ao mesmo tempo em que se garante, a todos do segmento, o acesso a esses direitos. Isso se traduz na identificação da necessidade de políticas universais e específicas, para atender as suas singularidades. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1228)

De acordo com Castro e Macedo (2019), o ECA e o Estatuto da Juventude se constituem como dispositivos legais, que são frutos de longos processos de construção da sociedade brasileira, na qual o país apresenta um salto positivo na legislação dos direitos da população jovem, adequando-se também aos marcos estabelecidos por organismos internacionais. De acordo com Castro e Macedo (2019), o ECA e o Estatuto da Juventude se apresentam como um processo de semelhanças, diferenças e complementariedades:

A perspectiva proposta pelo Estatuto da Juventude parte de uma representação, incluindo os ganhos do ECA para jovens/adolescentes de 15 a 18 anos, mas amplia-se a perspectiva da emancipação, autonomia e da participação social. Assim, sujeito de direitos que, para crianças e adolescentes pode significar sujeitos com direitos específicos e universais, se amplia no Estatuto da Juventude, para um sujeito atuante na sua própria construção como categoria política. A Sessão I do Estatuto reforça o papel de sujeito corresponsável pela formulação, interlocução governamental e fiscalização dos

seus direitos e das políticas públicas. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1231)

Estes estatutos têm como foco o respeito à diversidade constitutiva da população jovem, carregando em si o esforço do reconhecimento da diversidade social e cultural e que, segundo Castro e Macedo (2019):

Tanto o ECA, quanto o Estatuto carregam o esforço do reconhecimento da diversidade cultural e social dessas populações. Se o corte etário estabelece os limites de quem terá acesso a esses direitos, a definição das categorias criança, adolescente e jovem, estabelecidos nesses marcos legais, vão muito além desse recorte mecânico. E ainda, ambos expressam um processo de reconhecimento das desigualdades sociais que tornam essas categorias mais heterogêneas que homogêneas. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1231)

Os dois estatutos, segundo Castro e Macedo (2019), podem ser considerados próximos, já que ambos são instrumentos jurídicos que reconhecem as populações inviabilizadas como sujeitos de direitos, distanciando-se de perspectivas punitivas e reprodutoras de exclusão, passando a reconhecer as diferenças, valorizando a diversidade, e garantindo ao mesmo tempo a universalidade de direitos, na medida em que:

Ao definir que todas as crianças e os adolescentes brasileiros no ECA e todos os jovens no Estatuto da Juventude tem iguais direitos, tem-se a consolidação da Constituição Cidadã de 1988. Indo além, esses marcos asseguram que o Estado tem papel ativo na superação das desigualdades vividas por estes brasileiros e brasileiras, garantindo a todos definidos nessas categorias criança, adolescente e jovem o acesso aos direitos e recursos do Estado. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1232)

Estes estatutos estão conectados com relação a garantia de direitos, sendo também considerados por Castro e Macedo (2019) como complementares, na medida em que suas perspectivas de proteção, universalização dos direitos e respeito às diferenças se consolidam.

Com trajetórias distintas os dois estatutos contribuem para o aprofundamento do processo de consolidação de projetos democráticos para a sociedade brasileira. Observamos, ainda que as diferenças de constituição das categorias criança, adolescente e jovem nas políticas públicas brasileiras resultaram em perspectivas um pouco distintas de reconhecimento. Nesse sentido, como mencionado, sujeito de direitos na perspectiva intrinsecamente marcada pela participação social e pela emancipação e autonomia estão mais presentes na definição de

juventude do Estatuto da Juventude. Ao passo que o ECA carrega na perspectiva da proteção e tutela, ainda que com mecanismos importantes de participação social. (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1234)

Estes estatutos, de forma complementar, apresentam-se como uma necessidade das crianças, adolescentes e jovens para serem de fato considerados como sujeitos de direitos, devendo ser valorizados em sua diversidade, de modo que estes realmente sejam sujeitos ativos em sua vida e em sua comunidade, deixando a perspectiva de que são um problema social.

Para Ribeiro e Macedo (2018), o debate da população jovem enquanto sujeito de direitos, promulgado tanto no ECA como no Estatuto da Juventude, marcado por um progressivo abandono da visão do jovem como mero objeto de políticas ainda apresenta entraves materiais, institucionais e simbólicos no qual ainda não tem a possibilidade de efetivamente desenvolver esse papel: “Muitas vezes, os jovens se tornam expectadores de processos —sobretudo os de cunho educacional— nos quais são, da primeira à última instância, os principais sujeitos de interesse.” (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p.113)

Sendo então considerado por Ribeiro e Macedo (2018) como um desafio a ser realizado, na medida em que é necessário superar a defasagem entre o que é proposto nestas leis e o que é posto em prática, já que, como fator de dificuldade, encontra-se o fato de que a maioria das ações elaboradas pelo governo federal devem ser executadas pelos estados e municípios, onde esses também trabalham na elaboração efetiva e na implementação de políticas que possam desenvolver suas potencialidades.

Estes estatutos precisam ser a base da elaboração e implementação de políticas públicas, permitindo assim uma organização interdisciplinar e uma participação efetiva dos jovens, de modo a viabilizar a concretização de políticas direcionadas à juventude e que, efetivamente, seja construída com eles e para eles.

Como foi possível observar, tanto o ECA como o Estatuto da Juventude são leis provenientes das lutas de muitas gerações, podendo ser consideradas como uma vitória alcançada, mas também como um caminho a ser construído para a efetivação, possibilitando que a população jovem seja de fato composta por sujeitos que têm seus direitos garantidos. Para a concretização dos direitos estabelecidos no ECA e no Estatuto da Juventude é necessário que tais leis se

efetivem na vida dos jovens pobres através de políticas públicas que possam garantir que todos tenham seus direitos constitucionais de fato e não apenas de direito.

1.4. As políticas públicas e a garantia de direitos dos jovens

De acordo com Silva e Silva (2011), é recente a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos no Brasil, em que o reconhecimento da necessidade de políticas públicas para esta geração iniciou-se a partir de 1980 através dos movimentos sociais.

O descontentamento dos movimentos sociais, entre eles: Pastoral do Menor, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), movimentos de igrejas e Universidades, MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) e a Pastoral da criança, teve como objetivo conquistar direitos às crianças e adolescentes, se constituindo como importante destaque histórico, pois defendiam a proposta de deixar de lado a concepção de que estes eram “menores” que necessitavam de um enquadramento social.

Segundo Oliveira e Tavares (2017), a parcela da sociedade considerada jovem somente recentemente passou a ser alvo das preocupações relacionadas à elaboração de políticas. A criação de políticas públicas neste sentido é relevante para o enfrentamento das condições de desigualdade social que atinge a esta parcela da população.

A política pública, segundo Pereira (2009), deve se preocupar em prover bens materiais e também em contribuir para a solidificação do direito do ser humano “à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável, ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso” (PEREIRA, 2009, p. 103). Essa, porém, não é uma atividade simples, pois, segundo a autora, os direitos sociais dependem de recursos para serem efetivados, deste modo as políticas públicas se configuram como um desafio a ser concretizado.

A partir do momento que a população jovem passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, surge na sociedade brasileira um debate sobre as demandas da categoria juventude que se constitui de forma diversificada. Há que se lembrar, portanto, que não se pode definir a categoria juventude enquanto

faixa etária, pois tal atitude esconde diferenças, desigualdades e fatores históricos e sociais variados. Os jovens possuem diversificadas formas de vivenciar a juventude e apresentam dificuldades para garantir seus direitos básicos, segundo Assunção e Almeida (2009):

Essa diversidade expressa na realidade de maneira desafiadora, especialmente, no atual contexto da globalização, permeado pela ideologia neoliberal que põe em xeque os direitos sociais, dentre estes, desrespeita e/ou desqualifica os direitos dos jovens, quer na violação de seus direitos humanos, quer na ausência de espaços de lazer e cultura, quer nas péssimas condições de ensino das escolas públicas, quer na falta de segurança, de saneamento, de moradia digna e, principalmente, na falta de trabalho com o desemprego crescente. Esses são alguns dos baixos indicadores sociais que revelam como os direitos de cidadania desse segmento populacional vêm sendo historicamente violados. Esses baixos indicadores manifestam-se, sobretudo, sob a face perversa do fenômeno da juvenização da violência e da pobreza. (ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2009, p.3)

Segundo Oliveira e Tavares (2017), o Brasil do século XXI tem uma enorme dívida social, que se revela incapaz de atender às necessidades básicas de saúde, moradia, alimentação e trabalho, entre outros. De acordo com os autores, estes são os bens negados ou restritos a uma parcela da população, sendo a juventude um dos segmentos mais prejudicados dentro deste contexto de desigualdade, por seus direitos fundamentais serem desrespeitados.

A desigualdade colabora para que os jovens não tenham seus direitos garantidos nos diversos setores, entre eles: saúde, educação, trabalho etc. e, de acordo com Oliveira e Tavares (2017), o contexto social, histórico e econômico está diretamente relacionado com as condições da juventude e seu protagonismo. Assim, os formuladores de políticas devem considerar essa população como autor social independente, com suas vontades e desejos, para que, no contexto histórico de nossa sociedade, esta deixe de ser marginalizada e passe então a ser atendida por políticas sociais efetivas. Como relata:

[...]observa-se que a juventude historicamente tem ficado a margem de programas governamentais efetivamente transformadores, sendo atendidos por políticas gerais ou destinadas a outro segmento, dado que apenas recentemente passa a ser considerado como público de políticas sociais. (TAVARES; OLIVEIRA, 2017, p. 2)

Neste mesmo sentido, segundo Assunção (2010), a juventude pobre é composta expressivamente por uma população vitimada pela cruel dinâmica social atual:

A juventude representa um número expressivo da população vitimizada por essa cruel dinâmica social. Nesse cenário, a juventude vê-se cotidianamente desafiada pelas consequências que tal processo impõe a toda a população. Na busca pela sobrevivência, muitos/as jovens pobres, oriundos/as de famílias também vítimas desse processo excludente, veem-se compelidos/as a estabelecer uma batalha diária na luta contra a pobreza, a violência, o desemprego estrutural, a destruição dos direitos sociais e ao conjunto de transformações oriundas no mundo do trabalho, com desdobramentos perversos para quem do trabalho depende para sobreviver, ou seja, para a classe trabalhadora. (ASSUNÇÃO, 2010, p. 10)

Esta realidade da juventude brasileira atual necessita da implementação de políticas sociais que deem conta de garantir os direitos dessa população que fora historicamente negligenciada. Conforme ressalta Zaluar (1997), devem ser elaboradas de modo a garantir os direitos sociais:

As políticas sociais devem ser implementadas não porque os pobres constituam um perigo permanente à segurança, não porque venham a ser as classes perigosas, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas. Em outras palavras, não convém esquecer que, apesar da enorme desigualdade existente neste país, são poucos os jovens pobres que enveredam pela carreira criminosa, exigindo assim, um atendimento especial para eles que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tenham eles maior ou menor controle sobre estas (ZALUAR, 1997, p.8).

Segundo Castro (2004), as articulações e debates, visando estruturar políticas direcionadas à juventude e que de fato reconheçam os jovens enquanto sujeitos de direitos, vem evoluindo progressivamente principalmente a partir deste século. No entanto, as políticas públicas, aparecem como direitos, que são ainda focalizados em uma pequena parcela dos jovens, atingindo assim uma minoria, em que os já excluídos dificilmente se inserem e, quando se inserem, trata-se de uma inclusão perversa.

Para Sposito e Carrano (2003), é necessário e importante reconhecer que alguns problemas afetam expressivamente a população jovem, principalmente aqueles que se encontram em situações consideradas de risco social, que precisaria ser combatido por meio de políticas públicas que levem em conta os

problemas existentes em diversas áreas como na saúde, na segurança pública e no emprego.

Entretanto, os autores (SPOSITO; CARRANO, 2003) ressaltam que as políticas para a juventude, além de sua ação imediata, podem agir ativamente na produção de novas representações sobre a população jovem; não sendo apenas um retrato passivo de como a juventude é concebida socialmente, podendo então influenciar na concepção construída. Assim, corre o risco de que as políticas acabem por impor uma percepção sobre os jovens em situações de exclusão social de problema a ser combatido.

De acordo com as autoras, no processo de elaboração das políticas é possível perceber que em muitas das formulações, a condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo. Isso requer estratégias eficazes de enfrentamento, ou seja, as políticas são elaboradas tendo em vista o enfrentamento do que comumente é chamado de problemas da juventude, onde a percepção do jovem como problema social parece predominar.

Há, porém, que se considerar a população jovem como heterogênea, na medida em que evidencia diversidades e desigualdades e é composta por sujeitos históricos, sociais e culturais. Os jovens precisam ter um olhar dirigido para a garantia de seus direitos, independente de classe social, gênero, raça; tendo seus direitos de fato garantidos independente de suas particularidades.

Segundo Castro (2004), como direito primordial a ser garantido aos jovens, é necessário dar voz a diversidade presente nesta categoria, na qual a defesa das diversas juventudes possibilita espaços para que os jovens representem seus direitos.

Assim é que Diógenes (2009), afirma que as políticas direcionadas aos jovens excluídos devem ser traçadas com o desafio de ressignificar valores e atitudes daqueles que se sentem excluídos, e que são de fato excluídos do acesso aos equipamentos, aos diversos serviços urbanos e nos seus espaços de convivência. Para tanto, estes jovens devem ser interligados através de uma “rede de direitos” que os formem como efetivos sujeitos ativos, ultrapassando sua atuação e vivência de costume. Deste modo, é necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas que possibilitem aos jovens atendidos condições de vida que considerem os diversos direitos básicos.

A juventude é o grupo considerado por Castro (2004), como o mais descoberto com relação a elaboração de políticas focalizadas e investimentos nessa categoria. Portanto, necessita que se ultrapasse o pensamento de que a elaboração de políticas públicas consista apenas em um “elenco de programas”, não se baseando somente em necessidades quantificadas, mas em compreender os sentidos dos fenômenos focalizados:

Não basta, portanto, juntar o que já se tem, traçar em uma matriz o que cada ministério tem em termos de programas que beneficiem os jovens, e a tal somatório chamar Política de Juventude. Há que questionar como se afirma nas ações do governo, nos programas voltados para jovens, o lugar da educação, da autonomia, das linguagens juvenis, o direito dos jovens em serem sujeitos atores de seus direitos. (CASTRO, 2004, p.290)

Para Castro (2004), na modernidade recente há um ganho com relação ao reconhecimento da dialética entre os direitos humanos no geral e os direitos humanos de muitos, considerando também suas singularidades, seja das vulnerabilidades negativas ou nas possibilidades, linguagens próprias, irreverências e vivências. Alguns complicadores sobre a população jovem, no entanto, têm colaborado para que estes não sejam considerados sujeitos de direitos, são eles: não reconhecer os jovens como sujeitos com identidade própria, não considerar a diversidade presente nas diversas formas de ser jovem (juventudes) e, ao mesmo tempo, a capacidade de articulação para objetivos comuns, desconsiderando as dualidades intergeracionais, e, por fim, desconsiderar a especificidade quanto aos direitos de: “estudar, divertir-se, exercitar-se, investir em autonomia, buscar e ser crítico-criativo e ter assegurada sua manutenção econômica e afetiva-familiar” (CASTRO, 2004, p.22).

Para que os jovens sejam de fato considerados sujeitos de direitos, Castro (2004) nos dá algumas pistas:

- Considerar os jovens como beneficiários de serviços e atores estratégicos para o desenvolvimento;
- Colaborar para a construção da autonomia e formação de capital cultural;
- Além de ter os jovens como atores gestores de políticas, ter juventude/geração como enfoque (enfoque geracional/juvenil)
- Investir na formação de adultos que trabalham com jovens, considerando aquele enfoque;
- Promover a participação dos jovens no desenho, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas

(democracia participativa), atentando para simplificações sobre o paradigma da participação;

- Capacitar os jovens sobre políticas públicas, democratizando conhecimentos para formulação, a crítica e o acompanhamento de políticas;
- Priorizar o tempo de estudo e formação, garantindo bolsas de estudo;
- Equacionar estudo e garantia de segurança econômico-social com formação cultural, ética, diversão e esporte;
- Responder a heterogeneidade de grupos juvenis;
- Contar com perspectiva de gênero;
- Contar com perspectiva de raça/etnicidade;
- Fomentar ações afirmativas que lidem com as desigualdades sociais, com corte geracional;
- Cuidar da qualidade de instituições estratégicas para juventude, como a escola;
- Integrar programas, considerando a transversalidade do enfoque geracional e não apenas somar ações/programas/políticas;
- Fortalecer e criar redes institucionais entre sociedade civil e políticas, reforçando a criação de conselho de direitos juvenis junto a entidade no Estado criada para coordenar políticas de juventude e garantir a transversalidade do enfoque geracional;
- Implementar um sistema institucional de gestão (coordenação) comprometendo a colaboração de várias esferas do governo (articulação), em particular incentivando representações a nível municipal/local;
- Utilizar recursos e metas com transparência, possibilitando o acompanhamento crítico das políticas;
- Sensibilizar a opinião pública e as instituições formadoras de opinião e com poder de comunicação sobre jovens, sobre juventudes;
- Incentivar e apoiar uma mídia jovem, possibilitando sua modernização quanto a conhecimento e uso de tecnologias inovadoras e difusão para público em geral;
- Fomentar pesquisas sobre grupos juvenis, avaliações de programas e políticas e o intercâmbio de experiências, incentivando a recorrência a jovens pesquisadores;
- Romper o dualismo entre políticas universais e políticas focalizadas;
- Investir no trânsito e nos nexos entre políticas de/para/com juventudes. (CASTRO, 2004, p.24)

Observa-se que viabilizar que os jovens sejam de fato sujeitos de direitos não é uma tarefa fácil, já que como apresentado acima há diversos fatores envolvidos, porém é extremamente necessário. Estes princípios apresentados por Castro (2004) estão pautados nos parâmetros: ético-políticos das identidades juvenis associadas ao gênero, raça e orientação sexual, entre outros; voltados à questão da gestão ou formatação institucional; apoiados em

ações contínuas de estudos e pesquisas e apoiados nas leis federais (ECA, BRASIL, 1990 e Estatuto da Juventude, BRASIL, 2013).

Segundo Silva e Silva (2011), a juventude brasileira necessita urgentemente de investimentos nas áreas econômica, educacional, cultural, política e social, devendo levar em conta a realidade da juventude como coletiva, com sua diversidade oriunda das determinações sociais, sendo assim capaz de, efetivamente, constituir uma política nacional de juventudes.

A garantia de direitos aos jovens deve, deste modo, servir como base para a elaboração de políticas públicas que valorizem as diversas juventudes presentes em nossa sociedade, sobretudo as compostas pela população pobre.

2. OS JOVENS

Nesta seção, pretende-se apresentar o estudo sobre o sujeito objeto desta pesquisa. Para tanto, procuraremos definir quem é este jovem, o conceito de juventude(s), bem como apresentar reflexões sobre a juventude empobrecida moradora nas periferias urbanas.

2.1. Jovens e Juventude

Há diversas definições sobre os jovens e a juventude presentes em nossa sociedade, porém descrever a população jovem não é uma tarefa simples, pois tal caracterização depende diretamente do contexto ao qual está inserida.

De acordo com Bourdieu (1983), os jovens estão em um momento da vida em que se está mais aberto a apreensão de novos conhecimentos, posturas e construções de novas relações sociais, sendo então uma fase determinante para seu futuro, mas ser jovem não pode ser reduzido a isso. Para ele, o fato de falar destes como se fossem uma unidade social ou um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, constitui-se em uma manipulação evidente.

O critério geracional, portanto, é limitado para definir a população jovem, pois ao mesmo tempo em que há fatores que os aproximam, há também fatores que os colocam em polos opostos. Segundo Salles (2005), o critério geracional não é capaz de dar conta sozinho de descrever indivíduos nas diferentes etapas da vida, como por exemplo a juventude, isso ocorre segundo a autora devido à complexidade da sociedade atual.

O jovem é constituído a partir das relações que estabelece, e que se concretizam de acordo com as condições objetivas de cultura, que se inserem na vida deste sujeito:

Condições históricas, políticas e culturais diferentes produzem transformações não só na representação social da criança e do adolescente, mas também na sua interioridade. Há uma correspondência entre a concepção de infância presente em uma sociedade, as trajetórias de desenvolvimento infantil, as estratégias dos pais para cuidar de seus filhos e a organização do ambiente familiar e escolar. (SALLES, 2005, p.34).

A definição do sujeito jovem, portanto, só pode ser demarcada a partir da compreensão da sociedade a qual pertence. Segundo a autora, há um entrelaçamento entre eles onde a subjetividade é construída através das circunstâncias históricas, culturais e sociais nas quais o indivíduo está inserido e, também, pelas experiências particulares que vivencia no interior de determinada cultura, ou seja, para compreender a esta subjetividade é necessário ter como referência sujeitos sociais, concretos e que são estruturados dentro de uma determinada organização social e cultural, onde há uma apropriação do social.

Da mesma forma para Takeuti (2012), a concepção de juventude está atrelada a diferentes contextos:

A definição do ser jovem e a concepção das relações juvenis na complexa contemporaneidade estão atreladas aos contextos de ordem cultural, social, político e econômico de cada sociedade. (TAKEUTI, 2012, p.427)

O jovem não pode ser simplesmente definido de forma direta e única, pois, de acordo com Ozella (2002), o jovem não é algo definido, dado por natureza, já que suas características surgem nas relações sociais:

O jovem não é algo por natureza. São características que surgem nas relações sociais, em um processo no qual o jovem se coloca inteiro, com suas características pessoais e seu corpo. Como parceiro social, está ali, com suas características que são interpretadas nessas relações, tendo um modelo para sua construção pessoal. É importante frisar que o subjetivo não é igual ao social. Há um trabalho de construção realizado pelo indivíduo e há um mundo psíquico de origem social, mas que possui uma dinâmica e uma estrutura própria. (OZELLA, 2002, p.21)

As relações sociais, que os jovens estabelecem, acabam por influenciá-los em todas as suas vivências, se tratando do que Berni e Roso (2014) definem como uma construção social, histórica e cultural que foi fabricada e institucionalizada, partindo dos interesses da sociedade moderna industrial. Há que se destacar que o jovem se constitui de modo que o subjetivo não é igual ao social, pois ao mesmo tempo em que há um trabalho de construção realizado pelo indivíduo, há também um mundo psíquico de origem social, mas que possui uma dinâmica característica.

Uma das mais comuns representações sobre os jovens, segundo Dayrell (2003) é a de que este vive uma condição de transitoriedade, em que o jovem é visto como um “vir a ser”, no qual o sentido atribuído a suas ações do presente está relacionado ao seu futuro e a passagem para a vida adulta. Contudo, de acordo com o autor, para a compreensão da juventude, levando em conta sua diversidade, é necessário desenhá-la através de critérios flexíveis, pois esta faz parte de um processo específico, que segundo o autor:

Ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p.42).

O ser jovem não pode ser entendido apenas como uma fase da vida, devendo ser compreendido, conforme exposto por Dayrell (2003), como parte de um processo no qual é construído o sujeito, em que a “juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DAYRELL, 2003, p.42).

É importante compreender os jovens como sujeitos sociais, pois segundo Dayrell (2003), como tal, eles constroem um determinado modo de ser jovem. Constituindo-se assim como sujeitos completamente diferentes, mesmo que sejam pertencentes a mesma faixa etária. Reconhecer essa diversidade e momento de constituição como sujeito é fundamental em toda e qualquer proposta de política pública.

A juventude, de acordo com Vargas Gil Souza (2004), tem se constituído como objeto de diversificados estudos oriundos de diferentes perspectivas, em que se rompe com as ideias de juventude caracterizada como um grupo homogêneo, utilizando então o termo “juventudes”, em que a noção do termo juventude passa a ser construída pautada na diversidade já que muitos são os modos de ser jovem. Concordando também com o que é colocado por Sposito e Tarábola (2017), que opta pela expressão “juventudes”, visando configurar as desigualdades e diversidades entre os diferentes jovens, já que estes se constituem como sujeitos com subjetividades, formas diversificadas de

socialização e processos de individualização. No qual, segundo Takeuti (2012), ao se afastar desta ideia de juventude como única, será possível ver o real contexto do consistente ethos juvenil.

A juventude será, portanto, compreendida neste trabalho como heterogênea, não sendo suficiente defini-la, utilizando o critério da faixa etária. Isto porque há características diversificadas dentre as diversas juventudes presentes em nossa sociedade e que variam em diferentes contextos, sendo influenciada por questões sociais, culturais e econômicas. A juventude é, portanto, complexa, na medida em que evidencia diversidades e desigualdades e é composta por sujeitos históricos, sociais e culturais que são influenciados pelas relações sociais que estabelecem.

2.2. Pobreza, negritude e exclusão social

O termo juventude pode expressar ideias e conceitos diferentes na medida em que é socialmente definida de acordo com seus interesses, suas origens, suas perspectivas e aspirações. Devemos considerar a juventude em sua diversidade, na medida em que compõem trajetórias e percursos de transição diferenciados que se mostram flutuantes, flexíveis e diversificados.

Segundo Salles (1998), apesar de o jovem ser visto como sujeito definido socialmente independente de sua classe social, é importante destacar que suas características são específicas de acordo com o nível socioeconômico no qual está inserido, ou seja, acaba por determinar diversificadas formas de se constituir enquanto sujeito.

Historicamente, de acordo com Pais (1990), o termo juventude começou a possuir consistência social no momento em que se iniciou a observar um prolongamento entre a infância e a idade adulta e, conseqüentemente, dos problemas sociais derivados do considerado tempo de passagem, quando caracterizam a juventude como uma fase da vida.

A juventude é composta por sujeitos com características diversificadas, e que vivenciam diversos contextos sociais, como diz Pais (1990) seria “um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum.” (PAIS, 1990, p.140). Isto porque se constituem como um conjunto social variado, composto por múltiplas

culturas juvenis, com diferenças relacionadas à classe social, situação econômica, interesses, diferentes oportunidades de ocupação, etc.

Como argumentam Esteves e Abramovay (2007), algumas características aproximam jovens de diferentes mundos como no caso da procura pelo novo, a busca por respostas a perguntas que surgem em novas situações e contextos, o jogo estabelecido entre o sonho e a esperança e a incerteza proveniente dos desafios colocados pelo mundo adulto, ou seja, para os autores quando se analisa o “estado de espírito” há uma aproximação entre os jovens. Entretanto, quando a juventude é pensada a partir de uma realidade concreta com suas diversidades de sexo, idade, classe social e anseios as diferenças tendem a se impor.

Os jovens possuem interesses, modos de comportar-se e posicionar-se no mundo que lhe são próprios, e que estão diretamente relacionados aos estratos socioeconômicos, contexto histórico e social a que pertencem, além de sua trajetória constitutiva.

Os autores Dayrell e Carrano (2003) relatam que para se pensar a população jovem no país é necessário se atentar para as disparidades socioculturais e para os contextos no qual o jovem se constrói como sujeito. Estes são formados através de uma grande diversidade que:

[...] se acentua no contexto de uma crise pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, como o trabalho e a escola. Uma das expressões dessa crise são as transformações profundas no mundo do trabalho. Tanto no Brasil como no exterior, constata-se uma mudança nos padrões da organização do trabalho, que altera as formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. (DAYRELL; CARRANO, 2003, p.10)

A juventude pode ser vivenciada de diversas formas, onde os estratos sociais ao qual pertencem têm influência nessas vivências e nas concepções sobre estas em nossa sociedade. Neste sentido, Salles, Silva e Fonseca (2014) relatam que a representação de juventude está relacionada aos estratos sociais a qual pertencem, colaborando para que a juventude mais empobrecida seja concebida como um segmento ameaçador e perigoso. Segundo as autoras, ser jovem, ser pobre e ser morador da periferia provoca questões relacionadas à

segregação, à exclusão social e à representação de jovens como sujeitos perigosos e desordeiros.

O jovem pobre morador da periferia e o que pertence a outro estrato socioeconômico são iguais e são diferentes. O pertencimento a uma determinada geração os iguala e o pertencimento a classes sociais distintas os distancia (Pais, 1990).

A realidade social dos jovens, portanto, demonstra que não existe um único tipo de juventude. Neste sentido é que Esteves e Abramovay (2007, p. 21) dizem que “grupos juvenis constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades”. Assim, a juventude se constitui de modo diversificado, composto por múltiplas formas de ser vivenciada:

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p. 25).

O jovem de hoje, de acordo com Kliksberg (2006), nasceu em uma América Latina imersa em processos históricos diferentes dos vistos antes, pois nas últimas décadas o mundo viveu grandes transformações nos campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. Segundo o autor, a vivência dos jovens de hoje é bastante diferente das vividas pelas gerações anteriores, o que acaba por influenciar diretamente em seus dilemas, buscas e condutas cotidianas. O atual momento histórico tem propiciado discussões sobre juventude em diversos âmbitos - político, econômico e social -, reforçando a ideia de que a juventude não deve ser tratada como algo natural, se atentando para as análises sobre juventude e o significado que tem o pertencimento aos diferentes estratos socioeconômicos. Segundo o autor:

No terreno político há um forte movimento em direção à democratização que se inicia nas bases da sociedade civil, que terá muito mais força se conseguir obter a participação maciça dos jovens. No campo econômico, foi criada uma "janela de oportunidade" ao se reduzirem significativamente as taxas de fecundidade da região e diminuir a pressão demográfica. No

campo social, a sociedade está colocando no centro da agenda pública a necessidade de priorizar de uma vez a luta contra a pobreza e contra a desigualdade, que tem entre suas vítimas preferenciais os jovens (KLIKSBERG, 2006, p. 911).

Ainda, para Kliksberg (2006), uma grande parte da população encontra-se abaixo do que é considerado linha da pobreza, e junto a este fator há também as desigualdades históricas que ficam cada vez mais acentuadas, produzindo o que é denominado pelo autor como uma variedade de “circuitos de vida” juvenis.

No caso dos jovens pertencentes aos estratos socioeconômicos mais empobrecidos, a associação com problema e gente perigosa parece predominar (SALLES; SILVA, 2011), sendo também, comumente encarado como um sujeito em desvio. De acordo com Peralva (1997), o jovem pode ser compreendido como aquele que se integra mal, que é resistente à ação socializadora, de modo que se desvia em relação a um determinado padrão normativo.

O imaginário negativo sobre os jovens, segundo Esteves e Abramovay (2007), se faz presente em seu cotidiano e nas relações estabelecidas com as instituições sociais de que participa como, por exemplo, a escola, a família ou programas e ações. Nestes, a representação de jovens como “geradores de problemas” está fortemente presente.

De acordo com Kehl (2004), são poucos os jovens capazes de consumir todos os produtos que são oferecidos a juventude da contemporaneidade pelo mercado capitalista, vivendo, então, em consonância com vários paradoxos, como relata também Takeuti (2012):

Um dos paradoxos com os quais se confrontam os jovens na atualidade diz respeito, de um lado, à transformação contemporânea das significações sociais da juventude que os eleva ao patamar de excelência na inteligência, beleza, liberdade e sensualidade e, de outro, às limitações da realidade concreta e objetiva, onde o campo de possibilidades se acha bastante reduzido para a efetiva realização do jovem na vida profissional e social. Haveria uma incompatibilidade entre a ordem da representação e a ordem da realidade no campo da juventude, fazendo com que se produzam ideias e atitudes ambivalentes em relação ao jovem. (TAKEUTI, 2012, p. 429)

Neste sentido, de acordo com Takeuti (2012), o modo de produção capitalista contemporâneo cria desafios não esperados, provocando constante embate nos jovens diante dos diferentes processos de subjetivação.

De acordo com Vargas Gil Souza (2004), os jovens de hoje não se sentem incluídos, onde a possibilidade real de consumo é mínima ou até mesmo nula. E de fato não o são. Andrade e Neto (2009) também enfatizam que a juventude é composta por processos de diferenciação, pois esta é uma categoria diretamente dependente do contexto ao qual está inserida. Um exemplo disto é a educação dos jovens no Brasil, em que a escolaridade ligada à faixa etária, segundo os autores, “opera importantes diferenciações juvenis”. Isto ocorre porque a juventude apresenta-se como uma categoria diretamente dependente do contexto ao qual está inserida e “assim o processo de escolarização constitui hoje, um espaço importante de sentido que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros” (ANDRADE; NETO, 2009, p.58).

Sobre os jovens que sofrem com a pobreza, vivendo em meio as dificuldades materiais, Takeuti (2012) questiona as possibilidades que lhes são oferecidas:

E quando pensamos em jovens que se debatem em meio às dificuldades materiais, na pobreza, perguntamo-nos se eles podem tentar, desde já, esboçar outra maneira de viver, não mais subsumida inteiramente nas violências sociais, mesmo diante da implacável realidade da permanência das desigualdades sociais. (TAKEUTI, 2012, p.428)

No mundo globalizado, de acordo com Coimbra e Nascimento (2003), a condição de ser pobre está associada à periculosidade, à criminalidade e à condição de não humanidade. Neste mesmo sentido, Misse (2007) destaca que é na juventude em que a possibilidade de ganho fácil aparece como uma alternativa para o consumo colocada pelo mercado capitalista:

É nessa fase da vida que se está mais vulnerável às atrações de ganho fácil, do consumo e das drogas – isto é, de tudo aquilo que o mercado alardeia como meta cultural para uma sociedade despedaçada na mais grave desigualdade social, como é o caso do Brasil. (MISSE, 2007, p.197)

Segundo Silva e Silva (2011), a escassez de oportunidades de acesso aos espaços culturais por exemplo, colaboram para que alguns jovens direcionem seu tempo ocioso para a prática de atividades consideradas inadequadas e perigosas.

No entanto, Zaluar (2004) problematiza, dizendo que se ao justificar a criminalidade violenta de uma pequena parcela da juventude pobre, não estamos desviando a atenção dos que realmente deveriam ser controlados, seja os traficantes ou os que desviam verbas. Assim, deveriam ser atribuídas a realização de políticas públicas, que visam educar aos jovens, para uma sociabilidade positiva como também para os direitos positivos de participação.

Segundo Abramovay e Castro (2002), os jovens cotidianamente vivenciam situações que os condicionam a comportamentos violentos e que acabam por vitimá-los, em particular os que vivem na pobreza. Há, no entanto, de ficar atento para que não se escorregue, a fim de seguir o mesmo viés dos debates sobre exclusão e pobreza, como se os jovens mais vulneráveis fossem considerados como excluídos/ fora do sistema e não como parte deste, o que não nos leva a avançar na análise pela compreensão dos processos e relações sociais estabelecidos.

Neste sentido, segundo esses autores (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002), a juventude não se trata de uma geração em crise, mas da crise de uma geração que por ser entendida como um modelo de sociedade, vem afetando de maneira singular os jovens, em particular aqueles em situação de pobreza. A distinção entre o jovem honesto e o jovem marginal é simplificada baseando-se no seu local de moradia, onde a atual sociedade excludente classifica como “marginais” os jovens pobres.

A juventude, de acordo com Esteves e Abramovay (2007), é uma construção social na qual se conjuga por estereótipos, momentos históricos, diversificadas referências e diferentes situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc., onde esta pode ser interpretada de maneira dualista e maniqueísta:

Se, de uma parte, são considerados como o futuro das nações, os responsáveis pelo advir, de outra são acusados de pensar e agir de modo irresponsável no presente. Dessa forma, ainda que a eles seja conferida a esperança e imputada a responsabilidade por um mundo melhor, ao mesmo tempo são obrigados a conviver com o medo e a desconfiança que a sociedade neles deposita, situação que se agrava ainda mais na medida em que também são concebidos como aqueles que, via de regra, não produzem, dependendo economicamente das populações mais velhas. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p.26)

Essa visão negativa com relação a juventude acaba por responsabilizá-los enquanto indivíduos. Neste sentido, os autores Esteves e Abramovay (2007), complementam que a juventude é também constantemente considerada como sujeitos imputados de culpa, na medida em que são constantemente associados a uma ameaça social, à criminalidade e à delinquência. A figura do jovem estaria então diretamente relacionada a desvios e transgressões criminosas, colocando em risco toda sociedade e também a sua integridade física e moral. Este imaginário social por sua vez, de acordo com os autores, impacta diretamente nas informações referentes ao avanço das taxas de criminalidade e violência entre as populações mais jovens.

A concepção de juventude que está presente em nossa sociedade é, portanto, carregada de negativismo, como relatam Esteves e Abramovay (2007):

No que diz respeito à juventude, de maneira mais específica, a construção social em torno dela é, via de regra, carregada de significados negativos, prevalecendo o rótulo de geradora de problemas, cujos desdobramentos e consequências se fazem sentir tanto em seu cotidiano quanto na sua relação com as diversas instituições sociais de que participa, tais como a família, a escola etc. (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007, p.20)

A Juventude também é comumente relacionada a questões de violência, segundo Cara e Gauto (2007,) ao falar sobre este tema há questões estruturais que precisam ser analisadas:

A noção conservadora de que o envolvimento com a violência e com a criminalidade – na condição de agressor – depende, centralmente, da vontade individual ou de elementos exclusivos de caráter é, no mínimo, limitada. Se não é comprovada uma causalidade unívoca, existe forte relação entre desigualdades sociais e violência. Hoje, em nossa sociedade, em especial nas metrópoles, são criadas expectativas de vida para o conjunto da população, sem bases materiais para o seu atendimento, o que, no caso dos jovens, tem especial significado, por sua exposição à mídia e a apelos de consumo não respaldados pelos recursos econômicos necessários no caso de setores majoritários da população juvenil. (CARA; GAUTO, 2007, p.179)

Para esses autores, os jovens, principalmente o morador da periferia urbana, constroem uma identidade em meio a um grande conflito social composto por dois lados bastante contraditórios, o da ávida cultura de consumo e o da cultura de violência, onde o crime, de certa forma, aparece relacionado ao glamour, e o tráfico de droga aparece com um significado muito maior do que

um meio para se organizar economicamente, mas um meio de vida capaz de realizar as necessidades de consumo e possibilitar a vivência de experiências significativas de poder e aventura em relação aos demais jovens. A violência, na vida do jovem pobre, está relacionada a um status social:

A violência aparece também como um recurso à preservação da auto-imagem: ser violento e/ou envolvido com a criminalidade confere status social. A vida social compartilhada em grupos é fundamental para o jovem, pois oferece apoio e proteção. A violência enquanto afirmação de identidade necessita de uma plateia, já que comunica ao se romperem as regras e recorrerem à violência, quem é e o lugar que quer ocupar. (CARA; GAUTO, 2007, p.179)

Segundo Cara e Gauto (2007), a sociedade brasileira atual considera a juventude como um período preparatório e como etapa problemática, esta concepção está dividida entre os setores juvenis: os pertencentes as classes médias e altas na qual somente aos jovens destas classes econômicas é permitida a possibilidade de uma ocupação exclusivamente educacional. Isso ocorre, ao mesmo tempo em que as prioridades dos jovens na área de saúde e segurança pública são desenvolvidas pela concepção de jovem que vivencia um momento problemático da vida, encontrando nos jovens de classes populares seus principais destinatários, com a compreensão de que são clientes ou usuários, que portanto:

Reside, nesse caso, uma perspectiva – quando muito – compensatória, calcada geralmente em uma tentativa arrogante e preconceituosa de dar oportunidade a esses grupos juvenis vulneráveis de ingressarem em uma espécie diminuta e limitada de processo civilizatório. (CARA; GAUTO, 2007, p.172)

Há de se ressaltar, no entanto, que não há problema na existência do convívio de diferentes grupos, mas sim a atual dinâmica social do Brasil baseada permanentemente na reprodução da exclusão social; sendo, portanto, considerada pelos autores (CARA; GAUTO, 2007), como se constituindo de maneira perversa, onde a violência acaba por gerar preconceitos e como consequência a negação dos direitos da população excluída, resultando no não reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, como previsto no ECA (BRASIL, 1990) e Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013).

Em pesquisa realizada por Vale (2010), a autora relata que os jovens moradores da periferia muitas vezes são considerados irresponsáveis, violentos e desprovidos de comprometerimentos sociais. Este imaginário, no entanto, coopera para que se fixe à figura do jovem concepções relacionadas à periculosidade da periferia. Condizendo, portanto, com:

Falas que vão ainda ao encontro dos discursos midiáticos - propagados pelos programas e reportagens destinados aos adultos que têm caracterizado os jovens urbanos de periferia como segmento perigoso e desprovidos de ideais éticos. (VALE, 2010, p. 45)

Neste sentido, para Salles, Silva e Fonseca (2014), a juventude é significada pela cultura, vivida de forma diversificada a partir dos estratos sociais ao qual os jovens são pertencentes. Há, ao mesmo tempo, a associação com faixa etária, mas há também uma significação da juventude que é dada pelas “condições específicas dos estratos sociais aos quais pertencem e que determinam modos específicos de inserção social.” (SALLES; SILVA; FONSECA, 2014, p.60)

A juventude é, portanto, composta por diversificados contextos, ser jovem pobre e de periferia se constitui como uma realidade dos jovens em situação de exclusão e vivenciadores dos problemas sociais e se caracteriza como diversificada da vivenciada por jovens das classes sociais mais altas.

De acordo com Silva e Silva (2011), as desigualdades econômicas, sociais ou culturais, dividem a juventude, sendo composta por jovens que conseguem usufruir de sua condição juvenil; os jovens que se inserem precocemente na vida adulta, ingressando no mercado de trabalho ou o jovem ingressante no que as autoras chamam de “mundo da marginalidade”.

Segundo Dayrell (2003), as imagens e concepções sobre os jovens pobres acabam por interferir na maneira como os compreendemos. Junto a isso, Takeuti (2012) relata que os indicadores sociais apresentam o Brasil ocupando o terceiro lugar no mundo no assassinato de jovens e a pior taxa de desocupação na população juvenil, em que a escassa oportunidade de emprego caracteriza a população jovem como o segmento da população ativa mais fragilizada, como relata:

Ora, muitos jovens, na sociedade brasileira, estão excluídos do processo de aquisição de competências necessárias à entrada no mercado de trabalho. O modelo de inclusão social passa invariavelmente, na sociedade contemporânea, pela educação e trabalho. Mas não há educação e emprego para todos! (TAKEUTI, 2012, p.429)

Em 2017, esses dados se agravaram, conforme levantamento constante no atlas da violência publicado em 2019, de que 55% dos homens assassinados no Brasil são jovens. A taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos a cada 100 mil habitantes aumentou de 58,8 em 2007 para 69,9 em 2017, tendo então um salto de 19%. Os jovens, de acordo com o IBGE – Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua Anual (2019), continuam a apresentar taxas de desocupação elevadas nas faixas etárias entre 14 a 17 anos (39,2%) e de 18 a 24 anos (23,8%).

Se para os jovens pobres, as perspectivas nesse país não são boas, para os jovens negros essa situação é ainda mais difícil. Estes têm um fardo maior de discriminação pelo fato de ser negro. Historicamente, a população negra no Brasil acumula desigualdades relacionadas à saúde, educação, perspectivas de vida, e em todas as outras categorias possíveis.

Em 2018, o percentual de jovens brancos cursando o ensino superior ou que já havia concluído esse nível (36,1%) era quase duas vezes o de pretos ou pardos (18,3%).

A questão da violência também é destaque na população jovem de pretos ou pardos. A taxa de homicídios de jovens pretos e pardos de 15 a 29 anos para cada 100 mil habitantes chegou a 98,5 em 2017, contra 34,0 dos jovens brancos, e a taxa de jovens pretos e pardos do sexo masculino chegou a 185,0 (IBGE, 2019). A violência mostra como a desigualdade se manifesta na vida desses jovens de forma grave, causando prejuízos irreparáveis e, evidenciando, então, a demanda por políticas públicas direcionadas à população preta ou parda, especialmente os jovens.

As desigualdades entre brancos e pretos ou pardos quando se compara os diferentes indicadores (trabalho, distribuição de renda, moradia, educação, violência e representação política) são gritantes. No Brasil, a distribuição de renda é expressiva da desigualdade vivenciada entre os brancos e os pretos e pardos, onde estes representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da

população com os menores rendimentos e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos (IBGE, 2019).

A escolarização é outro fator de grande preocupação com relação a população jovem, onde a taxa de conclusão do ensino médio (proporção de pessoas de 20 a 22 anos que concluíram esse nível) da população preta ou parda era de 61,8%, comparada a 76,8% dos jovens brancos. Entre os jovens entre 18 a 24 anos que conseguiram completar o ensino médio, 61,8% dos negros ou pardos não continuaram a estudar pois relataram ter que trabalhar ou procurar trabalho. (IBGE, 2019)

Segundo Deus (2008), o jovem negro herda a desvantagem social, onde como consequências teremos em nossa sociedade jovens negros com menos tempo de estudo, despreparados para o mercado de trabalho e sem condições de mobilidade social na fase adulta.

A permanência das desigualdades raciais são um problema vivenciado pelos jovens brasileiros e, segundo Bento e Beghin (2005), a distância gigantesca entre as realidades vivenciadas pelos brancos e negros são resultado da discriminação vivida no passado e, também, de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam processos discriminatórios, em que segundo as autoras:

De um lado, naturaliza-se a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que o país deve oferecer a todos. De outro lado, o processo de exclusão vivido pela população negra compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais coesa e justa. Tal processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade e aprofunda o processo de fratura social que marca o Brasil contemporâneo. (BENTO; BEGHIN, 2005, p.195)

Os jovens pobres e negros necessitam, portanto, de forma urgente de políticas públicas que busquem transformar essa realidade de exclusão que vivenciam, já que por serem jovens negros e pobres têm condições precárias e desiguais em relação aos jovens brancos e ricos. Estes sofrem com as desigualdades múltiplas que vivenciam e que acabam por dificultar a inserção

nas diferentes áreas, impossibilitando a estes pertencerem a um país democrático e com oportunidades para todos.

Os jovens pobres moradores da periferia urbana são, de acordo com Salles (2009), identificados como perigosos reais ou potenciais, sendo que essa caracterização, pode acabar sendo essencializada de tal modo que estes jovens podem sofrer um processo de estigmatização, num caminho semelhante ao apontado por Young (2002) em relação aos excluídos sociais.

Esse essencialismo favorece a exclusão social, à medida que fornece alvos e estereótipos, possibilitando a desumanização dos excluídos ao serem vistos pela negatividade. Neste sentido, a exclusão social colabora para que o jovem adote a essência atribuída a eles de modo que “os excluídos como os jovens de classe baixa, inclusive como forma de enfrentamento, tendem a essencializar sua identidade para se mostrarem diferentes” (SALLES, 2009, p. 8141).

Segundo Jodelet (2004), ao se tratar do tema da exclusão deve-se atentar para a pluralidade de fenômenos envolvidos nesse processo. Desta maneira, não se pode falar da exclusão de modo geral, pois esta compõe-se de diversas formas e processos e induz a organizações específicas de agrupamentos sociais.

Com efeito, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou entre grupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de um afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. Decorrendo de um estado estrutural ou conjuntural da organização social, a exclusão inaugurará um tipo específico de relação social. Sendo o resultado de procedimentos de tratamento social, ela se inscreverá em uma interação entre pessoas ou entre grupos (JODELET, 2004).

Para Castel (1997, p.19), o termo exclusão é utilizado para “rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém”. O termo exclusão impõe-se, segundo o autor,

para definir as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, que assinala uma situação de vulnerabilidade, que se caracteriza pelo trabalho precário, isolamento social e pela dependência de uma rede de solidariedade.

Segundo Sawaia (1999), a exclusão dá forma ao sujeito, na medida em que esta se objetiva:

A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. (SAWAIA, 1999, p.99)

Segundo a autora, é necessário entender a exclusão e a inclusão como duas faces dos problemas relacionados à desigualdade social, a injustiça e a exploração, na medida que a sociedade primeiramente exclui para em seguida incluir:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 1999, p.8)

A concepção de exclusão está relacionada à condição desenvolvida a partir do neoliberalismo, caracterizada por Lopes (2006) como “jogos contemporâneos” entre mercado, trabalho, Estados, poder e desejos. E assim a exclusão:

[...] se caracteriza por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras (LOPES, 2006, p. 13).

O neoliberalismo, de acordo com Lesbaupin (2001), é caracterizado “como um afastamento ou menor intervenção estatal na esfera social, com políticas sociais inexistentes ou mínimas, em nome da estabilidade financeira e

monetária, e a liberação na esfera econômica, com a “mínima” intervenção estatal” que contribui efetivamente para a acentuação do processo de exclusão.

Porém, definir o conceito de exclusão e sua essência é complexo. Segundo Vieira et al. (2010), a exclusão é composta de um processo que atinge países subdesenvolvidos e também em desenvolvimento, como no caso do Brasil. A exclusão é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge a sociedade de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos da exclusão social se referem à falta de acesso ao emprego, de equipamentos públicos e de segurança e justiça; além disso, ela se manifesta no mercado de trabalho (desemprego de longa duração) e no acesso à moradia e aos direitos humanos (VIEIRA et al., 2010, p. 36).

De acordo com Vieira et al. (2010), um fator importante a ser investigado com relação à exclusão é o fator político, definido por eles como a exclusão que “está relacionada as possibilidades de existência de qualidade política nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social estaria ligada à pobreza política” (VIEIRA et al., 2010, p. 48).

A exclusão social, de acordo com Costa (1998), foi primeiramente utilizada nos discursos das políticas sociais, mas somente passou a ter relevância acadêmica quando alcançou a popularidade, que se deu principalmente através da mídia, a qual contribuiu para seu entendimento e sua conceitualização.

Para Vieira et al. (2010), é necessário, ao se falar de exclusão social, utilizar um “contexto de referência”, pois há uma multiplicidade de expressões de exclusões sociais, sendo as definidas por ele:

- a) Exclusão econômica: relacionada com a pobreza, resultante da privação do tipo relacional caracterizada por más ou baixas condições de vida.
- b) Exclusão social: trata-se de uma situação de privação do tipo relacional, caracterizada pelo isolamento e pela perda da autoestima ou falta de autossuficiência.
- c) Exclusão cultural: determinada pelos fatores de ordem cultural, como os fenômenos do racismo e da xenofobia.
- d) Exclusão patológica: condicionada pelos fatores patológicos, principalmente de natureza psicológica ou mental.
- e) Exclusão por comportamento autodestrutivo: trata-se da exclusão ou da autoexclusão provocada por comportamentos autodestrutivos, como alcoolismo, prostituição e uso de drogas. (VIEIRA et al., 2010, p.46)

Young (2002, p.11) afirma que a exclusão social se dá em três níveis: “exclusão econômica dos mercados de trabalho, exclusão social entre pessoas na sociedade civil, e nas atividades excludentes sempre crescentes do sistema de justiça criminal e da segurança privada”.

Se a exclusão tem a ver e é determinada por questões socioeconômicas, ela é sentida pelo sujeito, ou seja, a subjetividade do sujeito é fortemente construída em termos da situação de exclusão que vive. É nos sujeitos que a exclusão social se legitima. Como diz Sawaia (1999), é no sujeito e em sua subjetividade, que as formas de exclusão se materializam, que se experiencia sua motivação, suas carências, privações, suas emoções, seus desejos e suas necessidades. A autora defende que a exclusão deve ser estudada por meio do sofrimento, o que possibilita, inclusive, refletir sobre o cuidado/descuidado do Estado para com os sujeitos.

Vieira et al. (2010) também discutem as implicações da exclusão social nos sujeitos individuais trazendo para análise a questão das relações sociais discriminatórias, e apontam que a exclusão social é considerada o mais extremo ponto do processo de marginalização, sendo um método de ruptura entre o indivíduo e a sociedade:

Embora radicada como processo dos dominantes/poderosos, é reforçada por toda a sociedade por meio das relações sociais discriminatórias, quando da construção de representações sociais. A decisão de manter pessoas excluídas dos projetos sociais ou de não se buscar uma nova configuração social baseada em padrões de distribuição de renda equilibrados é gerada por grupos cuja moral é fabricada segundo a lógica da dominação que exercem. Contudo, o estigma da ameaça é construído socialmente para caracterizar esteticamente lugares, pessoas e objetos. Grande parte da sociedade aceita essa caracterização estética e despreza a ética (VIEIRA et al., 2010, p. 49).

O autor também relata que a exclusão social é legitimada quando as políticas públicas não consideram os sujeitos excluídos como base fundamental para sua elaboração:

Exclusão social é tanto produto como produtora da destituição de bens materiais e simbólicos e, ainda, que a origem representacional da exclusão se dá no momento em que o chamado destituído não é tido como eixo norteador de políticas sociais, e sim é deixado de lado, sendo seu lugar preenchido com rótulos negativos. Dessa forma, destaca-se a ideia de que

é no processo de internacionalização da economia, juntamente com as bases ideológicas que a amparam que emerge a nova face da exclusão social (VIEIRA et al., 2010, p. 52).

A exclusão é caracterizada como um processo social de descompromisso com o ser humano, pois este o impede de ter acesso aos benefícios e serviços sociais e o que se vive é uma sobrevivência e não uma vida de verdade. Assim, constitui-se como uma violação de direitos humanos.

Vieira et al. (2010) destacam também que as concepções sobre exclusão social são bastante relevantes, pois as políticas públicas vêm sendo formuladas, utilizando como base o que se compreende por este termo, e as mobilizações políticas e sociais estão também em curso ao redor do que evoca a expressão exclusão social.

Deste modo, para Vieira et al. (2002), o termo exclusão caracteriza-se como um processo que permite a elaboração de conhecimentos que sirvam de parâmetro adequado para elaboração e implementação de políticas públicas, e que o fenômeno da exclusão deve ser analisado, levando-se em conta a historicidade do processo a que se refere.

Porém, a elaboração das políticas públicas não é algo simples e concorda-se com o que Verás (2001), ao citar Martins (1997), diz sobre as políticas econômicas atuais, que podem ser denominadas neoliberais e acabam provocando políticas de inclusão precária e marginal.

Martins (1997, p.17) ao falar sobre as políticas públicas diz que o período de passagem do momento de exclusão para o de inclusão “está se tornando um modo de vida, está se tornando mais que um período transitório”, pois a sociedade moderna está criando uma grande massa de população excedente, que tem poucas chances de se incluir no atual padrão de desenvolvimento econômico. Além disso, de acordo com Vieira et al. (2010) a exclusão precisa ser “minuciosamente contextualizada”, para que seja bem compreendida, evitando assim que ocorra uma exclusão dentro da exclusão.

Existem algumas propostas de luta contra a exclusão, porém Castel (2004) aponta que estas são delimitadas em zonas de intervenção: descapacitados, famílias monoparentais, desempregados, jovens sem emprego e educação.

As políticas sociais se colocam como técnicas, como se o problema da exclusão fosse pontual e que pode ser resolvido através da intervenção de profissionais especializados, desconsiderando que esta origina-se de uma produção social. Como também salienta Salles (2009, p. 126), quando diz que “a intervenção social desse tipo, por ser pontual, não resolve problemas profissionais, culturais e sociais dos jovens que permanecem na zona de vulnerabilidade”. É desconsiderado que a exclusão está inserida dentro de um processo que se origina de uma produção social, a qual deve ser o foco de estudo das políticas públicas, que ao abordar os jovens de periferia devem tratar da exclusão e fazer propostas que favoreçam sua inclusão social.

Uma definição que se pode dar para a compreensão da exclusão social é que esta se apresenta como o impedimento ou a dificuldade de ter acesso aos direitos da cidadania e às oportunidades sociais, onde os mais pobres vivenciam um conjunto diversificado de problemas causados por uma inclusão extremamente precária, imprevisível, e que demanda a atuação de políticas públicas.

Assim, é pertinente recordar a visão de Rua (1998) que define políticas públicas como o “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731). Esta observação é bastante pertinente, pois contribui para compreender as políticas públicas, onde estas tendem a permanecer muito mais como estado das coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas.

Portanto, são planejadas políticas sociais compensatórias, assistenciais e de controle que correm o risco de se tornarem mais um “pronto socorro social” (CASTEL, 1997, p. 45), sem buscar intervir nos processos que produzem estas situações que são denominadas exclusão. De acordo com Rocha (1997):

Os diversos processos de representação e exclusão social têm conferido grande força e periculosidade a jovens, sobretudo os pobres, do sexo masculino, vinculando-os às identidades “delinquentes”, “galerosos”, favorecendo o surgimento de uma categoria de “pequenos bandidos e vilões”, ao invés de focalizar a fragilidade social sob a qual tais sujeitos se encontram. (ROCHA, 1997, p.14).

A exclusão pode ser compreendida então como um processo que se caracteriza pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário ou mesmo

pela falta de acesso aos bens de consumo e recursos básicos, pela falta de acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas.

A exclusão social, porém, não se encontra somente centrada na questão econômica. De acordo com Sposati (2006), esta tem relação com questões territoriais, étnicas, de cidadania ou de imigração, sendo inerente a produção capitalista, onde ganha novos contornos.

Segundo Sposati (2006), a relação entre exclusão/inclusão identifica a iniquidade da desigualdade, onde nenhum sujeito é plenamente excluído ou permanentemente incluído:

Não se trata de uma condição de permanência, mas da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam. (SPOSATI, 2006, p.5)

Segundo Martins (1997), estamos em meio a uma contradição com vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes, onde a questão da exclusão é vista como algo fixo e irremediável, apresentando-se como resultado da dinâmica da sociedade atual. A nova desigualdade social é caracterizada, portanto, como resultante do encerramento da possibilidade de exclusão social.

A exclusão também pode ser explicada através da interpretação que dela realiza a vítima. Zaluar (2004) defende que é preciso entender como as relações internas entre os indivíduos se estabelece, os processos de inclusão e exclusão e as relações entre a comunidade e os diferentes grupos.

A exclusão social acaba por colocar os sujeitos em risco. Segundo Janczura (2012), o risco faz referência as condições fragilizadas da sociedade tecnológica contemporânea. Ainda segundo a autora, o risco está relacionado a questão individual do sujeito:

Pode-se pensar o risco apenas como uma questão de preocupação pessoal e individual. As incertezas da vida, nesse sentido, deveriam ser enfrentadas e respondidas pelas pessoas individualmente, de acordo com as suas possibilidades. Assim, parece não haver mais o compromisso coletivo da sociedade com os riscos sociais da população, da comunidade. (JANCZURA, 2012, p.306)

O risco é algo que está eminentemente presente na vida dos sujeitos que demandam da atuação de políticas públicas, que possam de fato prevenir que situações deste tipo ocorram, garantindo os direitos sociais, como relata Janczura (2012):

A noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva. A ação preventiva está relacionada com o risco, pois não se trata de só minorar o risco imediatamente, mas de criar prevenções para que se reduza significativamente o risco, ou que ele deixe de existir. (JANCZURA, 2012, p. 306)

O Brasil tem se articulado através de ações e debates, visando à estruturação de políticas públicas que de fato reconheçam os jovens que vivenciam condições de exclusão social ou de risco como sujeitos de direitos, em que segundo Castro (2014):

Os jovens [...] têm o direito a tratamento diferencial para que possam melhor equacionar educação/lazer-esporte/formar-se/iniciação sexual sem reprodução de estereótipos/exercer um pensamento/ação crítico criativo que colabore em avanços civilizatórios, o que não necessariamente se enquadra em lógica de mercado. Aliás se há uma população para a qual cidadania não pode se confundir com direito de ser consumidor ou mesmo produtor, é aquela que se configura em juventudes. Essa mais que o direito à inclusão, deveria ter o direito a tentar desidentificações, o novo e o exercício da crítica, o que pede tanto acesso à educação, lazer e cultura, quanto a possibilidade de ser crítico e buscar reinvenções identitárias. Mas, leitura, educação e recreação são itens que mais têm crescido no índice de preço, ou seja, assujeitados à lógica do mercado. (CASTRO, 2004, p. 5)

Segundo Castro (2004), ao se discutir sobre os direitos dos jovens e políticas públicas para a juventude é comum estas estarem relacionadas às políticas universais ou políticas focalizadas. No entanto, é essencial acionar novas políticas diante da representação quantitativa da população jovem no país, que corresponde de acordo com IBGE (2019) a 18% da população brasileira, e 25,6 % da população na cidade onde esta pesquisa foi realizada. Faz-se necessário que os jovens sejam contemplados tanto por políticas diferenciadas, sejam universais, específicas ou, ainda, equitativas e preventivas à produção da exclusão social.

Estas políticas públicas devem contemplar novos sujeitos de direitos, na qual sejam aprofundados os debates acerca da perspectiva política com relação à população jovem, considerando sua diversidade e as desigualdades de raça, gênero, classe social e demais demarcações sociais.

Segundo Vargas Gil Souza (2004), observa-se um descaso do Estado brasileiro com relação a juventude, em que são oferecidas políticas públicas sem um foco específico, não há uma população prioritária, mas sim uma visão de juventude em transição, apenas oferecendo entretenimento enquanto a juventude “não passa”.

Os jovens que são os sujeitos foco desta pesquisa, se encontram em constante risco, excluídos da sociedade ou em processos de exclusão social e se constituem ou deveriam se constituir como o público-alvo das políticas públicas. São jovens que são impedidos ou têm dificuldade em ter acesso aos direitos de cidadania e às oportunidades sociais, de modo que vivenciam situações que podem ser consideradas de exclusão social ou de risco e que contradiz o que é promulgado no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude que os considera como sujeitos de direitos.

3. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Essa seção descreverá a trajetória desenvolvida durante a realização desse estudo em sua inserção empírica, portanto, seu percurso metodológico.

3.1. A pesquisa

A pesquisa científica realizada aqui pretendeu contribuir, expondo discussões com relação as diversificadas vivências dos jovens moradores da periferia urbana, de modo a apresentar possíveis apontamentos com relação a problemática desse estudo.

Considera-se por pesquisa a definição dada por Gil (2008):

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa só é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2008, p.17)

Deste modo, esta pesquisa consiste em um estudo sobre os jovens moradores da periferia, possibilitando compreender o alcance das políticas públicas na população jovem residente na periferia e investigar as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

Esta pesquisa é de ordem qualitativa, sendo definida por Minayo (2001) como aquela que responde a questões particulares, trabalhando com um universo de sentidos que não podem ser quantificados, aprofundando-se no mundo dos significados estabelecidos nas ações e relações humanas. Concordando também com Sposito (2005), que relata que a pesquisa qualitativa permite um tratamento mais aprofundado sobre o tema a ser investigado.

3.1.1 População e lócus da coleta de dados

Este trabalho tem como público-alvo os jovens moradores da periferia urbana empobrecida da cidade de Rio Claro, que está localizada no interior do estado de São Paulo e é considerada de porte médio. Essa cidade foi fundada em 1930, conta atualmente com 98,6% de domicílios com esgotamento sanitário

adequado e 27,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Os moradores do município têm como principais fontes de renda a prestação de serviços (privados e públicos) e o trabalho na indústria, onde 29,3% da população apresenta rendimento mensal per capita de ½ salário mínimo ou menos (IBGE, 2019).

Segundo o IBGE (2019), Rio Claro possui 206.000 habitantes estimados. O último censo demográfico publicado do município foi realizado em 2010 cuja população jovem era composta por 47563 sujeitos. Os jovens, portanto, público-alvo dessa pesquisa, corresponde a 25,6 % da população da localidade estudada.

Essa cidade é composta pela população majoritariamente branca (75%), seguida por pardos (19,94%), preta (4,43%) e amarela ou indígena (0,62%), (IBGE, 2010).

Sposito (2005) destaca a importância de pesquisas que realizam levantamentos sobre a diversidade juvenil, possibilitando suscitar reflexões, indagações e problemáticas que permitam oferecer perspectivas importantes sobre essa população.

Neste sentido, este trabalho irá apresentar a pesquisa qualitativa realizada com jovens de ensino médio moradores da periferia urbana, considerando todo o rigor metodológico necessário para garantir sua qualidade, conforme será descrito a seguir:

3.1.2. Contato com a escola

Essa pesquisa buscou compreender o alcance das políticas públicas na população jovem residente na periferia e investigar as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem, portanto, para que fosse possível ter acesso a esses jovens foi escolhido o espaço do ambiente escolar. Este estudo, deste modo, foi realizado em uma escola pública de Ensino Médio localizada nesta área.

Para a definição da escola onde este estudo seria realizado, primeiramente buscou-se compreender quais territórios estariam presentes os jovens que gostaríamos de ouvir.

Inicialmente, foi efetuado um levantamento de todas as escolas do município junto à Secretaria Estadual de Educação. Neste levantamento foram encontradas 17 escolas que ofereciam ensino médio para os jovens do município, destas 2 estão localizadas em distritos, 10 estavam localizadas em bairros antigos, bem estruturados ou localizadas em regiões centrais e 5 estavam localizadas em regiões periféricas.

Segundo Pelegrina e Giroto (2013), as periferias podem ser definidas como áreas que apresentam pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, com a pouca presença do Estado na realização de investimentos necessários para que os direitos humanos sejam garantidos, como por exemplo a construção de escolas, hospitais e áreas de lazer.

Segundo Giroto (2019), a cidade presente no modo de produção capitalista em que vivemos hoje não é para todos, onde podem desfrutar dela apenas aqueles que detêm determinadas condições econômicas, na medida em que as áreas melhor localizadas, que estão próximas dos diferentes equipamentos públicos, permanecem no domínio dos grandes grupos imobiliários.

Segundo os autores Pelegrina e Giroto (2013), “o modo de produção capitalista “empurra” uma grande parte da população para as áreas mais distantes das centralidades principais da cidade” (2013, p.130), cujos investimentos em moradia visam à aplicação de recursos na construção de casas e apartamentos, porém, muito pouco dos recursos são destinados à implementação das infraestruturas necessárias para que o direito à cidade se concretize.

Assim, Pelegrina e Giroto (2013) destacam que o modo de produção capitalista reproduz sua desigualdade inerente e cria aquilo que, espacialmente, pode ser denominado de periferia, caracterizada por espaços de reprodução da desigualdade do espaço urbano.

A localização geográfica apresentou-se como critério para esta pesquisa, devido à necessidade de evidenciar a desigualdade presente no espaço urbano das cidades, onde sejam estas socioeconômicas, políticas ou culturais, se aprofundam e, portanto, revelam as precariedades e ausências na vida da população pertencente a ela.

De acordo com Salles, Silva e Fonseca (2014), as questões relacionadas às dificuldades escolares, violência, criminalidade e delinquência juvenil contribuem para a identificação dos jovens de periferia como perigosos, facilitando, portanto, o confinamento desta população.

Segundo Mares (2017), é nas áreas periféricas pobres que a população sobrevive em condições precárias e com carências que lhes são características, decorrentes das demasiadas diferenças existentes nos espaços da cidade, na sua forma de apropriação e de consumo. Essas diferenças, de acordo com a autora, apresentam distâncias que podem ser caracterizadas ao mesmo tempo como físicas e sociais, levando em consideração que essa população residente nas áreas periféricas pobres da cidade devem ter o real acesso a uma vida urbana digna.

No levantamento realizado, foi possível observar que são poucas as escolas que estão presentes nos bairros periféricos do município (5); a definição de uma das cinco escolas elencadas se deu pelo critério de esta ser a escola mais distante da região central. Essa distância foi calculada através do uso do Google maps. A pesquisadora não tinha nenhuma relação com a escola pesquisada antes do momento de realização da pesquisa.

Os espaços públicos presentes no bairro no qual a escola selecionada está localizada são apenas uma escola estadual (onde foi realizada a pesquisa), uma escola municipal e uma unidade de saúde da família. A maioria das moradias tratam-se de casas populares subsidiadas pelo governo através do programa “Minha casa, minha vida”.

Esta escola foi inaugurada no ano de 2001 e é composta por 12 salas de aula, 1 sala de Leitura, 1 diretoria, 1 sala de informática (Acessa Escola), 1 sala de professores, 1 sala multiuso, 1 secretaria, 1 almoxarifado, 1 quadra para esportes, 2 sanitários para professores, 2 sanitários para alunos, pátio, 1 refeitório, 1 Sala de coordenação e 1 cozinha.

O contato com a escola foi realizado primeiramente por telefone, sendo a pesquisadora muito bem atendida, marcado então um horário para apresentação da pesquisa. A equipe gestora (diretor, vice-diretor e coordenação), após apresentação do que pretendia se realizar, aderiu prontamente a proposta, se colocando à disposição para auxiliar no que fosse necessário.

3.1.3. *Conhecendo os jovens*

1ª. etapa: Questionários

Após a aprovação da realização da pesquisa foi efetuado o agendamento para aplicação do questionário nas salas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio do período matutino (único período no qual é oferecido o ensino médio nesta escola).

O questionário teve como objetivo caracterizar de forma geral e identificar quais jovens participam de programas e ações sociais e quais não participam, para então convidar alguns jovens pertencentes a cada um destes grupos para compor os grupos focais.

Antes de aplicar o questionário, visitou-se as salas que participariam da pesquisa, a pesquisadora se apresentou e, também, apresentou a pesquisa que seria realizada. Os jovens, foram informados sobre os objetivos do estudo e a importância de suas respostas para o andamento da pesquisa.

Os alunos foram convidados a participar e foi-lhes entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), o qual os estudantes menores de 18 anos deveriam entregar assinados por um dos pais ou responsável. No entanto, foi bastante difícil conseguir com que os alunos trouxessem o termo assinado, alguns diziam ter perdido, outros esquecidos em casa e outros haviam esquecido de entregar aos pais. Foram necessárias 4 visitas à escola, entrega de novas cópias dos termos, até que todos os alunos devolvessem os termos preenchidos.

Após todos os termos recolhidos, cujos alunos foram autorizados a participar, os alunos assinaram o Termo de Assentimento (Apêndice C) e foi agendada a aplicação do questionário junto à equipe gestora da escola. Esta pesquisa está aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Rio Claro com parecer nº 3.011.242 (Anexo A). No dia de aplicação do questionário, conversou-se novamente com os alunos explicando sobre a importância da veracidade e comprometimento no preenchimento do questionário, no qual todos os alunos presentes se prontificaram a participar.

Esse questionário foi respondido por 48 alunos frequentes do Ensino Médio matriculados na escola participante da pesquisa. O questionário

(Apêndice A) solicitou informações sobre nome, série, idade, composição familiar, renda familiar e, foram apresentados os programas existentes no município.

A pergunta sobre a participação dos jovens nos programas não foi realizada de forma direta, embora implícita no questionário apresentado, na medida em que eles foram convidados a relatar se conheciam, se participavam ou se já participaram das instituições apresentadas.

Utilizou-se como critério para listagem dos programas apresentados aos jovens o resultado de levantamento realizado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Esse levantamento foi realizado no ano de 2018, na Secretaria de Ação Social do município e no CMDCA, através de contato telefônico e posteriormente, conforme combinado nas conversas telefônicas, através do envio de e-mail. As duas instituições disponibilizaram as informações solicitadas, porém, as informações disponibilizadas pelo CMDCA estavam mais completas, e, portanto, foi a listagem utilizada para ser apresentada aos jovens participantes da pesquisa.

Na aplicação do questionário, solicitou-se também que respondessem se gostariam ou não de participar dos grupos focais a serem realizados posteriormente.

Na organização dos questionários, procurou-se identificar os grupos de alunos que participavam ou não participavam de programas induzidos por políticas públicas. O pressuposto é de que a participação ou não nos programas confere certa homogeneidade na visão dos alunos sobre estes e justifica a divisão deles em dois grupos.

2ª. etapa: Grupos focais

Após a aplicação dos questionários, foram realizados os grupos focais com os jovens que demonstraram interesse em participar.

O grupo focal, de acordo com Iervolino e Pelicioni (2001), visa obter dados através da interação entre os participantes que representam o objeto de estudo e o pesquisador, a partir de discussão focada em tópicos específicos.

Após recolher os questionários preenchidos, estes foram organizados em duas categorias: alunos que responderam que gostariam de participar dos grupos focais e alunos que não tinham interesse em participar dos grupos focais.

Segundo Gatti (2005), através do grupo focal é possível trazer uma multiplicidade de pontos de vista, processos emocionais e visões que permitem a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar. Neste sentido, a proposta e realização dos grupos focais buscava investigar de que forma as políticas públicas para a juventude se fazem ou não presentes nas narrativas e histórias de vida dos jovens e as estratégias as quais recorrem para enfrentar as situações de exclusão que vivenciam.

O próximo passo da pesquisa consistiu em marcar os dias de realização do grupo focal. Para tanto, a gestão escolar solicitou, devido às datas de festas e avaliações externas, que os grupos focais fossem agendados para o final do mês de outubro de 2018.

Foram realizados, no total, 4 momentos de grupo focal. Para se atingir os objetivos previstos nesta pesquisa, foram formados 2 grupos de jovens. O primeiro grupo foi constituído por jovens que indicaram em resposta ao questionário já terem participado de programas e ações direcionados a eles existentes no município. Este grupo será chamado daqui por diante de GP, por se referir aos alunos que participam ou já participaram de projetos sociais direcionados aos jovens.

Neste grupo, participaram 10 alunos no primeiro encontro e 10 no segundo encontro, 6 eram do sexo feminino e 4 do masculino. A opção por 2 encontros se deu devido à extensão de temáticas a serem discutidas com os jovens, porém o mesmo grupo de alunos participou dos dois encontros.

Os grupos focais com estes jovens foram realizados em dois dias (duas quartas-feiras), no primeiro dia no momento da entrada das aulas e no segundo dia após o intervalo.

O segundo grupo, denominado daqui por diante de GNP é integrado por alunos que indicaram em suas respostas nunca terem participado de projetos e ações induzidos por políticas públicas direcionados a eles. Neste grupo, participaram 7 alunos no primeiro dia e 7 no segundo, 4 eram do sexo feminino e 3 do masculino.

Foram também agendadas duas datas para a realização dos grupos focais com estes alunos que, até o momento da realização, não haviam participado de programas e ações direcionadas a eles. Os Grupos focais com o GNP foram realizados logo após o horário de início de aulas e após o intervalo, na ordem inversa do agendado com o outro grupo.

Antes da realização dos grupos focais, os jovens participantes foram informados sobre os objetivos dos grupos e a importância de suas respostas para o andamento da pesquisa.

Nos grupos focais, foi solicitado aos participantes que se posicionassem frente a temas propostos e se procurou incentivar a discussão entre eles a respeito de cada temática (Apêndice D). As questões apresentadas no grupo focal procuraram identificar quem são os jovens que procuram e/ou participam de ações e programas sociais; como chegam a eles; se são filhos de famílias atendidas por projetos sociais; a importância destes projetos e por que alguns jovens se mantêm distantes destes programas e ações. Foi também investigado quais são as estratégias que encontram ou buscam, para enfrentar situações decorrentes da situação de exclusão social em que vivem e as estratégias de inserção social buscadas por eles.

As questões (Apêndice D) foram elaboradas de modo a ser um eixo norteador para a pesquisadora. Elas não foram apresentadas desta maneira para os jovens, mas sim colocadas em meio a conversa, de modo que se possibilitasse tratar no debate, os temas propostos, mas sem que se tornasse maçante para os participantes. As perguntas quando já haviam sido comentadas pelos jovens não eram abordadas.

Os grupos focais foram realizados em uma sala de aula da escola que não estava em uso e teve a participação dos jovens, conforme grupos relatados acima, e da pesquisadora deste trabalho que realizou a gravação do áudio com o uso de aparelho gravador.

Os jovens foram bastante participativos, às vezes tinham vergonha de começar a falar, mas depois que começavam, logo os demais colegas complementavam e comentavam sobre as diversas questões apresentadas. Eles gostaram de participar dos grupos focais realizados, como é possível observar na aderência à participação, nenhum dos jovens desistiu de participar do segundo encontro, os participantes do 1º e do 2º encontro foram os mesmos.

No segundo dia de grupo focal, foi solicitado aos jovens que escolhessem um nome diferente dos seus para que este fosse utilizado na pesquisa, a maioria dos jovens aderiu a essa proposta de escolha do nome. Sendo assim, os nomes utilizados não são os verdadeiros dos jovens, mas foram nomes fictícios escolhidos por eles.

Alguns jovens que não manifestaram interesse de integrar os grupos focais no questionário, posteriormente, procuraram pela pesquisadora nos corredores da escola, após o primeiro encontro, perguntando se era possível a participação. Entretanto, devido aos grupos já possuírem uma quantidade considerável de jovens, e o combinado com a equipe gestora de realização de poucas intervenções de retirada dos jovens dos momentos de aulas, não foi possível a inclusão destes novos interessados.

3.2. Análise de conteúdo

Para organização dos dados obtidos, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, definida por Bardin (2002), como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na primeira leitura, buscou-se definir os indicadores que orientaram a interpretação dos dados coletados. Nos grupos focais e nos documentos procurou-se identificar os temas, ênfases e padrões presentes. (BARDIN, 2002). Deste modo, a tarefa de análise dos dados implicou no primeiro momento, na organização de todo o material coletado, dividindo-o em partes, relacionando-as e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Com isso, foram identificadas as categorias para análise que surgiram dos dados coletados tomando-se por base as falas dos participantes dos grupos focais. Posteriormente, estas tendências e padrões foram reavaliados, buscando-se relações e interferências entre elas. Esse trabalho foi organizado em 6 categorias, sendo estas: 1) Os jovens da pesquisa, 2) A participação dos jovens nos programas, 3) Educação, trabalho e renda, 4) Cultura e arte na vida dos

jovens pobres, 5) Programas presentes na vida dos jovens e 6) A (não) participação dos jovens nos programas.

A análise dos dados dessa pesquisa será apresentada nas seções 4 e 5 desse trabalho.

4. OS JOVENS E AS POLÍTICAS NO MUNICÍPIO

Nessa seção será apresentada a caracterização dos jovens participantes dessa pesquisa e os projetos disponíveis para eles no município estudado. As informações apresentadas aqui são provenientes da sistematização dos dados dos questionários respondidos pelos participantes.

4.1. Os Jovens da pesquisa

Conhecer os jovens que esse estudo tenta evidenciar situações de seu cotidiano é de extrema importância para que consigamos conhecer as necessidades e anseios dessa população, moradora da periferia urbana.

Os jovens da pesquisa são sujeitos moradores da periferia, estudantes de Ensino Médio de uma escola pública localizada neste espaço e que participaram desta pesquisa através de resposta a um questionário e participação em grupos focais.

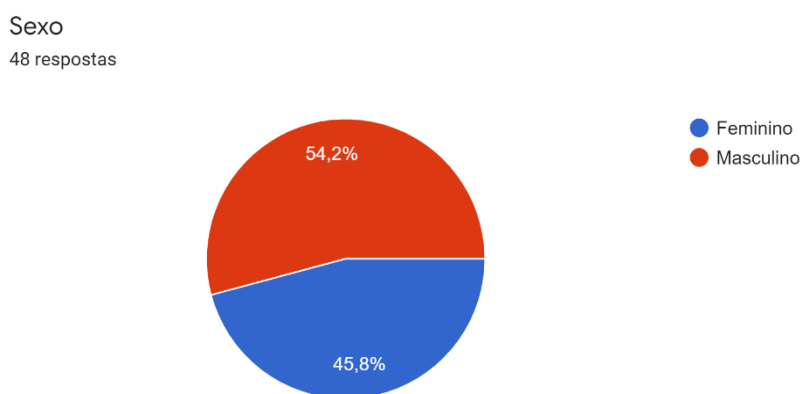
O primeiro contato com os jovens foi realizado no momento de apresentação da pesquisa e entrega do TCLE, que ocorreu dentro de suas salas de aulas, no qual eles se mostraram bastante receptivos e curiosos, diversas perguntas sobre o trabalho e sobre a faculdade foram colocadas, a maioria das perguntas, porém, se dedicaram a saber sobre a UNESP. Mesmo se localizando no mesmo município de aplicação da pesquisa, os jovens não a conheciam, não sabiam sobre os seus cursos e nem que se tratava de uma universidade pública, na qual alguns ficaram surpresos em saber que não era necessário pagar para estudar lá, desde que passassem no vestibular. Esses questionamentos evidenciam como muitos equipamentos e serviços existentes no município são desconhecidos pelas populações periféricas.

Na escola estudada, conforme levantamento realizado nos diários de classe, haviam 61 alunos que estavam matriculados na 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio no momento da pesquisa, 24 na 1ª série, 21 na 2ª série e 16 na 3ª série. No entanto, ao observar o diário de classe das turmas participantes da pesquisa foi possível constatar uma grande rotatividade de registro de alunos que foram transferidos ou inseridos no decorrer do ano letivo. Alguns alunos contavam com quantidade excessivas de faltas (5 alunos), o que configura um possível

abandono da escola e 8 alunos que haviam entregado o TCLE não estavam presentes no dia de aplicação do questionário.

No total, 48 jovens responderam ao questionário. A aplicação foi realizada em um único dia (por solicitação da escola não houve uma segunda chamada). Dentre os jovens que responderam ao questionário na escola participante do estudo, há uma presença maior de meninos 54,2%, enquanto, que as meninas compõem 45,8% do grupo pesquisado.

Gráfico 1 – Sexo dos participantes

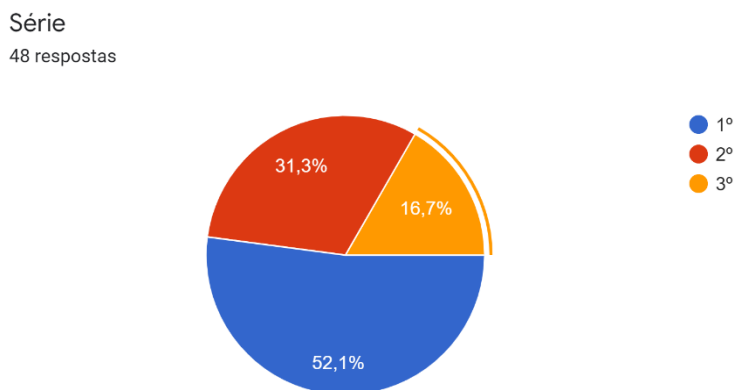


Fonte: elaborado pela autora

Essa população difere dos dados nacionais sobre a taxa de conclusão do ensino médio. Segundo o IBGE (2019), há uma maior porcentagem de mulheres frequentando o ensino médio (76,4%), contra 66,7% dos homens. Nessa mesma pesquisa, mais da metade das mulheres (51,0%) do país tinham, ao menos, o ensino médio completo, enquanto entre os homens esse percentual foi de 46,3%. No Brasil, os homens formam quase 60% dos jovens que abandonam o ensino médio (IBGE, 2019).

Os jovens participantes dessa pesquisa são alunos do ensino médio distribuídos entre 1^a, 2^a e 3^a séries, conforme pode ser observado abaixo:

Gráfico 2 – Série cursada pelos participantes



Fonte: elaborado pela autora

Ao observar esse gráfico, é possível perceber que a 1ª série compõe a turma com mais alunos (25) dentre as 3 séries do Ensino Médio, evidenciando um possível abandono escolar no seguimento às séries posteriores, já que juntas a 2ª série (15) e 3ª série (8) ainda apresentam uma menor quantidade de alunos que frequentam a escola.

Segundo o INEP (2019), as matrículas têm seguido em queda, somente nos últimos cinco anos o número de matrículas no ensino médio caiu 7,1%. A distorção idade-série (percentual de alunos em cada série com idade superior a recomendada), de acordo com este mesmo censo, apresenta 28,2% das matrículas no ensino médio.

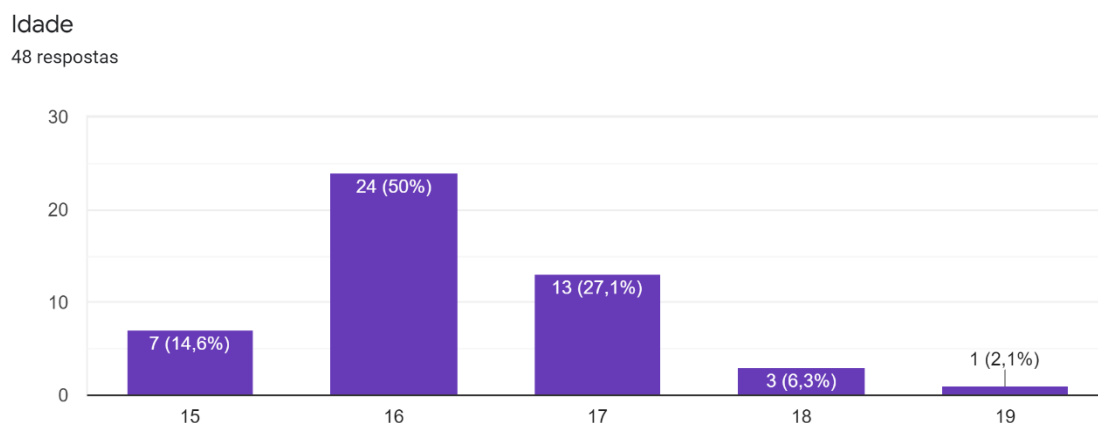
De acordo com o IBGE (2019), 11,8% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam fora da escola em 2018, o que representa um total de 1,2 milhões de jovens sem o acesso ao direito à educação básica obrigatória, sendo a maioria destes jovens pertencentes a população pobre:

Em 2018, o atraso escolar relativo à frequência ao ensino médio dos jovens de 15 a 17 anos de idade era quatro vezes maior entre os 20% da população com os menores rendimentos (33,6%), do que nos 20% com os maiores rendimentos (8,6%). (IBGE, 2019)

Segundo o IBGE (2019), o atraso escolar ocorre também com mais intensidade com os jovens entre 15 e 17 anos (25%), no qual acaba culminando no abandono escolar sem a conclusão da etapa adequada, o que corresponde a 63% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos.

Estes dados parecem evidenciar que o ensino médio vai perdendo o sentido ou espaços na vida concreta de muitos jovens de escolas públicas periféricas, pois a redução no número de alunos é uma realidade da escola estudada e do país. Ou ainda, que pela necessidade de ingresso no mercado de trabalho, são obrigados a abandonar a escola.

Gráfico 3 – Idade dos jovens participantes da pesquisa



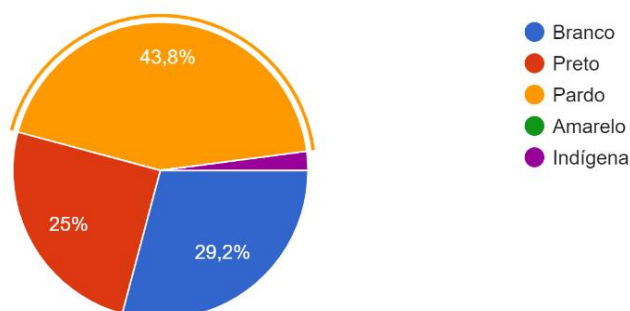
Fonte: elaborado pela autora

Os jovens que responderam ao questionário possuem entre 15 e 19 anos, entretanto, a idade considerada ideal para frequência ao Ensino Médio está entre os 15 e 18 anos, evidenciando que um aluno participante da pesquisa (com 19 anos) provavelmente tenha repetido algum ano escolar ou tenha abandonado a escola em algum momento de sua vida.

A maioria dos jovens se identificam como sendo de cor parda 43%, seguidos dos jovens de cor branca 29%, pretos 25% e indígena 2%:

Gráfico 4 – Raça dos jovens participantes da pesquisa

Raça
48 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Observa-se, portanto, uma característica específica do público que participou da pesquisa, na qual a população negra (soma de pretos e pardos) é de 68,8%, ou seja, mais de 2/3 dos alunos, o que corresponde a uma porcentagem de 12,6% maior de negros do que o que apresenta a população brasileira (56,2%), evidenciando assim uma maior participação da população negra nesta escola localizada na periferia urbana. De acordo com o IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Anual (2019), a população do Brasil é composta por 46,83% de pardos, 42,67% de brancos e 9,49% de pretos.

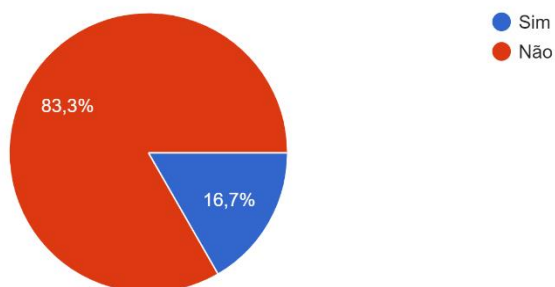
A maioria dos jovens pesquisados não trabalha (83,3%), porém 1/6 deles relataram já exercer algum tipo de atividade remunerada. Estas atividades, segundo eles, estão relacionadas ao trabalho em comércios, supermercados, salões de beleza, estágio em instituições públicas, pizzarias e depósitos de reciclagem, ou seja, são ocupações de baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração, o que comumente se observa entre jovens no Brasil.

De acordo com IBGE (2019), na população de 14 a 29 anos, em 2018, 22,3% dos jovens não exerciam qualquer ocupação, bem acima da média da população geral do país que corresponde a 11%. Há de se lembrar, porém, que entre os sujeitos considerados ocupados 39,9% estão em trabalhos informais.

Nesse estudo realizado, a população de jovens que estavam trabalhando corresponde a 16,7%.

Gráfico 5 – Jovens que trabalham

Você trabalha?
48 respostas

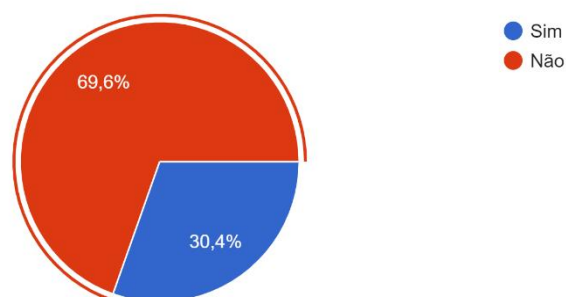


Fonte: elaborado pela autora

Além dos jovens que estavam trabalhando no momento da pesquisa, quase 1/3 dos jovens já trabalharam em algum momento de sua vida, conforme gráfico:

Gráfico 6 – Jovens que já trabalharam

Você já trabalhou anteriormente?
46 respostas



Fonte: elaborado pela autora.

Estas ocupações apresentam uma diversidade de funções: auxiliar de supermercado, babá, auxiliar em bicicletaria, cabelereira, carrinho de caldo de cana, farmácia, lanchonete, Guarda Mirim, mercearia, McDonald's ou estoquista.

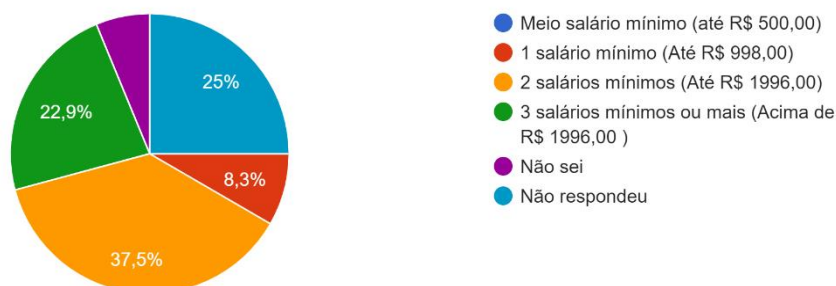
A carga de trabalho na maioria das vezes era composta de 5 a 7 horas de trabalho por dia, estando dentro da definida por lei, porém a maioria realizada em empregos informais, sem qualquer garantia trabalhista. Suas remunerações variavam entre meio salário mínimo (menos de R\$ 500,00) até 1 salário mínimo (R\$ 998,00).

Os jovens participantes da pesquisa moram com as mais variadas pessoas: pai, mãe, tio, tia, avô, avó, padrasto, madrasta e irmãos, somente 17 dos 48 jovens moravam, no momento da pesquisa, com o pai e com a mãe.

O provento familiar destes jovens está atrelado ao salário de pais, mães, irmãos, madrastas, padrastos e avós, onde estes ocupam as mais variadas funções: diarista, faxineira, empregada doméstica, ajudante de limpeza, costureira, mestre de obras, caminhoneiro, entregador, professor, funcionário público, carregador de caminhão, pedreiro, serralheiro, cozinheira, dono de depósito de reciclagem, arquiteto, montador de móveis, caixa de supermercado, empresas de linha de produção, mecânico, serviços gerais, montador, costureira, pizzaiolo, garçom e camareira. De todas as funções exercidas pelos provedores destes jovens, observa-se que apenas duas apresentam necessidade de diploma de Ensino Superior (Professor e Arquiteto), ocupadas por irmãos dos jovens participantes da pesquisa. As demais ocupações são cargos de baixa qualificação profissional, onde a maioria recebe cerca de 2 salários mínimos para uso de toda a família, conforme descrito abaixo:

Gráfico 7 – Renda Familiar

Qual a renda familiar?
48 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Os jovens da pesquisa são, portanto, jovens moradores da periferia urbana, frequentadores de uma escola localizada em seu bairro ou próximo a este, matriculados no ensino médio, em sua maioria pertencentes ao sexo masculino, que se definem como negros. Quase 1/3 destes já exerceram alguma atividade remunerada, 16% estão a conciliar trabalho e estudo, pertencem às famílias com renda de 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 998,00 até R\$1996,00) e 50 % destes participam ou já participaram de programas desenvolvidos no município.

São também sujeitos que possuem vários objetivos e diversas expectativas com relação a juventude, porém que enfrentam diversas dificuldades para alcançá-las, como será apresentado na seção 5 deste trabalho.

4.2. Programas direcionados aos jovens do município

A efetivação das políticas públicas que sejam capazes de garantir os direitos aos jovens moradores da periferia, pode ser viabilizada através da criação de programas direcionados a essa parcela da população.

Para identificar possíveis programas que viabilizem políticas públicas no município estudado, foi realizado um levantamento junto a Secretaria de Ação Social e ao CMDCA, conforme apresentado na seção 3 deste trabalho.

Neste levantamento, foram identificados 24 programas que tinham como público-alvo de suas atividades a população jovem.

Sendo estes provenientes de iniciativas do poder público ou da sociedade civil, no entanto, todos subsidiados com dinheiro público. São eles:

Iniciativas do poder público:

- Ação Jovem: Programa de transferência de renda que tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, com apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da educação básica e a oferta de atividades complementares, com foco na preparação para o mercado de trabalho. Os jovens participantes recebem um benefício financeiro mensal no valor de R\$ 80,00.
- CHI- Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória”: é um serviço de saúde voltado à habilitação e reabilitação de crianças, adolescentes e jovens com deficiência.

- CRAS- Centro de Referência de Assistência Social: é uma unidade pública estatal descentralizada, porta de entrada da assistência social, oferece serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica. Os usuários do serviço também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social: é uma unidade pública estatal que oferece apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e familiares em situação de ameaça ou violação de direito, visando favorecer a prevenção e superação de situações de risco pessoal e social.
- Projeto Guri: é uma política pública do Governo do Estado de São Paulo que desenvolve o aprendizado de instrumento musical e/ou de canto.
- Projeto Segundo Tempo: coordenado pelo governo federal e que atende crianças e jovens oferecendo a vivência e a prática em diversas modalidades esportivas, para a seleção dos participantes é considerada a questão do risco social que envolve o indivíduo beneficiado.
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: tem por objetivo oferecer formação de qualidade para a mão de obra e prestar serviços para as indústrias da região, os jovens têm acesso ao programa após serem aprovados em uma prova.
- Projovem: é um serviço que oferece atividades de lazer, esporte, cultura e capacitação, além de buscar fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social.
- Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva: está vinculado ao Fundo Social de Solidariedade e oferece cursos profissionalizantes sazonais para jovens acima de 18 anos.
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): atende crianças, adolescentes e jovens, em situação de

vulnerabilidade social, que as famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda. Oferece atividades de lazer, esportes, reforço escolar no horário contrário ao escolar. Anualmente é aberto edital de chamamento público para a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar parceria com a administração pública municipal para a consecução do serviço.

Iniciativas da sociedade civil:

- ADERC- Associação dos deficientes de Rio Claro: Associação que atende pessoas com deficiência nas áreas de estimulação, habilitação e oficinas pedagógicas supervisionadas e orientadas por pedagogos e psicopedagogos.
- ADRA – Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira: é uma organização humanitária mundial da Igreja Adventista do Sétimo Dia que oferece atividades de artesanato, atividades lúdicas, oficinas de música, coral, esporte e lazer, horta e higiene, informática e psicossocial.
- Aldeias Infantis SOS: é uma organização humanitária de promoção ao desenvolvimento social, que trabalha desde 1949, na defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Atua no serviço socioassistencial de proteção social especial de alta complexidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que estão afastadas do convívio familiar.
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Especiais: associação de assistência social que oferece atendimento à saúde e educação especial para deficientes intelectuais, múltiplos, com transtornos globais do desenvolvimento e outros comprometimentos.
- Associação Betesda Assistencial – ABA – Projeto Samuel: é uma organização da sociedade civil que oferece atividades artísticas, socioeducativas, esportivas, culturais e de educação ambiental para crianças e adolescentes no período contrário ao escolar.
- Associação Lute pela Vida – Grupo de Assistência à Criança com Câncer (GACC): organização da sociedade civil que oferece

acolhimento a famílias, aulas de música, atividade de autocuidado e aulas de culinária.

- Centro Social Esportivo Claretiano Terra Nova: é um projeto organizado pela sociedade civil que foi construído com o objetivo de promover a integração humana, cultural e social, com atendimento educacional, de assistência social, jurídico e saúde, dirigido à população carente e que vive em situação de risco social, oferece também atividades de esporte, dança, ginástica, lutas e oficina de jogos.
- Comunidade Terapêutica Peniel: é uma instituição que atua no atendimento de famílias e pessoas dependentes químicos.
- Guarda Mirim: tem por objetivo atender jovens oriundos de famílias em vulnerabilidade social do município, oferecendo formação profissional e inserção no mercado de trabalho, oferece também incentivo a música (possui uma Banda Musical e um Coral) e lazer (possui um Grêmio com piscina, academia e uma quadra poliesportiva).
- Instituto Allan Kardec: é uma organização da sociedade civil que desenvolve ações junto à criança, ao adolescente, ao jovem e/ou à família em questões físicas, emocionais e espirituais por meio de diversos cursos relacionados à doutrina espírita.
- Núcleo Arte Vida: é uma associação beneficente que oferece atividades no contraturno escolar de atendimento psicossocial em grupos, oficinas de convivência, oficinas de atividades físicas, oficinas culturais e artísticas, oficinas de informática, visitas e passeios culturais, eventos festivos e de lazer. Atende demanda identificada pelos CRAS e CREAS.
- Oficina de Aprendizagem - Sociedade Beneficente São João da Escócia (Casa das Crianças): organização da sociedade civil que tem por objetivo a execução de oficinas de esporte, dança, e jogos no contraturno escolar.

- Projeto Crescer no Esporte: organização da sociedade civil que visa desenvolver o esporte de formação, de base, educacional e social através de diversas modalidades esportivas.
- UDAM – União de Amigos: tem trabalhado atendendo crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, visando proporcionar o acesso aos direitos socioassistenciais através do oferecimento de diversos projetos e cursos de inclusão no mercado de trabalho e capacitação profissional.

Dos programas apresentados acima, 10 são de iniciativa do poder público e 14 surgiram através de organização da sociedade civil. Observa-se, portanto, uma tendência do poder público em terceirizar o atendimento à população jovem, já que mesmo sendo de origem privada, vários destes são mantidos por repasses de verbas públicas.

Estes programas e ações possuem áreas de atuação diversificada, oferecem cursos de profissionalização, reforço escolar, atividades esportivas, aulas de música, acompanhamento de crianças e jovens com necessidades especiais, assistência social ao jovem e sua família e acolhimento institucional, nos casos em que a família deixa de ter a guarda da criança ou adolescente.

Os programas acima atendem ao que consideramos na pesquisa como jovens, mas em alguns deles o atendimento ocorre junto ao grupo de crianças e adolescentes, e em outros momentos junto a adultos. Isso evidencia que a população jovem ainda demanda de uma maior quantidade de programas que visem atender de forma específica as necessidades dos jovens, que são diferentes da população adulta ou da de crianças e adolescentes.

Estes se identificam como programas e ações que desenvolvem atividades direcionadas aos jovens em situação de exclusão, que por sua vez, em contrapartida a sua participação, é solicitado a adesão aos processos seletivos, preencher critérios socioeconômicos ou que tenha cadastro em determinadas instituições governamentais, ou seja, apresentam condicionalidades para que o jovem consiga ter acesso à determinada política. Um dos elementos presentes nas políticas públicas brasileira é o direito ser garantido com condicionalidades, talvez a única política que fuja a essa lógica é a imposta pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Como já apresentado, estes programas e ações devem seguir as leis que determinam as diretrizes de garantia dos direitos dos jovens, sendo estes o ECA (BRASIL, 1990) e o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). No entanto, somente a existência dos programas e ações não garantem a efetividade da garantia dos direitos dos jovens, principalmente por atenderem a uma demanda limitada e exigirem contrapartidas dos jovens e suas famílias, ou mesmo, a incursão de um processo seletivo, que por regra, inibe ou deixa de fora uma parcela dessa população jovem periférica.

4.3. A participação dos jovens nos programas

Os programas acima foram apresentados aos jovens participantes da pesquisa através de uma lista presente no questionário em que foram convidados a responder se participavam, ou já haviam participado dos programas indicados e se conheciam ou não os programas listados. Abaixo, segue quadro com as informações detalhadas fornecidas pelos jovens que responderam ao questionário.

Quadro 1: Participação dos jovens nos programas

PROGRAMAS	Pergunta: TEM CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DO PROGRAMA?		PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU DO PROGRAMA?	
	Sim	Não	Sim	Não
Guarda Mirim	42	6	8	40
Núcleo Arte Vida	3	45	0	48
SENAI	40	8	3	45
Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva	4	44	0	48
UDAM – União de Amigos	5	43	0	48
Projeto Guri	4	44	0	48
Projeto Segundo tempo	14	34	7	41

Projovem	38	10	16	32
Aldeias Infantis SOS	5	43	1	47
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social	29	19	5	43
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	16	32	2	46
Comunidade Terapêutica Peniel	0	48	0	48
CHI- Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória”	11	37	0	48
ADERC- Associação dos deficientes de Rio Claro	12	36	0	48
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Especiais	28	20	1	47
Projeto Crescer no Esporte	6	42	2	46
Centro Social Esportivo Claretiano Terra Nova	6	42	0	48
ADRA – Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira	2	46	0	48
Oficina de Aprendizagem - Sociedade Beneficente São João da Escócia (Casa das Crianças)	5	43	1	47
Associação Betesda Assistencial – ABA – Projeto Samuel	1	47	0	48
Associação Lute pela Vida – Grupo de Assistência à Criança com Câncer (GACC)	3	45	0	48
Instituto Allan Kardec	18	30	0	48
Ação Jovem	7	41	2	46
Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	2	46	2	46

Fonte: elaborado pela autora.

Como foi possível observar, a maioria dos jovens conhece ao menos ¼ dos programas apresentados, evidenciando que ter conhecimento não tem influência direta sobre a participação nesse.

A maioria dos jovens (95%) relataram, nas respostas ao questionário, conhecer ao menos 1 programa ou ação direcionado aos jovens, sendo que na média, cada jovem participante da pesquisa conhece cerca de 6 programas e ações dos 24 apresentados.

Apenas 2 jovens relataram não conhecer nenhum dos programas apresentados. Questiona-se então qual seria o papel destes, já que nem sequer são conhecidos pelo público ao qual se destina. Assim, consideramos que não basta existir, é necessário que se faça presente na vida dos sujeitos, na medida em que ter conhecimento sobre a existência destes programas e deles participar deve ser um direito dos jovens, ainda que existam condicionalidades à participação, imposta, na maioria dos programas pelas limitações orçamentarias e estruturais.

No momento da pesquisa, dos 48 jovens que responderam ao questionário, 24 jovens participavam ou já haviam participado de programas no município, sendo estes espalhados por 11 deles, enquanto 13 dos programas apresentados não recebiam a participação de nenhum dos jovens que preencheram ao questionário.

Por outro lado, a mesma quantidade (24 jovens) não participam e nunca participaram de qualquer um dos programas, mesmo que tenham apontado conhecer alguns dos programas que são desenvolvidos no município.

A não participação pode estar atrelada ao não conhecimento, na medida em que há programas que nenhum dos jovens conhece, ou seja, se não há conhecimento não é possível que haja a participação. Questiona-se, portanto, qual é de fato a intenção de tal entidade que é destinada os jovens, que recebe financiamento público para atendimento a estes sujeitos, mas que não consegue atingir seu público-alvo.

Como mencionado na introdução, Pedroso (2014) relata que os coordenadores de programas direcionados aos jovens tinham de ir à procura destes devido à baixa aderência espontânea. No entanto, ao observar o quadro acima, é possível constatar que são poucos os programas que os jovens acabam por conhecer, evidenciando que estes devem ter uma postura de busca ativa,

bem como desenvolver propostas que atendam efetivamente as necessidades e interesses da juventude empobrecida.

Programas que atendam às necessidades específicas dos jovens são deficitários nas políticas públicas, seja pela baixa oferta ou pelos limites impostos orçamentários, de recursos humanos ou estruturais, ainda, por propostas elaboradas por especialistas que desconhecem a realidade concreta desses jovens, contrariando o que está previsto no ECA no que se refere à prioridade absoluta, bem como no Estatuto da Juventude.

A participação dos jovens nas políticas deve ser valorizada desde sua elaboração, cujas tais propostas devem seguir o que está estabelecido no Estatuto da Juventude, em seu Artigo 4º “O jovem tem direito à participação social e política na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” (BRASIL, 2013) e o artigo 2º que define que as políticas públicas da juventude devem ser regidas valorizando e promovendo a participação social e política, incentivando a autonomia e emancipação dos jovens e a participação no desenvolvimento do país.

Portanto, elaborar programas como uma proposta vinda de cima para baixo e que não atenda a necessidade destes jovens, tem pouca efetividade. A formulação deve incluir os jovens em todo o processo, deixando de lado a lógica assistencialista, que já deveria ter sido superada desde o século passado.

Há também que se destacar que a não participação do jovem é decorrente da limitação imposta por alguns programas que realizam provas ou processos de seleção econômico/social para definir quais jovens têm direito ao acesso e quais ficarão de fora, mesmo tendo o interesse. Ou seja, estes programas apresentam condicionalidades com relação a sua participação, onde nem todo jovem tem o direito de participar, mesmo sendo este um direito social, a participação está atrelada a questão socioeconômica ou intelectual e também a não capacidade do Estado de garantir esse direito.

As condicionalidades apresentadas pelos programas também podem ser uma das causas para justificar a não participação dos jovens que possivelmente enfrentam dificuldades para cumpri-las. A imposição de condicionalidades demonstra que os programas não estão baseados na concepção direitos, já que a participação não é garantida de forma incondicional, onde os jovens e suas

famílias são obrigados a assumir compromissos garantindo, portanto, um acesso restrito, já que limitações são apresentadas.

Evidenciamos, por fim, uma limitação com relação ao uso do instrumento questionário para a coleta de dados. No levantamento realizado, observamos informações interessantes sobre a participação e aderência dos jovens aos programas desenvolvidos no município, mas, ao mesmo tempo, deixam dúvidas de como os jovens estabelecem relação com estes. Considerando essa limitação, essa pesquisa será aprofundada na apresentação dos grupos focais realizados com os jovens, na seção 5, com trechos de falas dos participantes que evidenciam alguns entendimentos sobre a questão.

5. A PERSPECTIVA DOS JOVENS

Nesta seção, serão apresentados os dados obtidos nos grupos focais, onde procura-se discutir o alcance de programas induzidos por políticas públicas direcionados à população jovem de periferia e investigar as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

Os jovens que demonstraram interesse, no momento de resposta ao questionário, foram convidados a participar de grupos focais. Estes foram divididos em dois grupos, o GP, composto por jovens que participam ou já participaram de programas e ações no município, e o GNP, composto por jovens que não participam e nunca participaram de nenhum programa ou ação em desenvolvimento no município estudado.

Em ambos os grupos muitas temáticas apareceram, no entanto, a preocupação com a escolarização, e o ingresso ao mercado de trabalho receberam destaques com relação aos objetivos, expectativas e dificuldades apresentados pelos jovens. Neste sentido, a discussão dessas temáticas será realizada nessa seção de maneira mais aprofundada, se constituindo como categorias de análise, que emergiram dos dados coletados, dialeticamente constituídas. Dessa forma, a discussão não apresentará subdivisões, mas uma tentativa de compreensão dialética da juventude brasileira, pobre e periférica.

5.1. Educação, trabalho e renda

Os jovens participantes dos grupos focais são estudantes de ensino médio, vivenciando sua juventude, momento no qual sua trajetória de vida é desenhada em direção à vida adulta; são sujeitos autores de sua própria vida, que elaboram expectativas que envolvem o presente e o futuro. Estas estão ligadas às experiências vivenciadas em suas famílias e ao grupo social ao qual pertencem, sendo composta por objetivos, sonhos e metas.

As expectativas destes jovens envolvem aspirações relacionadas a uma formação profissional e uma inserção de qualidade no mercado de trabalho, porém, de acordo com Faria (2011), os sonhos, estratégias, objetivos e aspirações profissionais dos jovens, nem sempre têm como base o uso da razão, já que muitos desses sonhos nem sempre poderão ser concretizados.

Segundo Frigotto (2001), a educação e a educação profissional podem ser consideradas instrumentos de legitimação e ampliação da exclusão social e, segundo o autor, o trabalho assalariado se constitui no neoliberalismo como determinante das relações sociais que se estabelece, podendo configurar-se como perigo, risco, violência ou como uma possibilidade alternativa.

Os jovens entrevistados são sujeitos que têm muitas expectativas para o agora e para o futuro. Com relação ao presente, há um interesse em “concluir os estudos”, que segundo colocações dos jovens, pode ser compreendido como sendo a finalização do ensino médio, como diz:

- Agora é concluir os estudos mesmo. (Rafaela, GNP)

Muitos jovens, porém, têm dificuldade em se situar com objetivos de curto prazo, relatando que seus objetivos estão voltados para seu futuro:

- Ainda não, meus objetivos é mais para frente. (Helena, GP)

Esses objetivos, referentes ao futuro, se relacionam com a continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, de modo que consigam realizar uma formação profissional, como pode ser observado em suas falas:

- É entrar na faculdade de Engenharia, alguma coisa do tipo e depois seguir minha carreira. (Richard, GNP)

- Eu depois que acabar os estudos pretendo fazer uma faculdade de medicina. (Gabriel, GNP)

- Fazer um curso. (Gui, GNP)

Observa-se que os jovens participantes dos grupos focais apresentam visões diferenciadas sobre o interesse na procura de uma formação profissional após a conclusão do ensino médio, onde há sujeitos que apresentam o desejo de ingressar em uma qualificação profissional, ao mesmo tempo em que há jovens que não expressaram planos relacionados a isso para seu futuro.

A garantia de acesso à formação profissional está estabelecida no ECA (Artigos 53 e 69) e no Estatuto da Juventude (artigos 9, 14, 15 e 18), porém com relação a uma formação profissional técnica, no município estudado há apenas 6 programas que têm como foco de atuação a garantia deste direito, o que se constitui como um montante muito pequeno se comparado com a população

jovem do município, que é composta por 47563 jovens com idade entre 15 e 29 anos (IBGE, 2010).

A escola aparece na fala dos jovens relacionada com o futuro e uma possibilidade de ascensão social, porém algumas fragilidades são expostas pelos jovens, seja com relação as suas aulas ou a infraestrutura que poderia ser melhor:

- *Tem professor que não explica. (Pietra, GP)*
- *Tem professor que não ensina, aí chega na hora da prova, ele passa uma questão que você não entende e você não consegue resolver e ele fica bravo. (Lucas, GP)*
- *Acha que a gente é cópia. (Fefe, GP)*
- *Não tem uma dinâmica...não tem uma coisa que chame a atenção, entendeu? (Lucas, GP)*
- *Que não sabe explicar, entendeu? (Hanna, GP)*
- *Eles explicam do jeito que eles...que eles aprenderam. (Laila, GP)*
- *Não sei se você vê isso na faculdade, mas sabe aquele método tradicional, que ele chega e não tem aquela dinâmica com o aluno? Eu acho que falta mais isso, acho que essa questão do professor... Acho que alguns professores faltam essa questão de mudar o jeito de dar aula, sabe? (Pietra, GP)*
- *Ah, eu tenho sim. Tem casos de professores que chega na sala de aula e foca em coisas desnecessárias, começa a falar da vida que viajou para a Inglaterra, pros Estados Unidos, Portugal, tem um professor aqui na escola que nem no giz ele pega, então só cópia, sabe? (Rafaela, GNP)*
- *Porque fica cansativo só chegar e dar livro, você não tem vontade de fazer. (Lorena, GNP)*
- *É só chega e da livro pra copiar. (Richard, GNP)*
- *Tipo, você não aprende nada, você só copia, como é que você vai aprender alguma coisa? (Gabriel, GNP)*
- *Então da parte deles, é complicado isso. (Rafaela, GNP)*

A garantia de acesso a uma educação de qualidade é, no entanto, um direito de todos os sujeitos. Está previsto no ECA (artigo 53), o direito a uma educação que possibilite o pleno desenvolvimento dos sujeitos por ele atendido. Do mesmo modo, o Estatuto da Juventude (artigo 7) estabelece que os jovens têm direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita. Porém, nas falas dos jovens, é possível perceber que a educação que recebem no ambiente escolar está distante de suas expectativas

e do estabelecido nas leis. Entretanto, verbalizam localizando o problema no professor ou localmente, sem uma perspectiva de que se trata de uma política pública oferecida sem a preocupação, de fato, com a qualidade, seja pelas condições precárias de trabalho dos professores, seja pelas próprias condições de oferta do ensino médio nas escolas públicas ou como consequência de um projeto neoliberal para a educação no país, que mantém privilégios e constrói a desigualdade social e, por consequência, os movimentos de exclusão social e racial.

Estas fragilidades são uma dificuldade vivenciada pelos jovens participantes dos grupos focais, na qual o maior problema relacionado à escola, parece então estar associado aos professores e a qualidade das aulas oferecidas. Esta, porém, não é uma realidade geral na escola pois segundo alguns jovens:

- Os professores são bons, eu não tenho do que reclamar... (Agatha, GNP)

- Sim, alguns, tem outros...que são melhores. (Leo, GP)

- São as aulas que a gente mais entende. Seria Sociologia, Filosofia e Educação Física. Só essas. (Hanna, GP)

No entanto, a partir do momento que os jovens relatam a precariedade presente nesta instituição, podemos perceber que estas questões, apontadas por eles, podem interferir de forma negativa em suas expectativas para o futuro. Ou mesmo, nas oportunidades concretas de ingresso em um curso superior público, por exemplo, comprometendo assim suas possibilidades de avanço nos estudos.

Estes jovens relatam neste sentido, que no momento em que estão nas aulas, consideradas por eles como ruins, estes estão sendo prejudicados com relação ao acesso ao conhecimento que estão sendo privados de receber:

- E mais para frente você vai ter prejuízo, né, a gente já falou que estudo é importante, então... (Lucas, GP)

Os jovens apontam uma dualidade na qualidade das aulas como uma realidade, segundo eles, presente nas escolas públicas:

- Pra ver também se melhora a forma de estudo porque escola pública é meio complicado de aprender assim...(Ludmila, GNP)

Ou seja, os jovens se sentem em uma situação de inferioridade com relação aos que têm condições de frequentar uma escola particular. Segundo Motta e Schmitt (2017), já na educação regular estes sentem-se participando de uma competição extremamente injusta, pois estariam menos preparados e com menos capacidade de resposta, pois “sabem que para conquistar algo devem se esforçar e se dedicar mais do que a média dos estudantes de áreas mais privilegiadas.” (MOTTA; SCHMITT, 2017, p.453).

Os jovens em desvantagem social, mesmo tendo, segundo Germano e Colaço (2012), a concepção quase que unânime no valor da escolarização como meio de ascensão social, percebem a inferioridade da escola pública que lhes é oferecida, quando comparada com a escola que os jovens ricos conseguem ter acesso. Entretanto, estes relatam a importância como espaço de convívio social onde esse ambiente escolar degradado é fonte importante de apoio enquanto locus de relações interpessoais significativas (especialmente os de amigos), que ajudam a enfrentar os episódios e situações de sofrimento e a sustentar projetos de vida (GERMANO; COLAÇO, 2012).

Alguns jovens também destacaram a importância da escola enquanto formadora de cidadãos críticos:

-Também fazer a gente é...um ser humano pensante, ajudar a gente a pensar a raciocinar, a entender as coisas, ter nossa própria opinião. (Leo, GP).

- Desenvolver entendimento para lidar em sociedade. (Hanna, GP)

- No meu caso é de entender, de encontrar pessoas assim como eu e aprender a lidar com elas. Para escrever isso facilitou, porque eu não tinha que olhar só para mim, eu tinha que olhar para os outros. (Lorena, GNP)

Os jovens, no entanto, argumentam que há uma dificuldade da escola em oferecer aulas como gostariam, pois, esta dispõe de pouca variedade de materiais. Segundo eles, as aulas poderiam ser melhores se a escola tivesse à disposição uma maior variedade destes e que possibilitassem, por exemplo, a realização de aulas práticas:

- Eu acho que mais material, mais formas de poder ensinar, porque normalmente a gente só fica dentro da sala de aula, então, ter mais aulas práticas, essas coisas... ajudaria bastante (Richard, GNP)

- *Devia ter mais opções sabe... de aulas, se você quiser focar, tipo quer ser advogado... (Agatha, GNP)*
- *Estrutura... tipo não tem laboratório (Ludmila, GNP)*

Há então a falta de recursos materiais que poderiam auxiliá-los nos processos de aprendizagem e, conseqüentemente, representar melhorias no ensino.

Em meio às críticas relacionadas à escola, surgiu também a questão da precarização da alimentação que, segundo os jovens, vem decaindo em sua qualidade e variedade, e que também é algo importante a ser repensado na escola:

- *Na escola é dar arroz doce e chocolate, nunca mais deu, nunca mais. (Otávio, GP)*
- *É, na questão da merenda. Eu também adorava. (Laila, GP)*
- *Tirá a polenta. (Pietra, GP)*
- *Só vem estrogonofe. (Leo, GP)*
- *Verdade só vem essas coisas. (Laila, GP)*
- *O kibe foi embora. (Helena, GP)*

Segundo o Libermann e Bertolini (2015), a alimentação está diretamente relacionada com o ensino e a aprendizagem e tem como foco a promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional, devendo ser tratada por políticas públicas que garantam o direito humano de uma alimentação adequada e saudável. Ainda, a previsão legal e orçamentária é um dado importante na realidade brasileira, que não se faz efetiva no cotidiano das escolas públicas, principalmente de Ensino Médio.

Os jovens participantes do grupo focal, como foi possível observar, enfrentam diversas dificuldades em seu cotidiano escolar. Sobre esse assunto, Dayrell (2003) destaca que é importante que os alunos tenham acesso aos conhecimentos significativos, composto com coerência interna, que possibilite um diálogo com sua realidade e que esteja aliado a uma postura pedagógica adequada.

Uma escola de qualidade é de fundamental importância na vida desses jovens. A escola, porém, não tem se feito significativa na maneira como deveria na vida desses, com relação a oferta de um ensino de qualidade e também por não conseguir atingi-los em suas necessidades particulares. Estes relataram não

contar com a escola para o possível auxílio de problemas em suas vidas pessoais e, quando questionados sobre essa possibilidade, disseram que não. Inclusive, alguns alunos até deram risadas, aparentando ser algo que nunca havia sido pensado por eles e compreendido então com estranheza. Portanto, parece evidente uma perspectiva de escola apresentada e entendida pelos jovens como promessa de futuro e não como constitutiva de sua vida no momento vivido. Essa ausência de sentido, em nossa análise, pode se constituir como um dos elementos envolvidos no abandono escolar e conseqüente redução no número de matrículas para o Ensino Médio, conforme apontado pelo INEP (2019), em que nos últimos cinco anos houve uma queda de 7,1% nas matrículas no ensino médio e 11,8% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam fora da escola em 2018 (IBGE, 2019).

A escola, porém, apesar das dificuldades apresentadas, é a principal instituição na vida dos jovens, mesmo tendo diversas limitações com relação a qualidade do ensino, infraestrutura e até mesmo alimentação, esta é uma ponte para acesso aos jovens e espaço concreto de sociabilidade. Apresenta-se, no discurso dos participantes dos grupos focais, com certa credibilidade, que deveria ser utilizada para atingi-los não somente de forma geral, mas também em suas particularidades e necessidades específicas, já que se constitui como o aparelho público que tem maior participação na vida dos jovens, na medida em que está presente em seu território.

Os jovens, mesmo com as dificuldades relatadas, sinalizam ter o desejo em dar continuidade aos estudos após a conclusão do Ensino Médio, relatando a importância deste, atrelada a uma possível medida para que não se envolvam em problemas, destacando que, contrário a estes interesses, estariam situações relacionadas ao uso de drogas ou a possibilidade de engravidar:

- Acho que agora mais os estudos mesmo, continuar... porque ultimamente tem muitos poréns né. Tem gravidez na adolescência, tem droga, eu acho que é o mais forte mesmo, continuar estudando. (Rafaela, GNP)

A família dos jovens participantes da pesquisa, mesmo com as várias dificuldades apresentadas e com questões que fogem a uma educação de qualidade, incentiva os seus filhos para que continuem a estudar, como se pode observar na fala de um dos participantes:

- Ah, a família ajuda também, porque tem família que não liga se o aluno vai na escola ou não. Mas tem família que incentiva “Vai, terminar, é o seu futuro!” (Gabriel, GNP)

As famílias então mobilizam os jovens a estudar mas para que possam obter melhores ganhos financeiros futuros e, assim, conseguir ajudar a seus pais e parentes. Porém, nem todas as famílias pobres têm condições concretas e reais de mediar e apoiar os jovens na permanência escolar. Há, portanto, um campo no qual as políticas públicas necessitam atuar, visando reconhecer essa questão presente na vida dos jovens e procurar realizar ações que lhes garantam este direito.

A finalização dos estudos aparece como uma expectativa que aparenta repetir falas de senso comum presentes na sociedade, onde o jovem deve procurar sempre o melhor, se espelhando em exemplos positivos:

- A gente focar nas pessoas que puderam concluir e não olhar pro lado das pessoas que não puderam concluir o estudo. (Gui, GNP)

Observa-se, por essa fala, que sujeitos que não conseguiram concluir os estudos fazem parte do convívio social dos jovens participantes da pesquisa realizada e que o fracasso, em geral, é atribuído ao próprio jovem, desconsiderando os aspectos econômicos, sociais, políticos e éticos envolvidos nesse contexto. Essa realidade é identificada também pelos dados indicativos do país que, de acordo com IBGE (2019), no ano de 2018, 11,8% dos jovens de 15 a 17 anos que estavam entre os 20% da população com os menores rendimentos abandonaram a escola sem concluir o ensino básico, um percentual 8 vezes maior que o desse mesmo grupo etário entre os 20% com maiores rendimentos (1,4%).

Vários jovens participantes dos grupos focais têm como expectativa ingressar em uma faculdade. Estes foram capazes de identificar quais cursos têm interesse em realizar, entre eles: engenharia (2 alunos), veterinária, economia, medicina, psicologia e teatro. Estes jovens, segundo Germano e Colaço (2012) compartilham da crença do empoderamento pessoal por meio das instituições acadêmicas.

O direito de ingresso ao ensino superior é garantido no ECA, em seu Artigo 54 parágrafo V é previsto: “Acesso aos níveis mais elevados do ensino,

da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1990). Entretanto, observa-se que este acaba por transferir a responsabilidade para o jovem que, para conseguir ter acesso, deve então ter capacidade para tal. O Estatuto da Juventude, por sua vez, trata com mais detalhes a questão da educação superior trazendo um artigo específico:

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública. (BRASIL, 2013)

Por ser uma lei mais nova, o Estatuto da Juventude apresenta um avanço e uma caracterização mais detalhada com relação a políticas afirmativas, de modo a possibilitar maior acesso ao ensino superior, porém, o nível de ensino ao qual os jovens têm o direito já alcançado limita-se ao ensino médio.

Sobre o acesso dos jovens ao ensino superior esse é prioritariamente de jovens brancos (36,1%) contra 18,3% de jovens pretos ou pardos, ou seja, mesmo compondo a maior parte da população desse estudo e do país, estes têm um acesso muito menor. Com relação a renda, ao se considerar os 20% mais ricos, 63,2% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam o ensino superior ou haviam concluído esse nível, ao mesmo tempo que considerando os 20% mais pobres, apenas 7,4% dos jovens se encontram na mesma situação (IBGE, 2019). O ensino superior se constitui como uma realidade presente na vida dos jovens brancos e ricos, uma promessa na vida dos jovens pobres e um sonho pouco sonhado na vida dos jovens pobres e negros.

Há também presente na fala dos jovens o interesse em realizar cursos profissionalizantes:

-Mais na área de curso, porque agora ano que vem vai começar SENAI e Bayeux, que tem que estudar para entrar. (Richard, GNP)

A finalização do ensino médio, o ingresso a cursos superiores ou o ingresso em cursos técnicos profissionalizantes estão atrelados ao mundo do trabalho. Os jovens acreditam que para que consigam atingir suas expectativas é necessário que eles estejam qualificados, o que é também confirmado por Frigotto (2001), ao relatar que a busca por qualificação profissional tem suas origens na ansiedade dos jovens de se “agarrarem” em diferentes cursos que possam lhes permitir condições de empregabilidade.

- Tudo depende do estudo, como ele falou, hoje em dia até para ser gari precisa ter o ensino médio completo, então pra nossa geração o estudo é bem importante para ter uma vida social boa, uma vida melhor do que a de antigamente. (Pietra, GP)

- Estar estudando, pois atrai o currículo você estar estudando ou você ter completado o ensino médio, tudo certinho, é o que atrai, sabe? (Lorena, GNP)

- Eu vejo da importância para o mundo profissional. (Rafaela, GNP)

- Porque hoje em dia está difícil de você conseguir emprego. (Agatha, GNP)

Com a precarização do mundo do trabalho que estamos a vivenciar, Ribeiro (2011) relata que a elevação dos níveis de escolaridade é insuficiente para potencializar a geração dos jovens.

Sobre esse assunto, Bourdieu (2001) expõe que a permanência prolongada na escola não se constitui como uma garantia, já que esta não consegue oferecer aos jovens, em sua maioria, diplomas valorizados. A escola ainda parece se constituir em uma promessa de futuro, o que, em grande parte, não se concretiza pelas limitações de políticas públicas na garantia desse direito, sustentadas pelo modelo neoliberal.

Segundo os jovens, a escola se difere do esperado, pois esta nem sempre consegue atingir seu objetivo de construção do conhecimento, o que pode acabar dificultando seus planos para o futuro:

- O conhecimento, porque se a gente não entender, a gente está sendo barrado de ter um conhecimento daquilo, aí chega na hora da prova ninguém sabe nada, ninguém consegue desenvolver, entendeu? (Pietra, GP)

- Na minha questão, acho que o português na interpretação de texto para decorar, para saber o que está falando no roteiro, eu acho que isso e as outras questões eu acho que é realmente

isso, parte do conhecimento, que fica mais fácil, entendeu, de você ir para frente. (Helena, GP)

Os jovens que apresentam interesse em realizar cursos superiores, relatam acreditar que a escola é importante para que consigam realizar a este objetivo:

- Ah, o meu da Engenharia, se eu quiser passar no vestibular, eu tenho que estudar, se não existisse a escola e eu ficasse só em casa, não ia estudar todo esse tempo que eu estudo aqui, eu tenho certeza disso. (Gui, GNP)

- E também porque aqui tem professor, né, que vai explicar de um jeito que se a gente catar e olhar a gente nunca vai, tem coisa que não dá para entender. (Fefe, GP)

- Ajuda alcançar os objetivos, né. (Helena, GP)

-Eu acho essencial. (Hanna, GP)

-Que sem isso aqui não tem vida. (Kauan, GP)

Mesmo com as dificuldades encontradas no ambiente escolar, os jovens relatam a importância da escola relacionada a um futuro promissor:

- Acho que é conhecimento, né, até porque, para todas as outras coisas que a gente precisa, tipo, uma faculdade, alguma coisa que a gente quer, por a gente não ter às vezes uma condição para conseguir aquilo, a gente precisa passar na prova e, para passar na prova a gente precisa saber, então acho que ajuda muito nessa questão. (Pietra, GP)

- E também tem a área de trabalho, também, porque a gente lida com pessoas aqui e quando chegar em um emprego vai lidar com pessoas também. Então acho que é isso. (Hanna, GP)

Segundo Ribeiro (2011), a educação tem valor instrumental, como um passaporte para os jovens, e não valor de uso formativo. Ainda não parece se constituir como um direito na ótica dos jovens pobres. A importância da escola parece estar relacionada a possibilidade de uma ascensão social, na qual contam com esta para que possam ter condições de cursar uma faculdade e/ou ingressar no mercado de trabalho. Porém, de acordo com Medeiros e Galvão (2016), melhorar o nível educacional da população apresenta-se como uma condição necessária, mas não suficiente para se atingir níveis razoavelmente baixos de desigualdade nas próximas décadas.

Neste sentido, de acordo com Pais (1990), os jovens universitários vivenciam um problema, na medida em que o aumento da escolarização e da

formação escolar não tem relação direta com uma maior facilidade de acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com Adam e Fonseca (2020), os jovens apresentam dificuldade em expressar objetivos futuros devido às incertezas que vivenciam, tendo em vista condições relacionadas às questões econômicas, sociais e psicológicas:

Questões como conflitos, violências e injustiças que atravessam o cotidiano escolar e social dos jovens têm interferido nos processos de subjetivação e constituição identitária, bem como nas possibilidades de inserção social e profissional diante da precarização da formação e do trabalho, do individualismo, da mudança rápida da tecnologia e da dificuldade concreta de realizar um projeto de vida e profissional. (ADAM; FONSECA, 2020, p.1)

Mesmo com dificuldades em expressar seus desejos, a questão do trabalho aparece com grande ênfase na fala dos alunos participantes dos grupos focais. Isto se constitui como uma expectativa comum dos jovens, como confirma a pesquisa realizada por Faria (2011) sobre os interesses da juventude.

A questão do acesso ao emprego aparece na fala da maioria dos jovens, no qual estes pretendem alcançar o ingresso no mercado de trabalho. Relatam que têm como interesse ingressarem imediatamente, de forma a conciliar o emprego com os estudos. Nesse sentido, cabe destacar que, segundo Ribeiro (2011), o trabalho é parte constituinte da vida dos jovens, e que ser apenas estudante é um privilégio de poucos, já que os jovens pobres não têm essa possibilidade de escolha.

Segundo Leon (2009), essa é uma questão de grande relevância na pauta dos países em desenvolvimento, pois o ingresso prematuro e precário dos jovens considerados mais vulneráveis no mercado de trabalho está relacionado ao abandono e à frequência escolar. Segundo o autor, isto influencia e compromete o desenvolvimento e a capacidade dos jovens para o restante de suas vidas, fazendo com que o ciclo de pobreza, a que uma grande parte das famílias se encontra imerso, seja perpetuado e ampliado.

Há, portanto, um campo no qual as políticas públicas falham, na proposição e execução de políticas sociais preventivas à exclusão e desigualdade social. Assim, deveriam ter como foco a garantia dos direitos

básicos fundamentais a estes jovens, garantindo-lhes condições para que não necessitem adentrar ao mercado de trabalho de forma precoce e precária.

A permanência na escola, no município estudado, é apenas um critério de participação nos programas, porém não há relatos de que estas ofereçam qualquer tipo de recurso que possibilite a garantia de seus direitos e viabilizem a continuidade dos estudos.

Os jovens participantes do estudo relatam não participar de programas onde recebam auxílio financeiro, porém alguns deles relataram já ter se beneficiado do Bolsa-família anteriormente:

- Na minha casa recebia, era bolsa-família, mas não recebe mais. (Lucas, GP)

-Ai nem fala da bolsa-família, o governo cortou e falou que eu não estava vindo para a escola, mas não sei o quê, mas eu vim pra escola todo dia. (Pietra, GP)

- Eu recebia bolsa-família, quando meu pai descobriu que eu estava vindo morar com a minha mãe, ele quebrou meu cartão. (Richard, GNP)

Os jovens relataram, portanto, no momento atual não participar de nenhum programa de transferência de renda.

Segundo Motta e Schmitt (2017), os jovens vivenciam a pressão de deixar a escola e valorizar algum ganho financeiro, pois muitos destes se sentem na obrigação de colaborar com o sustento da família, passando a decidir a complementação da sua renda familiar como sua principal missão.

A necessidade de trabalhar é o principal motivo indicado por jovens com idade entre 14 e 29 anos para abandonar os estudos, onde para aproximadamente 4 de cada 10 jovens que não conseguiram concluir o ensino médio, a causa está relacionada a necessidade de deixar de frequentar a escola para trabalhar (IBGE, 2019).

Segundo o IBGE (2019), no Brasil 20,2% dos jovens não completaram o ensino médio seja por terem abandonado a escola antes do término dessa etapa ou por nunca ter frequentado, o que corresponde a um total de 10,1 milhões de jovens, composto em sua maioria por meninos (58,3%), de cor preta ou parda (71,7%) dos jovens que não estavam estudando.

A inserção precária e precoce no mercado de trabalho provoca o abandono escolar, proveniente não da falta de interesse dos jovens, mas da falta

de condições concretas de efetivação de seus direitos básicos, tal como a educação, em que mesmo com as garantias propostas no ECA e no Estatuto da Juventude, estas, como é possível observar, não são suficientemente presentes na vida dos jovens que necessitam da existência de políticas públicas efetivas e em número suficiente para conseguir atendê-los.

O interesse de ingressar no mercado de trabalho, independe, segundo os jovens, do local onde possivelmente possam trabalhar:

- Eu acho assim, de começo eu acho que, eu não tenho um lugar pra trabalhar. Onde eu conseguir trabalhar já está bom para começar ... (Lorena, GNP)

- Eu, para mim, assim, aquilo que vir adquirir para poder ir para frente está bom, entendeu? (Richard, GNP)

- Aquilo que vir, aquilo que me ajuda a ir para frente, está ótimo! (Ludmila, GNP)

Estes jovens, então, procuram inserir-se no mercado de produção de bens e serviços induzidos pelo sistema capitalista, onde estar inserido em tal estrutura do mercado de trabalho já é considerado como positivo.

Os participantes desse estudo, no entanto, demonstram a preocupação em deixar a realização de atividades informais para a conquista de um emprego com carteira assinada:

- Quero alguma coisa registrada que ofereça carteira assinada. (Rafaela, GNP)

O acesso ao emprego formal é uma expectativa do jovem, que quer ser de fato um sujeito que tenha seus direitos trabalhistas garantidos, e não somente o acesso a uma renda, como ocorre com os empregos informais.

Conforme dados dos grupos focais e questionários, foi possível observar que os empregos, que os jovens pesquisados conseguem ter acesso, estão relacionados aos estágios, atividades informais e empregos sem uma necessidade de formação específicas. Ou seja, empregos de baixos salários e que pouco agregam em suas vidas e sem qualquer garantia salarial ou de direitos previdenciários; apenas uma aluna relatou ter realizado um estágio diferenciado. Observa-se então uma minoria de experiências que de fato possam ser enriquecedoras.

O interesse em um trabalho está em consonância ao que é colocado por Castro (2001), sendo comum os jovens de bairros pobres relatarem que querem ter um trabalho, pois o tempo para brincar e estudar é colocado como secundário, face as suas necessidades e de sua família.

A busca de trabalho é prioritária para os jovens pobres, e, em algumas das entrevistas com jovens que estudam e não trabalham, percebe-se que se aparecer uma oportunidade de trabalho, o estudo é abandonado mesmo que seja um trabalho de ganhos imediatos, mas sem perspectivas a longo prazo. (CASTRO, 2001, p.19)

A questão da renda, portanto, se constitui para os jovens um fator determinante, estes relatam que o interesse em ingressar no mercado de trabalho tem origem nas necessidades financeiras da família:

- Principalmente a família, né, passa muita dificuldade. Meu pai me ensinou a correr atrás de emprego, aí nós conseguimos e desde os doze eu estou lá. (Leo, GP)

- Para mim eu acho que é necessidade, porque tipo assim, como eu sou o único homem da casa e minha mãe é aposentada por invalidez, assim, só eu trabalho. E, tipo assim, fica difícil, tem que colocar comida dentro de casa, é o que está tendo no momento. (Richard, GNP)

Essas falas confirmam o que é indicado por Monteiro e Vale (2011), que relatam a importância do trabalho na vida do jovem contemporâneo, levando-se em conta a necessidade de subsistência ou complementação da renda familiar. Estes jovens, portanto, trazem para si a responsabilidade e o desejo de resolver o problema de exclusão que estão inseridos.

O trabalho, segundo Ribeiro (2011), é realizado para que o jovem consiga satisfazer às necessidades básicas de sobrevivência e, de forma secundária, a possibilidade de ter vínculos sociais, no qual a probabilidade de construir relações está relacionada em existir socialmente.

As necessidades financeiras desses jovens, porém, comprometem a concretização de seus direitos. Segundo Castro (2001), as condições de necessidade dificultam o direito ao sonho e o direito de ter expectativas para seu futuro, onde: “O direito a sonhar, a estudar, a se divertir deveriam ser também construídos de um enfoque geracional-juvenil em políticas de ação afirmativa para jovens” (CASTRO, 2001, p.20). Entretanto, contrário a este direito a sonhar, na

vida dos jovens pobres periféricos inscreve-se a representação do jovem pobre que não trabalha como “vagabundo”. Ou ainda, mais recentemente, o engodo presente nas análises de que são parte da geração “nem-nem” (não estudam e nem trabalham), que desconsideram todos os determinantes sociais e históricos das condições concretas de jovens pobres, o que não ocorre com jovens de classe média e alta.

É possível observar que os jovens estabelecem uma relação de apoio a suas famílias, na qual eles querem trabalhar para ajudá-los. Isso ocorre, na mesma medida em que relatam, também, que quando enfrentam alguma situação que necessitam da ajuda, eles recorrem a família:

- *A família, com certeza é a família. (Otávio, GP)*
- *A minha família. (Laila, GP)*
- *Eu é só com a minha cunhada. (Felipe, GP)*

Segundo Gonçalves e Coutinho (2008), essa confiança na família configura-se como importante para o amadurecimento do jovem:

Tal conclusão destaca a família como a instituição em que os jovens mais confiam, o suporte vital para seu amadurecimento; ela é a responsável pelo apoio e pela orientação de que necessitam para enfrentar os problemas que a vida lhes apresenta. (GONÇALVES; COUTINHO, 2008, s/p.)

A família, portanto, apresenta destaque com relação a ajuda financeira, em que esta aparece como protagonista, onde os jovens que não trabalham recorrem a esta para conseguir inserir-se como consumidor no mercado capitalista:

- *Neste caso a minha mãe. (Richard, GNP)*
- *Meus pais. (Lorena, GNP)*
- *Minha irmã. (Gui, GNP)*
- *Meu irmão também. (Rafaela, GNP)*

Essa ajuda financeira, de acordo com alguns jovens, aparece com uma necessidade de contrapartida:

- *Arrumar a casa pra minha mãe, mas quando eu estou sem dinheiro, aí eu arrumo a casa para minha mãe. (Leo, GP)*

Segundo as falas dos jovens, os pais têm costume de ajudar financeiramente seus filhos:

- *Eu só peço só, e choro. (Felipe, GP)*
- *Na verdade eu só peço também. (Pietra, GP)*
- *Também peço. (Lucas, GP)*
- *Essa questão do dinheiro assim que você falou, lá em casa quando sobra troco de...é do pão, do mercado, o meu pai coloca num potinho. Então todo dia eu posso ir lá e pegar um real para mim. (Fefe, GP)*

A força do vínculo presente na fala dos jovens evidencia que a família se constitui como a principal fonte de provimento financeiro para este, conforme é também apontado por Gonçalves e Coutinho (2008). A ajuda financeira oferecida pelos pais está, no entanto, relacionada a contrapartidas por parte do jovem que deve realizar tarefas ou conversas sobre seu uso.

Além da ajuda financeira recebida dos pais, alguns jovens também relataram receber a ajuda financeira de parentes próximos:

- *A minha tia ajuda a pagar o curso. (Otávio, GP)*
- *As minhas irmãs compram coisas para mim. (Felipe, GP)*
- *Sim, elas compram coisas para mim às vezes. Maquiagem... (Laila, GP)*

Alguns jovens, porém, relataram receber um apoio restrito a poucos familiares:

- *Minha tia não gosta de mim, minha vó morreu, meu vô morreu... (Lucas, GP)*

Essa ajuda financeira proveniente de familiares, porém, não é suficiente para atender às expectativas de consumo dos jovens, que relatam que querem trabalhar e que, como não conseguem, realizam “bicos” para conseguir dinheiro. Alguns jovens contam que quando necessitam de dinheiro, correm atrás de pequenos bicos, como por exemplo de cabelereira:

- *Eu procuro fazer alguma coisa para conseguir, uns bicos, ajudo minha tia no salão. (Rafaela, GNP)*

Essa busca por alternativas de inserção no mercado de trabalho está relacionada a um desencantamento com o futuro, pois há a necessidade

primordial de cuidar do presente; em que segundo Ribeiro (2011), os jovens acabam por seguir, de forma prática, buscando alternativas de inserção, onde naturalizam a situação vivida em que:

A falta de possibilidade de planejar projetos futuros, prende o(a) jovem ao presente e parece-lhe impedir de lutar pelos seus direitos, o(a) fazendo concentrar suas lutas na batalha do dia a dia. (RIBEIRO, 2011, p.66)

Estes jovens, no momento de preencher o questionário, relataram não trabalhar, pois não conseguem. Entretanto, registraram que, como opção para conseguir dinheiro, realizam atividades esporádicas:

- *Eu faço a unha da minha mãe e ela me dá dinheiro. (Gui, GNP)*
- *Cuidar do sobrinho... essas coisas. (Gabriel, GNP)*
- *Eu vendo trufa, eu e umas amigas minhas, a gente vai vender trufa as vezes. (Agatha, GNP)*
- *Às vezes eu vendo trufa, mas é bem difícil. (Gabriel, GNP)*

Estes jovens engrossam a taxa de trabalhadores informais na juventude, podendo violar o que está previsto no ECA, já que podem desenvolver trabalhos perigosos, insalubres e que não contribuam para seu desenvolvimento pessoal e social; sem qualquer fiscalização, incluem-se na busca de suprir suas necessidades financeiras. De acordo com o IBGE (2019), no ano de 2018, dos 230 mil jovens empregados com idade entre 18 e 24 anos, 89% deles encontravam-se em empregos informais.

Um jovem também relatou que a mãe lhe ajuda financeiramente, mas que este auxílio vem junto a recomendação para que comece a trabalhar:

- *Ela fala: vai trabalhar! Tem que trabalhar! (Hanna, GP)*

Por outro lado, contrário a estas falas, uma das jovens relata a preocupação da mãe sobre a inserção dela no mercado de trabalho:

- *Mas a minha mãe não deixaria eu trabalhar agora, porque de certa forma a minha mãe tem medo de que eu seja independente, então ela precisa que eu precise dela. (Fefe, GP)*

Esta aluna, no entanto, relata que se fosse por ela já estaria a trabalhar:

- *Mas eu tenho vontade de trabalhar, minha mãe não deixa... (Fefe, GP)*

Contudo, outros colegas do grupo relatam um incentivo da família para a inserção no mercado de trabalho:

-Minha mãe quer que eu vá trabalhar, literaaaalmente. (Lucas, GP)

- Ela quer que eu comece a virar independente futuramente. (Otávio, GP)

Há o interesse familiar de que os jovens consigam angariar recursos financeiros, de modo que possibilite ampliar a renda familiar, seja através da realização de trabalhos formais ou informais.

Os jovens apresentam diferentes vivências e possibilidades de acordo com a classe social a qual pertencem, enquanto os jovens ricos não têm a inserção imediata no mercado de trabalho como uma prioridade. Esta é uma preocupação presente nas famílias pobres, que se encontram em processo de exclusão social e que não têm condições de planejar o futuro, mas sim o presente.

Estas famílias, portanto, acabam por reproduzir vivências que deem conta de solucionar problemas imediatos, relacionados às necessidades financeiras. Por outro lado, não há políticas públicas efetivas que possam auxiliá-las com medidas que evitem o ingresso precoce e precário no mercado de trabalho.

O trabalho se constitui para esses jovens como a possibilidade de manter sua vida humana, podendo se constituir como o “mundo da necessidade” ou como “mundo da liberdade” (OLIVEIRA; FRIGOTTO, 2008). Isso se caracteriza, também, como um dever e um direito: um dever na medida em que deve ser aprendido e como um direito necessário pra sua existência humana, em que, segundo Frigotto (2001, p.74), “Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a vida própria e, quando é o caso, dos filhos.”

Porém, não são todos os jovens participantes dos grupos focais que relatam receber uma “pressão’ familiar para o ingresso no mercado de trabalho:

- Minha mãe é tipo assim, ó “eu quero que você trabalhe, mas só se você quiser, não vou te obrigar a fazer isso”. Sabe? (Pietra, GP)

Pais (1990) destaca, porém, que as carências relacionadas à falta de emprego podem converter-se em uma fonte de conflitos e problemas, na medida em que não há uma relação direta entre a inserção no mercado de trabalho e a escolarização, conforme relata:

Progressivamente, os «problemas» dos jovens universitários foram-se modificando. Ao aumento da escolarização e da formação escolar nem sempre terá correspondido uma maior qualificação profissional, nem uma maior adequação do sistema de ensino ao mercado de trabalho, facto que terá também contribuído — e limito-me a reproduzir a doxa dominante no discurso político e no dos media— para uma apreciável frustração e desilusão entre os jovens. (PAIS, 1990, p.147)

Observa-se que a preocupação na inserção no mercado de trabalho não é um desejo apenas do jovem, mas também está presente no convívio familiar das comunidades pobres.

Esta preocupação está relacionada à baixa renda das famílias de periferia, que não têm condições de participar amplamente de um vasto mercado de consumo ou mesmo na garantia de condições básicas de sobrevivência de toda a família (alimentação, saúde, educação).

Segundo Gonçalves e Coutinho (2008), a família representa papel proeminente na vida dos jovens em que, segundo as autoras, a maioria deles convivem com seus pais e é a família a responsável por deter influência na formação das futuras gerações e no nucleamento dos laços sociais, ou seja, a família exerce efetiva presença no cotidiano dos jovens seja como fonte de provimento ou como elo de confiança. Portanto, como referência constitutiva do modo de ser e viver o mundo, que é marcado pela desigualdade social.

A independência da família é considerada, também, como um dos motivos pelo qual os jovens querem ingressar no mercado de trabalho:

*- Eu queria mais era trabalhar agora, pra ser mais independente.
(Gabriel, GNP)*

Os jovens querem ganhar a vida por si mesmos. A questão da independência relatada por esse jovem possui, segundo Ribeiro (2011), duplo significado, pois pode ser financeira e social, de modo a permitir aos jovens consumir (através de sua renda) e também a criar laços sociais autônomos e

sem influência direta da família, ou ainda, consideramos o fato de fuga das restrições impostas pelo baixo orçamento familiar.

Borges e Coutinho (2010), em pesquisa também realizada com jovens, relata que a busca pelo trabalho está relacionada a remuneração e, conseqüentemente, a autonomia financeira, possibilitando assim ser sujeitos consumidores, ou seja, ter um salário permite aos jovens desenvolver hábitos culturalmente produzidos em sociedades capitalistas e que possibilitam a independência.

Alguns jovens apontam já ter conseguido realizar avanços em sua vida profissional, como por exemplo o acesso ao primeiro emprego. Estes jovens se sentem contentes por já terem conseguido, como relata:

- Meu primeiro objetivo eu alcancei que é arrumar trabalho e o segundo é tirar a minha carta e depois minha moto. (Kauan, GP)

- Eu só queria voltar para o meu serviço de novo, eu já trabalhei na previdência social, mas eu tive que sair por conta de que é contrato, sabe? Mas eu queria voltar, porque é muito bacana lá, você aprende muita coisa, coisas que você não fazia ideia que você pode aprender, mas você pode aprender... pra você trabalhar em escritório de advogado, pra você trabalhar com gente da patente alta sabe? Advogado... porque lá a gente mexe com muitos processos das pessoas, aposentadoria, muita coisa lá... (Ludmila, GP)

Porém, essa conquista aparece na vida dos jovens de modo intermitente, já que estes relatam que mesmo já tendo conseguido ingressar no mercado de trabalho, este ocorre por curtos períodos.

Observa-se, que os jovens consideram a inserção no mercado de trabalho muito positiva na sua vida. Sobre esse assunto, Borges e Coutinho (2010) relatam que a conquista de um trabalho aparece com centralidade na vida do jovem.

Talvez se possa problematizar tal positividade e associá-la à própria atividade laboral realizada pelo jovem, expressando o valor positivo da conquista do primeiro emprego formal, em um contexto de desemprego e precariedade das formas de emprego disponibilizadas para as juventudes. (BORGES; COUTINHO, 2010, p. 197)

A escolha por um trabalho não obedece a critérios específicos e sim ao fato de ter que trabalhar, para garantia do sustento ou do consumo, há muito medo do desemprego. Nesse sentido, um dos jovens relatou já trabalhar com

pinturas residenciais, o que é considerado por ele como bom, pois assim ele já está adquirindo experiência.

- Eu trabalho na parte de pintura, já vai pegando um conhecimento a mais. (Lucas, GP)

Nesta fala, é possível observar que a maior preocupação consiste em conseguir um emprego, independente do ramo de atuação ou de ser este formal ou informal. A fragilização do trabalhador, segundo Frigotto (2001), é característica dos grupos sociais vulnerabilizados e faz com que estes abaixem seu horizonte de expectativas. O trabalho como categoria humanizante e constitutiva de sentido na vida humana é totalmente desconfigurada na lógica neoliberal.

Para conseguir acessar o mercado de trabalho, estes jovens relatam que recebem o apoio familiar. Quando questionados sobre quem teria lhes facilitado atingir esse objetivo, os jovens ressaltam o apoio da família para alcançá-lo:

- Minha mãe. (Leo, GP)

- Eu consegui meu trabalho por indicação do meu padrasto. (Kauan, GP)

- Eu trabalhei em loja de ração, foi uma indicação da minha mãe para uma amiga dela. (Lorena, GNP)

Por outro lado, alguns jovens relatam também que seus objetivos relacionados ao ingresso no mercado de trabalho foram atingidos devido aos esforços individuais:

- Ah, eu consegui pela internet. (Hanna, GP)

Mesmo com a existência de leis que definem como deve ser o trabalho destes jovens, estes aceitam qualquer possibilidade que lhes é oferecida. Estas, no entanto, podem trazer consequências negativas, como por exemplo um possível abandono escolar, já que os empregos informais não seguem as leis que determinam que estes não podem ser realizados em horários e locais que não permitam a frequência à escola, por exemplo. Isso evidencia a ausência de políticas públicas efetivas no campo de emprego e renda para a juventude. Muitos conseguem ter acesso ao mercado de trabalho por meio da ajuda de familiares, iniciativas individuais ou mesmo sorte. Não há um impulsionamento,

por parte das políticas, para a garantia desse direito conjuntamente com a educação.

O Estatuto da Juventude e o ECA tratam das condições de trabalhos dos jovens, porém não conseguem na forma de lei realizar um controle efetivo com relação ao trabalho informal. Devido à necessidade de ingresso no mercado de trabalho, o jovem vê como única opção o ingresso no mercado informal, onde estes deixam de ter seus direitos garantidos.

Os jovens consideram a inserção no mercado de trabalho como uma expectativa a ser alcançada, neste sentido suas falas confirmam também uma preocupação presente no ECA e no Estatuto da Juventude, na medida em que há uma forte preocupação em regulamentar esta inserção no mercado de trabalho, bem como criar mecanismos para oportunizá-la.

Há, porém, nas perspectivas dos jovens, uma dualidade presente: ao mesmo tempo em que estes têm como expectativa dar continuidade aos estudos através da realização de cursos profissionalizantes e cursos de Ensino Superior, estes têm, também, como expectativa ingressar no mercado de trabalho para conseguir uma fonte de renda.

Os jovens então demonstram o interesse de conseguir realizar estas expectativas em conjunto, porém é uma tarefa na qual recebem a responsabilização individual sobre tais resultados. Eles não relatam a presença de políticas públicas que possam auxiliá-los neste processo. Essa dualidade, que se coloca na vida dos jovens pobres como escolha, poderia, do ponto de vista das políticas públicas, serem oportunizadas de maneira não excludente.

Há, portanto, a necessidade de políticas públicas que de fato olhem para essa realidade vivenciada por muitos dos jovens de periferia e busquem medidas para oportunizá-la, de modo que os direitos dos jovens sejam garantidos.

Observa-se, que uma pequena parcela dos jovens já conseguiu atingir uma das expectativas relatada pelos participantes dos grupos focais (ingressar no mercado de trabalho), porém, uma infinidade de falas dos jovens destaca que a realização desta expectativa enfrenta diversas dificuldades.

Essas dificuldades são uma realidade presente na vida dos jovens participantes da pesquisa. Eles possuem o desejo de conseguir um emprego, ter acesso às oportunidades, ter acesso às qualificações profissionais, ter acesso a

uma educação de qualidade, contudo, em suas falas, estas questões aparecem na forma de desejos difíceis de serem alcançados.

A maior dificuldade elencada pelos jovens é a de ingresso no mercado de trabalho. Sobre o acesso ao emprego, Abramovay e Castro (2002) destacam que jovens pobres demandam de enfoques diferenciais na educação e qualificação profissionais que não são acessíveis aos jovens de famílias pobres:

De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia demandariam habilidades nem sempre disponíveis entre os jovens de setores populares – como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras – isso em contexto de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002, p.150).

O que é então confirmado por um dos jovens:

- A maioria aqui são pobres e não tem condições de ficar pagando por cursos (Gui, GNP)

A questão financeira é considerada como um fator limitador para que o jovem consiga ter acesso aos cursos de qualificação profissional. Essa limitação, no entanto, não deveria ocorrer, já que como previsto no ECA e no Estatuto da Juventude, os jovens devem ter acesso às políticas de cursos de qualificação profissional, sem que para isso tenha que utilizar de financiamento próprio.

Por outro lado, jovens ricos não enfrentam essa dificuldade, não só por uma questão financeira, mas porque não se tem sobre eles a expectativa de início no trabalho precoce e a necessidade de qualificação para tal.

Na conjuntura atual, os jovens ricos conseguem colocar como o foco de suas vidas a educação. Os jovens pobres, por outro lado, ao invés de políticas que garantam o acesso e permanência na escolarização, recebem a oferta de programas que oferecem cursos de qualificação profissional, permitindo-lhes condições mínimas para acesso imediato ao mercado de trabalho. Ou seja, a formação complementar apresenta focos diferenciados na vida de jovens ricos e pobres. Enquanto o jovem rico é incentivado a cursos formativos (línguas, por exemplo), os jovens pobres são impulsionados a cursos profissionalizantes como possibilidade de empregabilidade e não como formação humana, mesmo quando se trata do mesmo tipo de curso, no exemplo de línguas estrangeiras.

O lugar social ao qual o jovem pertence acaba por ditar o modo como esse deve se relacionar com o mundo e, conseqüentemente, com seus objetivos e como este deve ser e estar em nossa sociedade. O jovem rico e o jovem pobre possuem maneiras diferenciadas de vivenciar a juventude, na medida em que estes já têm para si expectativas preestabelecidas pela sociedade e também pelas políticas públicas.

Os jovens pobres, porém, querem também ser sujeitos consumidores de produtos e serviços, de modo a sentir-se incluído no atual sistema capitalista, onde, segundo Cara e Gauto (2007):

Os jovens vivem em uma realidade de forte retração econômica que acaba por ser incapaz de gerar uma inclusão satisfatória do grupo majoritário dessa faixa etária no mercado de trabalho, impossibilitando a realização dos padrões de consumo aos quais os jovens estão estimulados, impactando diretamente na auto-estima. (CARA; GAUTO, 2007, p.176)

Para que consigam inserir-se nesse sistema de consumo, os jovens buscam por empregos; estes, porém relataram ter dificuldades em conseguir, onde a crise, comentada por um deles, estaria relacionada a pequena oferta de empregos disponíveis. Estes jovens expressam então o desejo de que surjam oportunidades relacionadas a sua idade.

- *Oportunidade, por exemplo, só tem uma vaga e todo mundo já vai levando o currículo. (Agatha, GNP)*
- *É muita concorrência para pouca vaga. (Gui, GNP)*
- *Acho que o mais difícil é por conta da idade, porque muitos lugares só pegam de maior, assim... eu acho complicado isso daí. (Ludmila, GNP)*
- *Sempre bate a minha idade. (Fefe, GP)*
- *Primeiramente a crise. (Otávio, GP)*

Segundo Pais (1990), a questão do emprego é destaque nas estatísticas relacionadas à juventude, na medida em que há uma multiplicidade de relações estabelecidas perante a questão do trabalho, seja esta o desemprego, a inatividade, a questão dos trabalhos clandestinos, intermitentes, parciais, etc., e que, segundo o autor, aparecem de forma específica na vida dos jovens.

O trabalho é considerado pelos jovens como a possibilidade de chegar ao “lado de lá”, com uma vida adulta e ativa. No entanto, as dificuldades encontradas na obtenção do emprego e a precariedade dos empregos

encontrados fazem com que os jovens vivenciem o que Pais (1990) define como desemprego intermitente.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho, principalmente dos jovens pobres, é apontada também por Leon (2009) como difícil, mesmo com a característica de flexibilidade para se adaptar a novas oportunidades:

Os jovens, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura da produção. No entanto – e paradoxalmente –, são também considerados como um dos segmentos com melhor qualificação média e grande flexibilidade para adaptarem-se ao surgimento de novas oportunidades. Portanto, podem ser considerados como um grupo potencialmente mais preparado a uma inserção positiva no mundo do trabalho e a uma interação sustentável nos processos de desenvolvimento. (LEON, 2009, p.270)

Estes jovens, no entanto, expressam em suas falas que têm o desejo de conseguir um emprego, porém não conseguem, apontando então a necessidade de que tenham acesso às oportunidades e qualificação profissional:

- *Oportunidades. (Gui, GNP)*

- *Qualificação. (Felipe, GP)*

Isto é contraditório e extensivo à discussão anteriormente colocada sobre a inclusão precoce e precária do jovem pobre no mercado de trabalho, considerando a realidade econômica e de desigualdade social vivida no Brasil, que demanda mudanças estruturais para que outro cenário aconteça. É necessário observar as necessidades formativas desses jovens ao mesmo tempo em que a empregabilidade é baixa, sem que se constitua como foco de políticas públicas essa realidade.

Desta forma, as oportunidades que os jovens tanto almejam deve ser uma das propostas das políticas públicas. Incluir concretamente os jovens no momento de formulação de políticas para esta categoria da população deve ser uma conquista que transpasse o previsto na lei e ocorra efetivamente na vida destes jovens. Eles querem falar, sabem o que querem, é necessário, no entanto, espaços que permitam estas falas e que estas sejam de fato valorizadas.

Observa-se que os jovens enfrentam dificuldades para conseguir transformar suas expectativas em realidades, seja com relação ao acesso ao ensino de qualidade, acesso a uma qualificação profissional ou o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

Estas dificuldades são contempladas no ECA e no Estatuto da Juventude, que estabelecem diretrizes para que estes não permitam que os direitos dos jovens deixem de ser garantidos seja com relação a escolarização, a profissionalização e o acesso e permanência no mercado de trabalho.

5.2. Cultura e arte na vida de jovens pobres

Os jovens, porém, além de uma escola de qualidade, com condições de permanência nesta, de condições dignas de sobrevivência para si e sua família que não necessitem de um ingresso precoce no mercado de trabalho, e com condições de acessar qualificações sejam essas técnicas ou de ensino superior que sejam de fato significativas, têm então outras expectativas, como por exemplo a publicação de um livro ou a realização de um intercâmbio:

- Meu maior objetivo é lançar o meu livro. Não vai dar para esse ano, vai ficar para o ano que vem. (Pietra, GP)

-Intercambio, eu tenho vontade de ir para os Estados Unidos (Agatha, GNP)

Essas falas evidenciam que os jovens querem se estabelecer também de forma cultural, não querem somente se colocar como instrumento de trabalho tecnicista, querem se manifestar através de sua cultura, da sua arte, da sua música e da sua poesia, a juventude manifesta isso em suas falas.

Essas expectativas, porém, aparecem como coadjuvantes, já que há a necessidade de se colocarem e colocarem suas famílias como sujeitos consumidores no sistema capitalista. Eles veem essas expectativas como secundárias, já que a frequência à escola para conseguir ter acesso a um emprego que lhes garanta condições dignas de sobrevivência, acabam por se configurar como muito além de um interesse ou uma expectativa, sendo, portanto, a única opção dos jovens moradores da periferia urbana.

A vida dos jovens de periferia é caracterizada por Vale (2010) como uma constante batalha, sem um espaço considerável para atividades de lazer e

divertimento, onde a ascensão social aparece como uma espécie de esperança longínqua, atravessada por perigos relacionadas ao crime, as drogas, a violência policial e ao racismo presentes na sociedade.

Os jovens querem também o acesso aos espaços públicos no qual possam ter a possibilidade de desenvolver atividades físicas e culturais. Estes, porém, relataram que para que consigam realizar atividades físicas têm que ir para outros espaços fora de seu bairro, já que não há espaços propícios para isso onde residem:

- Aqui no bairro tem uma quadra lá embaixo, mas tá difícil a situação da quadra, é melhor ir mais longe. (Ludmila, GNP)

- Aqui no bairro, não. Tem no bairro de cima e no outro. (Lucas, GP)

Os espaços de lazer e convívio social são escassos no bairro em que residem, os jovens então relatam procurar atividades fora de seu bairro:

- Lago azul, a gente vai jogar basquete. (Ludmila, GNP)

- Eu gosto de ir no Horto no final de semana. (Richard, GNP)

No entanto, os jovens não conseguem elencar uma atividade que desenvolvam com grande interesse, como no caso da visita a um museu da cidade em que vão para “olhar”.

- A sei lá, a gente vai lá no museu do eucalipto, fica dando uma olhada nas coisas. (Ludmila, GNP)

O bairro e a cidade em que residem apresentam pouco ou quase nenhum espaço para que estes consigam acessar para a realização de práticas culturais ou esportivas, fazendo com que os jovens fiquem somente dentro de suas residências:

- Eu não saio de casa, eu sou muito caseira. (Leo, GP)

- Ah, eu não sou de sair, não. (Hanna, GP)

Esses jovens, em sua maioria, acabam ficando somente em suas residências, devido às poucas opções de espaços culturais ou para práticas esportivas. A dimensão formativa cultural, social e esportiva é renegada como direito aos jovens pobres. Um dos jovens, nesse sentido, relatou que tentou

improvisar uma prática esportiva no bairro, na qual ele só ia caminhar, mas logo este se sentiu desmotivado e desistiu.

- Eu ia caminhar, mas foi só uns 15 dias só. (Gui, GNP)

Um dos jovens relatou praticar esportes no ginásio de esportes do município, no entanto, agora que reside longe do local, não tem mais ido:

- Eu natação, lá no ginásio de esportes, antes de morar pra cá eu morava mais perto, aí eu ia de ônibus. (Ludmila, GNP)

Observa-se que antes o acesso já necessitava de transporte, mas no bairro em que reside a dificuldade de acesso (devido à distância) se ampliou, de modo a inviabilizar sua participação.

Outro jovem relatou que realizava aulas de futebol, essas, porém, eram financiadas pela família:

- Futebol no SESI, mas tinha que pagar. (Richard, GNP)

Os demais jovens participantes do grupo focal relataram não realizar práticas esportivas com o custeio da família, evidenciando ser essa situação atípica, na medida em que a maioria dos jovens não dispõem desse tipo de prática.

Neste mesmo sentido, os jovens que querem participar de atividades culturais, disseram que às vezes vão ao cinema, porém, as atividades se resumem somente a este, já que não relatam ter acesso às peças teatrais, espetáculos, etc.

- Só no cinema mesmo. (Leo, GP)

- Só cinema. (Lucas, GP)

Esta atividade, porém, segundo um dos jovens é rara no seu cotidiano:

- O meu é raro. (Lucas, GP)

A raridade que os jovens relatam frequentar ao cinema está relacionada a necessidade que realizem um investimento financeiro para tal prática.

Os jovens, portanto, evidenciam que não têm acesso às práticas esportivas e espaços culturais em seu bairro, tendo que se deslocar para longas distâncias, e que, mesmo em longas distâncias, as opções são precárias, de

difícil acesso, ou necessitam de investimento financeiro. Deste modo, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso a locais públicos de qualidade, que lhes permitam participar de atividades culturais, esportivas e de lazer sem a necessidade de que tenham que custeá-las.

As falas evidenciam um acesso restrito e dificultado para os jovens de periferia, em que relatam a questão da prática de esportes e atividades culturais como algo esporádico. O acesso a estes espaços, no entanto, é um desejo dos jovens participantes dos grupos focais que é garantido no ECA:

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. (BRASIL, 1990)

E também no Estatuto da Juventude:

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:
[...]

V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;

Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação.

Parágrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 29. A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III - a valorização do desporto e do paradesporto educacional;

IV - a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer. (BRASIL, 2013)

Mesmo que possam ocorrer práticas nesse sentido direcionadas aos jovens do município, assim como está previsto no ECA e no Estatuto da

Juventude, essas permanecem inacessíveis para os jovens pobres residentes na periferia.

Estes jovens, porém, nos mostram que dão importância para a cultura e arte em suas vidas. Eles não estão somente preocupados em participar de formações profissionais que não vão resolver o problema da inserção ao mercado de trabalho. Eles querem viver a juventude, querem poder se expressar, lidar com a sua subjetividade através das diferentes linguagens, compreender e refletir sobre seus medos e anseios através da arte e da cultura.

A oferta de espaços onde os jovens possam ter acesso às atividades culturais, práticas esportivas e de lazer é, portanto, um direito que é garantido pelo ECA e pelo Estatuto da Juventude, porém não é vivenciado pelos jovens pobres, já que estes têm dificuldades para acessá-los.

Mesmo sendo uma obrigação do poder público, os jovens relatam a necessidade de políticas públicas que possibilitem efetivamente a garantia deste direito e que os jovens de periferia tenham condições efetivas de usufruir delas.

Observa-se, portanto, o desejo do jovem por políticas públicas que transpassem a questão da inserção no mercado de trabalho, na medida em que relatam em suas atividades cotidianas a dificuldade de acesso às atividades culturais, esportivas e de lazer.

Os jovens, neste sentido, relatam vários anseios com relação aos seus bairros:

- *Eu acho que aqui no bairro precisa de um posto de saúde. (Agatha, GNP)*
- *Que tivesse uma infraestrutura para oferecer cursos profissionalizantes, aqui mesmo. (Rafaela, GNP)*
- *Espaços de lazer. (Gabriel, GNP)*
- *Quadra, aqueles negócios de fazer exercício. (Gui, GNP)*
- *Porque no meu tem campinho, é terra, não tem nem graça. (Ludmila, GNP)*

Estes anseios fazem parte das necessidades diárias não só dos jovens, mas da população em geral, evidenciando que seus desejos são extremamente importantes e necessários para garantir qualidade de vida a população residente na periferia.

5.3. Programas presentes na vida dos jovens

Os jovens possuem expectativas relacionadas às necessidades vivenciadas em seu cotidiano e que, para se concretizarem em suas vidas, necessitam também do interesse público. As leis preconizam essa necessidade de intervenção no Estado de modo a atender às necessidades destes. O ECA e o Estatuto da juventude preveem a atuação do Estado na implantação de políticas públicas direcionadas para atender às expectativas e anseios da população jovem residente na periferia.

Segundo Sennett (2004), a sociedade moderna em que vivemos necessita de expressões positivas de reconhecimento pelos outros, onde os sujeitos que estão na base da ordem social não podem continuar a ser sujeitos que não têm o controle de suas próprias vidas, não se desenhando como expectadores de suas próprias necessidades, ou seja, meros consumidores da atenção dada a eles. Nesse sentido, os jovens necessitam ser colocados não somente como receptores de políticas públicas, mas como sujeitos ativos nestas.

As políticas públicas, nesse sentido, podem se concretizar na vida desses jovens através de programas. Diante disso, buscamos conversar com os jovens sobre os programas ofertados do município, procurando entender se ocorrem e como eles acontecem na vida dos jovens participantes da pesquisa.

Os Jovens participantes de ambos os grupos focais relataram participar de apenas 6 programas de todos os existentes no município, sendo estes o Projovem, a Guarda Mirim, o SENAI, o Projeto Segundo Tempo, a UDAM e o CRAS. O foco principal da maioria desses programas (4) é a qualificação profissional que foi relatada como um dos principais interesses dos jovens. Portanto, pretende-se agora apresentar as experiências dos jovens nessas instituições que desenvolvem atividades de qualificação profissional e que deveriam estar engajadas com as expectativas relatadas na primeira parte dessa seção.

5.3.1. Projovem

O Projovem Adolescente implantado no município estudado, faz parte de um dos eixos do programa lançado em setembro de 2007 no âmbito do

Programa Nacional de Inclusão de Jovens, desenvolvido pela Presidência da República. Este é destinado exclusivamente para jovens entre 15 e 17 anos de idade, pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou considerados em situação de risco (independente da renda familiar), que foram encaminhados pelo CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público ou que procuraram o programa de forma espontânea.

Os jovens participantes são caracterizados pelos documentos e coordenadores, conforme Pedroso (2014), em sua maioria como sujeitos com problemas familiares, usuários de drogas, em situação de Liberdade Assistida e com baixa renda familiar, sendo considerados como socioeconomicamente carentes, excluídos, “vivenciadores de injustiça” e como potenciais participantes do mundo do crime.

De acordo com o Governo Federal, o Projovem Adolescente tem como meta “oferecer oportunidades socioeducativas para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional” (PROJOVEM, 2013), além de fortalecer os vínculos familiares e sociais dos jovens atendidos. As atividades desenvolvidas pelo programa são realizadas de segunda a sexta no contraturno escolar e são definidas como complementares à educação formal sendo, deste modo, exigido do jovem que frequente a educação regular para ser aceito no programa. As atividades oferecidas são: inclusão digital, música, esporte, teatro e oficinas desenvolvidas a partir dos temas transversais: juventude e direitos humanos e socioassistenciais, juventude e trabalho, juventude e cultura, juventude e meio ambiente, juventude e saúde e juventude e esporte e lazer.

A maioria dos jovens participantes da pesquisa conhecia a existência do Projovem, pois, quando questionados sobre a maneira pela qual tomaram conhecimento do programa, relataram que os responsáveis pelo programa haviam realizado uma visita a escola que frequentam:

- *Pela escola. (Laila, GP)*
- *A coordenadora do programa veio aqui, e tocou aí o negócio e convidou a gente. (Otávio, GP)*
- *Elas vieram fazer uma apresentação pra gente, aí elas convidaram. (Pietra, GP)*
- *A ela convidou, aí você liga e eles pedem pra você ir fazer a inscrição. (Hanna, GP)*

Segundo os jovens, a coordenação do Projovem teve a iniciativa de ir até a escola e realizou uma apresentação musical e um convite para que aderissem ao programa. Essa, porém, foi a única instituição relatado pelos jovens que foi até a escola para apresentar o trabalho que desenvolve, iniciativas nesse sentido poderiam ocorrer com maior frequência no ambiente escolar.

Segundo um estudante, a coordenadora do Projovem disse que para o jovem começar a participar era necessário que a mãe fosse até o local para cadastrá-lo:

- Só que sua mãe tem que ir, tem que assinar lá que você vai fazer todas as atividades. (Pietra, GP)

O acesso ao programa, de acordo com a fala dos alunos, é realizado em etapas, no momento da apresentação passaram o telefone, quando o jovem liga é orientado para ir até o programa com um adulto responsável, e se este vai até lá enfim, pode conseguir participar.

Observa-se, portanto, uma série de condicionalidades que podem dificultar o acesso deste e, fazer, de acordo com Menezes (2015), com que o acesso ao programa deixe de ser um direito e passe a ser uma ajuda a ser retribuída com obediência.

Um dos jovens se queixa do fato de que para frequentar o programa é necessário que tenha 18 anos incompletos, pois quando você completa essa idade é obrigado a sair:

- Só pode até os 18 anos lá, aí no último ano você faz 18 e tem que sair. (Felipe, GP)

Como observado, a idade para participação no programa é algo rígido, não passível de mudança, o que não faz sentido para os jovens, já que a idade não coincide com o término do ensino médio, por exemplo, o que causa então um desconforto aos participantes que sabe que ao completar os 18 anos será eliminado do programa.

Mesmo o Estatuto da Juventude, prevendo a elaboração de políticas públicas voltadas aos sujeitos com até 29 anos, são poucos ainda os programas

viabilizados por essas, que atendam aos jovens maiores de 18 anos e que sejam voltados especificamente a este público.

Com relação a frequência no programa, há possibilidade de ser conversada e combinada previamente:

- Aí ela pergunta se você quer ir a semana toda, ou tem algum dia que você não pode, entendeu? Igual, no começo eu ficava aqui na escola na quarta, aí você pode não ir. (Pietra, GP)

- E pode sair mais cedo, tipo assim, eu tô fazendo, mas eu tenho um outro compromisso, aí sai mais cedo, só que aí tem que ser uma coisa tipo assim, se você entrar, você vai ter que ficar, só se quando seu pai for lá, você falou isso, na frente do seu pai, aí sim. (Fefe, GP)

Trata-se, deste modo, de um programa que exige condicionalidade, na medida em que estabelece uma relação de troca, na qual em contrapartida ao acesso, este tem como obrigação de cumprir as condições impostas.

Diferentemente do que é apresentado nos documentos disponibilizados pelo governo federal, o programa oferece atividades de formação profissional. Os jovens que frequentam ou frequentaram o Projovem relataram que o programa desenvolve atividades direcionadas para a obtenção de um emprego, em que recebem aulas de elaboração de um currículo e de como se comportar em uma entrevista.

- A gente tem aula de comportamento lá. (Pietra, GP)

- Aí faz umas perguntinhas lá e tem que responder. (Otávio, GP)

Essas aulas estabelecem como o jovem deve se comportar para que consiga atingir sua expectativa de obtenção de um emprego. Observa-se, porém, que essa questão foge aos objetivos do programa, na medida em que esse relata como sua principal tarefa que os jovens permaneçam no sistema educacional, onde contrariamente o ingresso ao mercado de trabalho, caracteriza-se como um dos principais motivos pelos quais os jovens abandonam a escola.

A educação profissional, porém, de acordo com Frigotto (2001, p.80) “Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente”, onde se vincula a uma perspectiva de adestramento e

acomodação, que é subordinada ao mercado, ao capital e a um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda e predatório, onde:

Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – sequer habilita o cidadão e lhe dá direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração. (FRIGOTTO, 2001, p.80)

As aulas de formação profissional, neste sentido, surtiram resultado rapidamente na vida de um dos jovens, conforme ele relata:

- Numa semana eu fiz a entrevista, na outra já comecei a trabalhar...eu estava aprendendo lá no Projovem. (Felipe, GP)

Como observado, a fala acima evidencia a participação por um curto período (porque conseguiu um emprego), confirmando a visão do programa como um passatempo, também presente nas falas dos jovens.

Os jovens que participam ou já participaram do Projovem relataram praticar também atividades físicas, mas isso foi somente durante um tempo:

- No Projovem só quando a professora de Educação Física estava lá, mas tiraram ela, aí não tem nada também. (Fefe, GP)

A precariedade do programa aparece em diversos momentos nas falas dos jovens, como por exemplo, no caso de em um momento se tem professor e em outro já não se tem mais e esse profissional não é repostado.

Essa questão fere com o que é proposto tanto no ECA como no Estatuto da Juventude com relação aos direitos que devem ser garantidos aos jovens, o que compromete as possibilidades oferecidas a estes. Tratando-se, portanto, de um programa precário, que falseia a garantia de direitos básicos fundamentais e que estão previstos nas legislações relatadas acima, não basta apenas existir, é necessário que este seja significativo para os jovens.

O programa oferece, conforme relato, atividades diversificadas nas quais os participantes se revezam entre elas:

- Não, tipo, vamos supor, cada trinta minutos um grupinho de pessoas vai em um, entendeu? (Otávio, GP)

As atividades elencadas pelos jovens compreendem também atividades diversificadas, como por exemplo, aulas de artesanato, capoeira e música onde este tem a oportunidade de selecionar, dentre as opções, quais deseja participar.

Um dos jovens relatou que aprendeu a tocar violão através das aulas oferecidas no programa:

- Eu aprendi no Projovem, mas o violão foi no Projovem e também na minha casa que a minha irmã também toca, então ela me ajuda. (Fefe, GP)

Os jovens relatam que no Projovem apresenta também a oportunidade de desenvolver atividades junto à comunidade, como por exemplo, uma apresentação em um centro do idoso:

- Eu fiz apresentação no centro cultural, no centro do idoso, a gente foi tocar. (Pietra, GP)

Essas atividades relacionadas às interações com a comunidade de modo que viabilizem aos jovens compartilhar aprendizados desenvolvidos no programa, como no caso tocar instrumentos musicais, é algo valorizado e visto como positivo pelos participantes da pesquisa.

Segundo os alunos, o Projovem fica afastado do local onde moram, e que por isso recebem um cartão de transporte para ir através de transporte público (ônibus) até o programa.

- Tem que ir de ônibus. (Otávio, GP)

- Eles dão um cartãozinho pra você ir de circular. (Pietra, GP)

- Tem um cartão de transporte que eles carregam... (Fefe, GP)

Alguns jovens, porém, demonstram-se insatisfeitos em ter de usar o transporte público para se deslocar, preferindo ir de bicicleta:

- Ou você pode ir do jeito que você quiser, eu vou de bicicleta porque eu quero, eu acho que é melhor. (Pietra, GP)

-Eu vou de bicicleta, por que eu não gosto desse negócio de horário sabe? Com ônibus é assim... aí tem que sair esse horário ...e eu não gosto. (Fefe, GP)

- É ai tem que ficar presa em horário, ou pra esperar, ou perder ele. (Lucas, GP)

- Ai eu não gosto disso, porque aí a hora que eu quiser ir embora eu vou, se eu quiser vir eu venho sem esperar. (Pietra, GP)

Observa-se que a questão da dificuldade para se locomover com o transporte público apresenta-se, segundo os relatos dos jovens, relacionada a imprevisibilidade de horário. O acesso a esse programa caracteriza-se, portanto, como distante de sua realidade cotidiana, pois encontra-se física e simbolicamente distantes de suas realidades.

Os jovens quando não gostam do programa não permanecem, mesmo que tenha algumas coisas que lhes agrade, como por exemplo o lanche:

- Eu fiz Projovem, acho que foi 2 meses. (Lucas, GP)

Pesquisadora: E saiu por quê?

- Ah, eu não gostei. Só ia pra comer o lanchinho. (Lucas, GP)

É necessário que programas como esse não se prendam somente às necessidades básicas, como no caso da alimentação, e sim observe as necessidades e interesses dos jovens de forma ampla e interrelacional.

Neste mesmo sentido, outro jovem também relatou uma passagem bem breve pelo programa:

- Eu fiz Projovem, mas eu não faço mais. (Helena, GP)

Pesquisadora: Você participou quanto tempo?

- Eu não participei nem um mês (risos). (Helena, GP)

Quando questionados do porquê de ter deixado de participar do Projovem, os jovens relatam que este não atendia às suas expectativas:

- Eu não gostei, porque eu entrei lá só para aprender violão, sabe? (Lucas, GP)

- E ele acha que a aula de violão era todos os dias (riso), só que não... tinha um dia. (Fefe, GP)

- Só que aí quando chegava a aula de violão tinha muita bagunça... aí então eu desisti. (Lucas, GP)

Neste sentido, é possível refletir, que mesmo tendo uma atividade que atenda aos interesses deste jovem, a realização prática estava aquém do esperado, já que sua expectativa não se concretizou. É necessário, portanto, ressignificar a atuação de modo que o programa consiga atingir os objetivos que propõe, como no caso de ensinar a tocar o violão.

Um dos jovens relatou, por outro lado, ter deixado de participar do Projovem por fatores externos ao programa:

- Ai, por causa de problemas, porque tipo... tinha um monte de menino... aí meu namorado é ciumento e implica muito. (Helena, GP)

- É mais agora não tem esse tipo de menino, mudou tudo as pessoas. (Pietra, GP)

-Tinha um monte de pessoas com má índole, sabe? Então aí eu achei melhor eu sair. (Helena, GP)

Alguns jovens, porém, relataram participar do programa por um longo período:

- Eu faz um ano, acho que fez em maio ou março, é um dos dois. (Pietra, GP)

De acordo com os jovens, há uma alta rotatividade na participação no Projovem, porém há também jovens que gostam deste:

- Eu acho que não, tem bastante gente que gosta de lá. (Pietra, GP)

Este programa, entretanto, é pensado na perspectiva de cima para baixo, contrariando o que é proposto tanto no ECA (artigo 16), no qual a criança e adolescente deve ter o direito à liberdade de expressar sua opinião e participar da vida comunitária e política, como também o que é definido no Estatuto da Juventude no qual prevê, em seus artigos 2 e 3 a participação juvenil na formulação, implementação e execução.

Por não serem pensados levando em consideração a fala dos jovens, programas como o Projovem, acabam por não atender aos interesses e necessidades dos jovens pobres e moradores da periferia, já que são elaboradas por pessoas que vivenciam realidades completamente diferentes das do cotidiano destes. Ainda são propostas que acontecem, de acordo com a disponibilidade de recursos e não pelas reais necessidades dos jovens daquele local. Ou seja, oferece de forma precária, alguns serviços que não atendem às expectativas dos sujeitos que buscam o programa.

Ao dizer que “tem bastante gente que gosta”, os jovens parecem denunciar que os sujeitos que deixaram de participar do Projovem não gostavam deste, como sendo uma questão individual. Ou seja, mesmo sendo direcionado aos jovens, estes deixam de participar porque não gostam, e criticam a

organização do programa, que nem sempre oferece atividades diversificadas conforme gostariam:

- É porque tem vez que você chega lá, só come, e aí fica sem fazer nada. (Fefe, GP)

- Não, sabe o que que eu acho? Eu acho que no começo não deu pra identificar, porque realmente era muita bagunça, era muita bagunça antigamente... no comecinho, porque eles estavam organizando as coisas ainda, então estava muita bagunça, e até saírem as pessoas estava aquela zona, agora que sim, que tá tudo certo, porque eles não tinham organizado ainda os negócios de curso, ainda não estava nada organizado, entendeu? Aí foi um dos critérios pra eu sair. (Fefe, GP)

- E também no começo, não tinha tanto funcionário como tem agora, agora entrou mais funcionário, material veio mais agora, então assim essa questão mesmo, o pessoal começou a mandar mais pessoas de cursos, que sabe fazer as coisas, sabe? Pessoas profissionalizantes também. (Pietra, GP)

Essas falas podem nos ajudar a compreender que o jovem não se satisfaz em participar de programas precários e sem sentido em sua formação. Pelos relatos, o programa precisaria ser melhor estruturado, organizado de modo a atender suas demandas, não sendo suficiente só oferecer alimentação e um espaço para frequentarem, é necessário que este seja previamente planejado, possibilitando ao jovem se identificar com a proposta do programa.

Há, portanto, a necessidade de que seja garantida a participação na elaboração, implementação e também avaliação, tal como prevista no ECA e no Estatuto da Juventude, mas não apenas como um protocolo, mas como sujeitos fundamentais para a implicação e bom resultado de todo o processo.

Outro jovem problematizou a questão da frequência ao programa, que por ser todos os dias acaba não sendo interessante, pois não teria assim a oportunidade de aproveitar suas tardes com outras atividades:

- É todo dia. Eu não gostei porque é todos os dias... todos os dias. (Felipe, GP)

Por essa fala é possível observar que as atividades de período integral (todos os dias, no período contrário ao escolar) não é uma expectativa dos jovens. Os jovens não querem participar de programas apenas para ocupar seu tempo livre, o que então contradiz ao que é proposto pela maioria dos programas que são direcionados a estes.

Um dos jovens, contudo, interveio nesta fala defendendo que o programa ocorre todos os dias da semana para que os jovens não fiquem na rua:

- É porque a real intenção do Projovem é tirar os jovens da rua, no horário da tarde, então a intenção é essa, então muitas vezes... (Pietra, GP)

A intencionalidade do programa, enquanto forma de controle, é perceptível aos jovens, que até apresentam interesse em participar, porém apresentam vários pontos onde este precisa ser repensado, não podendo ser elaborado somente para que não fiquem na rua, mas sim para acolhê-los em suas necessidades e interesses.

A fala desse jovem, nessa perspectiva, vai ao encontro com o que é apontado por Abramo (1997):

A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família de baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (ou “meninos de rua”), adolescentes submetidos a exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência, etc. (ABRAMO, 1997, p. 2).

Observa-se, porém, que não é isso que a juventude quer, eles não querem ficar o dia todos inseridos em uma instituição, eles não querem ser “controlados”, eles não querem ser enquadrados e institucionalizados, o que pode fazer provocar o desinteresse do jovem.

No Projovem, segundo relatado, há várias pessoas matriculadas, porém muitas destas param de frequentar o programa sem um comunicado oficial a este:

- Tem gente que vai....tipo assim vai uma vez, fica segurando a vaga e não aparece, sabe? (Otávio, GP)

Segundo relatos de alguns jovens, a desistência do programa se dá também devido ao público que frequenta, identificados por eles como sujeitos de “índoles” ruins. Estes jovens, no entanto, foram aos poucos abandonando o programa, conforme relatos:

- Sabe o que que é, tinha bastante gente mesmo, só que aí foi saindo, porque tinha um monte de molecada nada a ver, os que iam. (Pietra, GP)

- Mas agora... isso é verdade, porque no começo quando eu fui, realmente tinha pessoas sabe, com índole muito ruim, coisas muito ruim, sabe? que estava lá só pra encher o saco, sabe a pessoa que vai só para perturbar? Mas agora esse pessoal saiu e entrou uma turminha legal lá. (Felipe, GP)

Os jovens, que participaram do grupo focal e já haviam parado de frequentar o programa, não relataram ter sido procurados para saber o motivo de seu abandono, ou seja, este não desenvolve estratégias para diminuir a evasão dos jovens, já que não os procuram para saber o porquê de deixarem de participar, nem sequer para entender o porquê desse abandono ter ocorrido. Questiona-se o que aconteceu com estes jovens, considerados por alguns dos participantes como “de índole ruim”, depois que deixaram de participar do Projovem. Foram para onde? Para as ruas? Não deveriam ser estes jovens também atendidos pelo programa? A busca ativa deve se constituir como uma premissa fundamental em qualquer programa que se caracterize como política pública, principalmente quando tem como foco os jovens pobres e de escolas públicas.

Novamente vemos a necessidade de que o ECA e o Estatuto da Juventude sejam, de fato, efetivado na vida dos jovens, na medida em que o acesso e permanência na participação em programas deve ser garantido a todos eles, tendo, portanto, de realizar a busca ativa deste para inserção e permanência, para compreender os motivos da desistência, o que ocorre com aqueles que abandonam e traçar estratégias para que a evasão deixe de ocorrer. No entanto, essa inação parece corresponder a uma lógica assistencialista e de favor, sendo assim, o jovem é culpabilizado pelo abandono, sem qualquer análise das situações concretas ou, se for o caso, revisão dos procedimentos adotados pelo serviço.

A infraestrutura e modo de organização do programa, segundo os jovens, não estava totalmente definida quando começaram a participar:

- Do tempo que eu entrei demorou um mês... acho que demorou um mês para começar realmente... é tudo do governo, sabe? E demorou para ele mandar as coisas, então, mas eu gosto, eu acho bacana. (Pietra, GP)

- Deu esta estabilizada agora. (Fefe, GP)

Sobre isso, é importante pensar que nem todos os sujeitos estão interessados em esperar que o programa se estruture, e que estes continuem a frequentá-lo sem que lhes ofereça atividades de seu interesse.

A permanência destes jovens, porém, poderia ser garantida, se nesse momento de estruturação da proposta do programa fosse aberta a discussão com a participação dos jovens como protagonistas nesse processo; talvez pudesse fazer sentido para eles sentirem-se como sujeitos pertencentes a tal.

Mesmo com todos os problemas vivenciados no programa, alguns jovens relataram que gostam de participar do Projovem:

- Ah, eu gosto. (Pietra, GP)

- Ah, eu gosto também, eu não acho que é igual os outros falam: que é chato, mas eu gosto de lá. (Fefe, GP)

Os jovens que frequentam o Projovem avaliam o programa como importante em sua vida, pois os ajuda para que convivam socialmente com outras pessoas:

- Acho que é se relacionar com as pessoas, porque lá você tem que se relacionar com as pessoas... han... lidar com as pessoas, lidar tipo assim com pessoas que tem deficiência. (Pietra, GP)

Um ponto interessante mencionado pelos jovens é a questão da inclusão, em que os jovens têm a oportunidade de conviver com as diferenças:

- Porque lá tem bastante pessoas com deficiência, lá eles sabem libras, as professoras vão te ensinando tipo... (Pietra, GP)

- Ah, é verdade, a gente vai aprender libras, então eu acho que é assim a convivência, como lidar em um emprego também e achar aquilo que você gosta, porque igual, tem coisa de fanfarra, tem de música, se você gosta disso você se acha. (Otávio, GP)

A convivência, porém, não é fator suficiente para que os jovens queiram participar do programa; os jovens do GNP, quando questionados sobre o Projovem, relataram não ter interesse na proposta do programa:

- Eu acho que de cara, pelo que os outros falaram, eu não me identificaria. (Ludmila, GNP)

Os jovens do GNP, não participam do Projovem, porém relataram ter amizades com jovens que participam do programa e fazem relatos positivos com relação a estes:

- A **** ela faz e ela fala que gosta, que tem aula de música, de teatro... (Rafaela, GNP)

Outros jovens, porém, relatam que este programa não é bom como deveria ser, se configurando como um passatempo, onde a proposta de oferecer oficinas diferenciadas nem sempre ocorre:

- É que tem uma coisa que ela gosta, mas no caso de uma outra amiga, ela já não acha, porque assim, ela foi mais porque estava oferecendo cursos, aí ela foi mais por conta dessa área, mas tipo demoraram um pouco, aí tipo, você chega lá aí fica enrolando, passa filme, sabe é coisa que não tem tanta necessidade, então ela vai só no dia que tem curso, nos outros dias ela nem vai. (Gabriel, GNP)

Observa-se, portanto, que mesmo os jovens do GNP não participando do programa mencionado, estes têm contato com jovens que participam e que têm visões diversificadas sobre o programa.

Constata-se também uma disparidade entre o que é proposto no documento disponibilizado pelo governo federal e a fala dos jovens. Muito do que é documentado não ocorre, ao mesmo tempo em que ocorrem várias coisas que não estão documentadas, como no caso da formação profissionalizante e a questão da inclusão.

De modo geral, esse programa, na perspectiva dos jovens é insuficiente, não atendendo a seus anseios e expectativas, na medida em que faz deste um mero receptor, mesmo podendo fazer deste um ser ativo como sujeito que se sinta efetivamente parte de tal programa.

O Projovem nos leva a querer que as práticas de programas, como relatadas pelos jovens dessa pesquisa, sejam com urgência repensados e reelaborados, com a participação colaborativa dos jovens, que têm muitas expectativas além da formação profissional, possibilitando assim uma maior identificação dos jovens e, conseqüentemente, a aderência não somente de entrada, mas também de permanência.

5.3.2. Guarda Mirim

A Guarda Mirim atende jovens concluintes do ensino fundamental que têm no máximo 15 anos de idade. No processo seletivo para admissão no programa as condições socioeconômicas familiares são consideradas. Segundo Pedroso

(2014), o programa possui por objetivo central “tirar”, por meio da escolarização e da profissionalização, os jovens pobres de situações de risco que possam levar a delinquência.

Os sujeitos atendidos pelo programa frequentam um curso profissionalizante, com duração de cerca de 5 meses, ao final do qual são encaminhados para as empresas da cidade onde trabalham por um período de dois anos. Ao longo desses dois anos, os jovens comparecem aos sábados à sede da Guarda Mirim para atividades educativas. A centralidade no trabalho e na escolarização associada a uma formação moral e o fortalecimento do vínculo familiar norteiam o programa.

Dois alunos do GP relataram ter ingressado na Guarda Mirim, no entanto, estes contam que não permaneceram e que a passagem pelo programa foi bastante breve. Estes jovens relataram não ter gostado do programa:

- Eu fiz guarda só que eu saí, porque não sei... porque eu não gostei. (Leo, GP)

- Eu fiz guarda também. (Kauan, GP)

Há então o relato de uma pequena participação dos jovens no programa mencionado, porém essa participação ocorreu de forma breve, em que o abandono aconteceu por não se sentir bem com as imposições colocadas pelo programa:

- Não me senti muito bem lá. (Kauan, GP)

- Eu fiz a guarda e caí fora, fiquei 3 meses só. (Leo, GP)

Esses jovens não conseguiram dar continuidade no seu objetivo de conseguir um emprego, onde a hostilidade do ambiente fez com que estes “caíssem fora”, mesmo considerando a proposta do programa como boa.

- Os professores não, a proposta era boa também. (Leo, GP)

Os dois jovens que participaram do programa por um curto período de tempo, tiveram dificuldades para explicar o porquê de deixarem de participar, relacionando essa não participação às exigências excessivas:

- Eu não sei explicar. (Leo, GP)

- A guarda exige bem, sabe? Com a aparência. (Kauan 8, GP)

Quando os jovens começam a explicar o motivo pelo qual deixaram de participar do programa, é possível observar que estes não se “enquadravam” nos critérios subentendidos para a participação neste, onde atitudes consideradas pelos jovens como normais não eram aceitas. O programa não permite então que os sujeitos participantes desse possam se expressar de acordo com seu estilo, contrariando o que está estabelecido no Estatuto da Juventude e no ECA onde a liberdade de expressão deve ser um direito dos jovens.

- Eu achei estranho porque quando eu cheguei lá, que eu tinha meu estilo eles falavam que não podia, que não podia fazer coisa errada na rua. Tipo assim, a gente que gosta de andar de bicicleta, se você passar no sinal vermelho já tomava advertência, aí já estava interferindo na sua vida pessoal. (Kauan, GP)

- É, parece assim... militar. Eu não gostei. (Leo, GP)

- Meu amigo tinha cabelo assim (gesto para cabelo grande), aí teve que tirar, teve que cortar o cabelo. (Kauan, GP)

-Tinha que fazer barba, sabe? (Leo, GP)

Nas falas desses jovens, é possível observar que esse programa aparentemente quer mudar o que o jovem é, desde a aparência física aos comportamentos apresentados fora do programa, objetivando transformá-los em outros sujeitos. Sennett (2004) relata que “o conceito de se transformar pressupõe o poder de deixar a vida que se conhecia para trás – o que significa deixar para trás as pessoas que se conhecia” (SENNETT, 2004, p. 52). Esse jovem, porém, é um sujeito, com características próprias, transformá-lo se caracteriza como uma tentativa de tirar sua identidade, de sua família e de sua comunidade.

Há então a representação do jovem como um sujeito em transição que, segundo Dayrell (2003), este é concebido como um “vir a ser”, no qual é comum o sentido atribuído às suas ações do presente estar relacionadas ao seu futuro e a passagem para a vida adulta. Contudo, de acordo com o autor, é necessário que essa juventude seja compreendida levando em conta sua diversidade, é essencial desenhá-la através de critérios flexíveis, pois esta faz parte de um processo específico, que segundo o autor:

Ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p.42).

O jovem deve ter sua diversidade respeitada, e a juventude ser considerada não como uma passagem, mas com um momento importante em sua vida. Estes têm necessidades específicas, de modo que as políticas públicas destinadas a eles devem ser criadas tendo a participação destes, evitando que o jovem continue a ser visto de forma distorcida, diferente do mundo real em que vivem.

Observa-se, então, que o programa exercia controle e forte influência sobre a maneira como o jovem deveria se comportar e aparência física, fato que não foi aceito por alguns deles, que acabaram desistindo de participar do programa, e que foi amplamente condenado pelos participantes do grupo focal:

- *É igual o militar. (Fefe, GP)*
- *A eu acho isso um preconceito. (Otávio, GP)*
- *É preconceito. (Kauan, GP)*
- *Eu acho que eles estão querendo seguir o regimento militar. (Leo, GP)*
- *Eu olhando de fora agora, ouvindo eles falarem, é como se eles não aceitassem outro estilo que não o jeito deles, sabe como se fosse só o deles. (Pietra, GP)*
- *Não aceitassem as pessoas. (Hanna, GP)*
- *É tipo assim, não é outro estilo, mas eles quererem mudar o seu estilo, que você seja assim sabe? (Laila, GP)*
- *De querer catalogar. (Felipe, GP)*
- *Parece que é militar. (Helena, GP)*
- *A guarda não é ruim, o único problema é isso. (Kauan, GP)*

Ou seja, mesmo se apresentando como viabilizador de uma política pública, este programa exerce uma proposta completamente diferente do que se espera para tal, na medida em que tenta exercer métodos de disciplina e controle sobre os jovens.

Os jovens relataram que, mesmo não concordando com essa postura autoritária do programa, acabam muitas vezes por aceitá-las, já que esta é a

única maneira de conseguir atingir seus objetivos, como o ingresso no mercado de trabalho, no caso da Guarda Mirim:

- É o que acontece é que é assim...muitas das vezes a gente tem que se sujeitar porque é o único meio de chegar onde a gente quer, entendeu? Mas só que isso não deveria ser, porque está mudando a gente. (Pietra, GP)

O jovem se vê obrigado a se “sujeitar” a participar desse tipo de programa para que consiga atingir suas expectativas e ou necessidades financeiras. Os seja, os jovens aceitam ser expectadores de sua própria vida em que, segundo Sennett (2004), acabam por se converter em espectadores de suas próprias necessidades, sendo então meros consumidores da atenção recebida, mesmo que ela se configure como precária.

Por outro lado, um dos jovens, mesmo não estando mais no programa, avalia como útil o momento que esteve participando da Guarda Mirim, pois recebeu orientações sobre como se comportar em uma entrevista:

- Eu participei da Guarda- Mirim, só que eu fiquei só dois meses, só que já deu para aprender o básico assim, de entrevista...de como se comportar... (Kauan, GP)

Um jovem do GP relatou já ter sido convidado para participar do programa, mas que não tem interesse:

- Ah, todo ano eles batem no meu portão perguntando se eu quero entrar para a Guarda. (Felipe, GP)

Por outro lado, os jovens do GNP, relataram que não participam da Guarda Mirim pois não conseguiram o acesso:

- Tentei, mas não deu certo. (Lorena, GNP)

- Eu também tentei, mas não deu certo não. (Richard, GNP)

Ao todo, quatro alunos do GNP relataram ter tentado acessar o programa Guarda Mirim, mas sem sucesso. Ou seja, mesmo tendo uma postura não aprovada pelos jovens, eles ainda assim tentam ter acesso ao programa, já que programas como gostariam não existem ou não são do conhecimento destes.

É possível observar que mais da metade dos jovens do GNP tentaram acessar ao programa, porém sem sucesso, dois dos jovens do GP conseguiram, porém somente o ingresso foi viabilizado, a permanência não.

Os dois jovens que deixaram de participar do programa não relataram ter sido procurados por esse para tentar reverter a situação ou compreender os motivos para tal.

Outros jovens do GNP, porém, relataram não ter interesse na participação neste programa. No entanto, consideramos que o não interesse na participação pode estar relacionado ao medo de não conseguir, vivenciado por pessoas em seu cotidiano que também não conseguiram, ou também, a não aceitação da maneira como o jovem é concebido no programa, como um mero expectador, que deve adotar uma postura diferente da que estão acostumados em seu cotidiano, seguindo um “padrão militar”.

Conforme observado nos relatos dos jovens, muitos deles não participam do programa pois têm dificuldade não somente de acesso, mas também de se inserir enquanto sujeito.

A questão de como o jovem deve se portar invade o modo como o jovem tem o direito de ser. Tal programa, desta forma, fere as propostas do ECA e do Estatuto da Juventude com relação a liberdade, pois o ECA estabelece prioridade no desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade e o Estatuto da Juventude prevê a participação como ser ativo nas políticas públicas, respeitando a identidade e a diversidade individual e coletiva da juventude, sem qualquer forma de discriminação.

O programa, porém, tem como positiva a questão da renda, a qual os jovens conseguem ter acesso através do ingresso ao mercado de trabalho formal (por onde seus direitos são garantidos) e pode contribuir para o não abandono escolar, bem como garantir uma qualificação profissional que propicie a permanência no mercado de trabalho.

A Guarda Mirim foi fundada em 1961, época em que o Código de Menores era vigente, antes mesmo do advento do ECA, porém mesmo após as reformulações passadas desde então, o programa ainda não superou, conforme relato dos jovens, o modelo militar proposto em sua origem.

Tal programa, apesar de se identificar como viabilizador de uma política pública, se difere do que se espera dela. Uma retomada das leis que determinam o atendimento aos jovens, bem como da concepção de juventude deve ser uma

prioridade, já que os programas direcionados aos jovens não podem continuar a ser delineados baseados no controle, como foi relatado.

5.3.3. SENAI

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é um sistema estruturado em base federativa, atua no oferecimento de programas de formação profissional, “buscando atender às carências da mão-de-obra industrial brasileira, sempre em função das peculiaridades de cada região do país”. (SENAI, 2013). Atua na “formação profissional de alunos com um perfil de saída mais afinado com as necessidades da indústria” (SENAI, 2013, p. 6).

O SENAI pertence ao sistema S, não tem fins lucrativos e é mantido através das contribuições pagas pelas empresas, se constituindo em uma política pública que tem por objetivo a escolarização de jovens e adultos e a formação para o emprego.

Há duas modalidades de vagas para ingresso ao SENAI: as custeadas pelo próprio interessado ou as gratuitas, às quais se tem acesso por meio de um processo seletivo realizado semestralmente. Neste caso, o interessado é selecionado em função de sua pontuação em provas de múltipla escolha nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Para participar do processo seletivo, a única exigência é a de que o jovem tenha no mínimo 14 anos na data de início do curso e 18 anos incompletos em seu término.

Os cursos oferecidos no município são de duas modalidades: formação inicial e continuada e aprendizagem industrial. Na modalidade de formação inicial e continuada, os cursos oferecidos são: Automação da manufatura; Automotiva – Mecânica; Automotiva – Reparação; Construção Civil; Eletroeletrônica – Eletricidade; Eletroeletrônica – Eletrônica; Gestão - Gestão da Produção; Logística – Produção; Madeira e Mobiliário; Metalmeccânica – Mecânica; Metalmeccânica – Metalurgia; Minerais não-metálicos – Cerâmica; Têxtil e Vestuário. Na área de aprendizagem industrial, são oferecidos os cursos de Mecânico Automobilístico; Eletricista de Manutenção; Marceneiro-Tapeceiro e Mecânico de Usinagem.

O foco central do programa é o de preparar o jovem para o mercado de trabalho na indústria.

Os jovens do GP e GNP relataram conhecer o programa, porém apenas um jovem que participou do grupo focal é aluno do SENAI.

Os jovens do GNP, aparentam ver o programa com certo prestígio:

- Ah o SENAI... te dá um futuro brilhante. (Ludmila, GNP)

Um dos jovens do GNP relatou também, que tentou ingressar no SENAI, mas não foi selecionado:

- Eu tentei SENAI, mas também não deu, eu tentei nesse ano que passou agora, que já está acabando. (Ludmila, GNP)

Esse acesso ao que um jovem denomina como “futuro brilhante” parece então ser bastante difícil. No questionário aplicado, o SENAI é o segundo programa que os alunos mais conhecem, porém, apenas 3 alunos participavam ou já haviam participado deste no momento de aplicação do questionário.

Algumas meninas do GP relataram não ter interesse de participação no programa e realizaram algumas críticas com relação a masculinização dos cursos, onde a presença de meninas ainda é bastante restrita:

- Mas também cursos, tipo Senai, só tem a maioria homem, tipo não tem curso para menina. (Ludmila, GP)

Neste momento, as meninas aproveitaram para queixar-se de que o SENAI oferece somente cursos para o público masculino, sendo o público feminino deixado de lado, e que estas gostariam que tivessem a opção de frequentar programas que oferecessem outros tipos de cursos:

- É, uma coisa assim mais do nosso mundo. (Pietra, GP)

- É, não tem curso de maquiagem, profissionalizante, não tem de cozinheira, entendeu? Não tem... (Hanna, GP)

Há, portanto, na fala dos jovens, uma separação das funções que os homens podem exercer, e que as mulheres podem ter acesso no mercado de trabalho.

Um único jovem do GP relatou participar do SENAI, este contou que gosta, porém, o único problema do programa é que no intervalo entre as aulas não há merenda, diferentemente do que está acostumado na escola:

- O SENAI não dá comida, então a gente estuda sem...nóis chega 13h15 e vai até 17h30, 4 horas lá dentro, tem a hora do intervalo mas tem que comprar. (Fefe, GP)

A questão da dificuldade para conseguir se alimentar pode ser um fator determinante para que o jovem não permaneça no programa, se este não tiver condições de financiar a tal. O acesso à alimentação adequada se constitui como um direito humano.

Este programa é ligado a iniciativa privada, e tem como propósito bem claro propiciar jovens qualificados para trabalharem nas empresas que o financiam, deste modo desconsidera os anseios e necessidades desta população. Como política pública que utiliza recursos de impostos públicos, teria que ter como foco os interesses e necessidades dos jovens e não do mercado de trabalho, além de repensar as formas de acesso.

Este programa foca a qualificação profissional, porém, a dificuldade em acessar, permanecer e se inserir neste enquanto sujeito, aparece na fala dos jovens participantes do grupo focal.

O programa apresenta suas condicionalidades, nas quais o jovem deve se adequar para conseguir se inserir e permanecer neste, além de uma seleção prévia, se constituindo como um limitador para aqueles que frequentam escolas públicas e que apresentam defasagem escolar. Deste modo, mesmo se identificando como tal, esta política difere do que se espera de uma política pública, já que não há perspectiva de garantia de acesso e nem de que seus direitos enquanto sujeitos sejam de fato garantidos.

5.3.4. UDAM

A União de Amigos (UDAM) relata ter por objetivo propiciar às crianças, jovens, adolescentes e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, pertencentes aos estratos sociais mais empobrecidos, auxílio no combate à fome e no desenvolvimento das responsabilidades, reordenando laços e valores familiares (UDAM, 2021).

Para tanto, procura-se incluir as pessoas que frequentam o programa no mercado de trabalho, por meio do oferecimento de uma capacitação profissional

básica. Há assim uma suposta associação entre inclusão no mercado de trabalho e capacitação profissional.

A UDAM trata-se de uma ONG que é subsidiada tanto pela iniciativa privada como pelo poder público, foi criada em 1964 com o nome União dos Amigos do Menor, deixando de utilizar o termo “menor” recentemente. No ano de 2020, a UDAM atuava em 4 projetos que tinham como público-alvo os jovens:

CASA Escola: destinado a atender adolescentes, do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou de internação provisória, onde são oferecidos cursos de qualificação profissional, atividades esportivas, oficinas culturais e atendimento psicossocial. A UDAM atua como gestora de uma unidade de privação de liberdade (gestão compartilhada).

Inclusão Produtiva Cidadã: Visa oferecer qualificação profissional, bem como promove o desenvolvimento da autonomia, cidadania e inclusão social, através do oferecimento de cursos de artesanato, panificação, elétrica residencial, hardware, informática e educação ambiental.

Construindo Laços - Serviços de convivência: direcionados às crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, onde promove a integração e a troca de experiências entre os usuários através de oficinas diversificadas. O programa ocorre no período contrário ao de frequência à escola e tem duração de 4 horas diárias.

SIGAS: Realizado em parceria com uma universidade do município, apresenta como objetivo operacionalizar as garantias, tanto das ações de Proteção Básica, atuando na prevenção dos riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como na proteção Especial, destinada a indivíduos em situação de risco, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados.

Um dos jovens do GP relatou ter realizado um curso na UDAM, porém, não frequenta mais o programa pois esgotou as possibilidades:

- Porque eu terminei, eu terminei a maioria dos cursos que eu podia fazer lá, fiz até um pouco de elétrica lá mas eu fiquei com medo de tomar choque, aí o hardware eu também terminei, fiz até novembro, o professor era nota 10. (Felipe, GP)

Este jovem relatou gostar do atendimento que recebeu neste programa:

- Eu gosto muito da mulher que fica lá. (Felipe, GP)

Contudo, este jovem relata que o acesso ao programa é difícil, pois é longe do seu local de moradia:

- É longe pra caramba. (Felipe, GP)

Este jovem relata, porém, que mesmo sendo longe, era motivado a frequentar o programa pois tinha a companhia de um amigo:

- De bike, eu ia de bike com meu amigo. (Felipe, GP)

Conforme relato, o programa possui como característica a boa receptividade dos jovens, seja pelo atendimento que recebem ou pela qualidade do trabalho que os profissionais desenvolvem. No entanto, a dificuldade de acesso, pela localização geográfica, pode ser justificativa para a baixa aderência a este, já que a UDAM está localizada bem distante do local de moradia dos participantes do grupo focal, este é, portanto, um programa direcionado a formação profissional dos jovens e que está localizado longe da periferia.

Ou seja, este atende ao jovem de forma diferenciada, na medida em que conforme relatado, este gostava de participar, porém, novamente o acesso e a permanência são apontados como fatores que dificultam a participação em programas e ações no município, que deveriam facilitar o acesso dos jovens de periferia, ocorrendo então próximo à sua moradia.

Programas que permitam e facilitem o acesso dos jovens pobres é uma necessidade presente no município estudado.

5.4. A (não) participação dos jovens nos programas

Observa-se que os programas ao qual os jovens pobres conseguem ter acesso no município estão relacionados, prioritariamente, à formação profissional, estando então em consonância com o principal interesse dos participantes da pesquisa, no entanto, a forma como se organizam e funcionam não parecem atender a essa demanda.

Estes programas, portanto, se colocam na vida dos jovens como uma possível ponte para o acesso ao mercado de trabalho, porém a participação nesse não se coloca como agradável a estes, já que são obrigados a adequar comportamentos, aceitar precariedades, isso é, quando conseguem ter acesso.

Além dos programas mencionados pelos jovens e já apresentados (Projovem, Guarda Mirim, SENAI e UDAM) há outros 20 programas direcionados aos jovens no município; estes, porém, não chegam ou chegam de forma inexpressiva aos jovens pobres e residentes a periferia. Como foi apresentado na seção 4, são poucos os programas que chegam ao conhecimento dos jovens, e a participação é menor ainda. Isto evidencia que a maioria dos programas não são acessíveis aos jovens. Há, portanto, uma inoperância, na qual os programas mostram-se ineficazes quando associados com a participação dos jovens pobres.

Para que os jovens tenham acesso a esses programas há sempre critérios, seja com relação a inscrição ou a participação em processos seletivos.

Muitos jovens nem sequer conhecem os programas que são desenvolvidos no município e direcionados a eles, quando falado alguns nomes relataram “já ouvi falar”, porém não demonstraram ter conhecimento das atividades desenvolvidas por estes.

Alguns alunos do GNP contam que tentaram ter acesso aos programas relacionados à qualificação profissional, e uma possível inserção no mercado de trabalho, porém sem sucesso.

Os jovens do GNP também relatam que não participam dos programas porque não têm conhecimento de nenhum com o qual as atividades desenvolvidas despertem seu interesse. Esses jovens, porém, relatam que se os programas desenvolvessem atividades de seu interesse eles iriam.

- A depende do que se está fazendo, depende do curso. (Gabriel, GNP)

Contudo, a cidade onde foi realizada a pesquisa, disponibiliza para o jovem, no levantamento realizado, 24 programas, porém somente uma pequena parcela chegou ao conhecimento destes. Pode ser que já existam programas que atendam às suas expectativas, porém, estes não conseguiram alcançá-los, seja por questões relacionadas à localização, já que estamos falando de jovens de periferia, ou pela questão de que estes programas não são de conhecimento do público ao qual se destina ou, ainda, pelas condicionalidades, não se colocam à disposição desses jovens periféricos.

Os jovens têm necessidades específicas e esperam que estas sejam atendidas por políticas públicas que possam de fato acolhê-los:

*- Eu acho que é assim ó, é porque assim lá, o lugar só vai ser gostoso se você se identificar com aquilo, talvez o que identificou comigo, não identificou com ela, o que identificou comigo não identificou com ele, mas eu *** gosto muito. (Pietra, GP)*

Os jovens querem participar de programas que atendam às suas expectativas, onde possam realizar atividades que lhes deem prazer em sua realização:

- Depende do que é, se me interessasse eu iria, senão não, ficar só dentro de casa mesmo. (Lorena, GNP)

- Alguma coisa que eu goste, tipo... eu quero seguir carreira militar, aí se tivesse alguma coisa meio que parecida, que ajudasse mais eu até iria. (Agatha, GNP)

- Se tivesse o que eu queria eu iria, mas se não tivesse eu não iria não. (Gui, GNP)

Os jovens dependem da atuação do poder público, da comunidade, da família e da sociedade em geral para que consigam ter seus direitos efetivados. Contudo, na ausência do Estado em promover essas políticas, os grupos sociais organizados e institucionais como igrejas, promovem atividades aos jovens atreladas às condicionalidades religiosas indiretas, como por exemplo a frequência ao culto. O jovem, portanto, muitas vezes acaba por participar destes, pois são a única forma de conseguirem acesso às atividades diversificadas, já que não há políticas públicas efetivas para tal demanda.

Os jovens relatam participar de instituições religiosas onde frequentam grupos de jovens, grupos de dança, de louvor, de células, auxiliam cuidando das crianças, tocam instrumentos musicais, ajudam na sonoplastia e participam também de cursos de teatro ou aulas para aprender a tocar instrumentos musicais. Estas atividades, porém, são desenvolvidas com a finalidade de que os jovens possam participar dos momentos religiosos:

- Eu faço aula de teatro na igreja. (Jovem 1, GNP)

- A gente faz apresentações na igreja e também em lugares fora, a gente apresentou esses tempos atrás lá em Cosmópolis, a gente já foi apresentar dança lá em Limeira e nos eventos que tem, sabe? (Jovem 2, GNP)

Observa-se, desta forma, que a igreja acaba por exercer o papel que é de responsabilidade do Estado na oferta de políticas públicas, porém esta desenvolve projetos e ações com um viés religioso.

A igreja, porém, é relatada pelos jovens como uma instituição de apoio, em que, quando necessitam, podem contar com os pastores e líderes da igreja. Neste sentido, Martins (2011) diz que os ambientes da comunidade, como no caso a igreja, têm influência substancial no desenvolvimento dos sujeitos, sendo considerada como importante fator no desenvolvimento emocional dos jovens e útil no fortalecimento de suporte aos sujeitos. No entanto, consideramos que a ausência de políticas públicas coloca muitos jovens em desvantagem social, principalmente aqueles que discordam das doutrinas religiosas, o que também é garantido na constituição, pois as políticas públicas devem ser propostas por um Estado laico.

Os jovens, porém, demonstram o interesse em participar de programas. No entanto, estes teriam de estar em consonância com suas expectativas. Para que estes programas estejam de acordo com o que os jovens esperam dele, é necessário, urgentemente, que estes deixem de ser um ser passivo em tal processo e passe a ter a possibilidade de participar ativamente nos momentos de elaboração, implementação e também de avaliação destes, conforme está determinado no Estatuto da Juventude (artigo 3).

A questão que mais aparece com relação aos anseios em participar de programas e ações está relacionado a uma perspectiva de futuro, na qual os jovens desejam realizar cursos profissionalizantes que possibilitem o ingresso no mercado de trabalho:

- *Que oferecesse cursos profissionalizantes. (Rafaela, GNP)*
- *Sabe? Eles oferecessem mais conhecimento pro futuro. (Richard, GNP)*

Esta, porém, não é a única preocupação dos jovens do GNP, um deles relata que gostaria que tivesse algum programa com aulas de luta:

- *Luta, eu acho bem legal, é de família já, meus primos gostam e eu também gosto. (Gui, GNP)*

Os jovens, portanto, têm outros anseios além da formação profissional, como por exemplo a prática de atividades esportivas, culturais e de formação

humana, que também estão previstos no ECA e no Estatuto da Juventude como direitos a serem garantidos a todos os jovens.

Os jovens do GNP, enfatizam também que deveriam ter a oferta de cursos mais específicos:

- Acho que áreas mais específicas, tipo ter mais cursos específicos. (Agatha, GNP)

- Eu queria um curso de culinária. (Rafaela, GNP)

Assim sendo, observa-se que os jovens esperam programas diferentes dos que conhecem ou já ouviram falar, na qual tenham a possibilidade de expressar-se, identificar-se, e então conquistar possibilidades diferenciadas.

O Projovem se destacou na fala dos jovens do GNP, como um programa em que eles foram convidados a participar. Segundo relatado, representantes do Projovem foram até a escola, realizaram uma apresentação musical e em seguida o convite para participação. Os jovens, porém, disseram que não aceitaram ao convite do Projovem, pois estavam a desenvolver atividades que os impossibilitava:

- A porque a gente estava fazendo curso. (Ludmila, GNP)

- Eu cuido do meu irmão a tarde, aí não tem como. (Rafaela, GNP)

Um dos jovens do GNP, no entanto, disse que a participação no Projovem faz parte de um de seus planos para o próximo ano:

- Aí o ano que vem eu pretendo. (Richard, GNP)

A não aderência dos jovens do GNP em programas e ações desenvolvidos no município está, segundo eles, relacionado também às responsabilidades que estes já têm em suas famílias:

- É mais por conta das responsabilidades que a gente já tem em casa. (Gabriel, GNP)

- Aí dificulta, por conta das coisas de casa. (Rafaela, GNP)

Esta questão, porém, não deveria ser um impedimento, pois se trata de uma realidade na vida dos jovens pobres, na qual há a necessidade de que os programas se adequem ao jovem real, procurando, de fato, abraçar suas necessidades e desviar de possíveis impedimentos.

A não participação nos programas também é justificada pelos jovens do GNP, devido à questão do trabalho, onde alguns já exercem ou exerceram atividades remuneradas:

- Eu trabalhava ainda, eu saí a semana passada. (Ludmila, GNP)

Os jovens do GNP também relatam que a questão da localização dos programas é um fator que prejudica o acesso:

- Porque aqui é um bairro muito afastado, a maioria das coisas é tudo muito longe, ou você vai de bicicleta ou você tem que ter muito dinheiro pra você ir de ônibus, ou uma carona, ou alguém te levar. (Richard, GNP)

Os jovens expressam o desejo de que existam mais unidades de programas e ações, seja de modo a possibilitar o fácil acesso, seja pela quantidade de vagas, seja pela questão do deslocamento:

- Que tivessem mais unidades dos programas. (Gui, GNP)

Mesmo que esses programas ocorram em locais mais distantes, que eles tivessem reais condições de se deslocar até estes como, por exemplo, o recebimento de transporte gratuito:

- Ou então oferecer um ônibus pra você conseguir ir. (Gabriel, GNP)

Os programas que os jovens participantes da pesquisa conseguiram ter acesso localizam-se fora do bairro em que residem, porém nem sempre foi assim, em outros momentos houve políticas de governo presentes próximo a estes:

- Eu fiz segundo tempo também, mas não tem mais na quadra aqui. (Jovem 6, GP)

- Eu ia te falar uma coisa que eu não falei, eu fiz o projeto, mas faz muito tempo, muito tempo mesmo, chamava segundo tempo, era lá na quadra perto de casa... lá você fazia só esporte... atividade assim sabe? Aí tinha xadrez sabe? Essas coisas...só esporte, era bem legal. (Jovem 9, GP)

Programas com o diferencial de ser oferecido próximo a residência dos jovens, porém, não são mais realizados, inviabilizando assim a participação dos jovens pobres residentes na periferia, ou seja, quando a permanência era

facilitada pela localização próxima a suas residências, este deixa de ser oferecido.

Há, portanto, o desamparo destes jovens pobres e residentes na periferia com relação ao acesso aos programas que viabilizem políticas públicas. Ao não existir no bairro onde os jovens residem, estes podem impossibilitar sua participação, tendo seu direito violado, na medida em que o ECA define que as crianças, adolescentes e jovens têm como direito garantido a definição de que seus atendimentos devem ocorrer próximo ao local de sua moradia, permitindo deste modo que os vínculos familiares e comunitários sejam preservados.

Observa-se que muitos destes jovens acabam por não participar dos programas e ações oferecidos por fatores relacionados à logística, pois ocorrem longe do local onde residem e não têm condições para se deslocar até estes. Em nossa análise, eles não atendem às necessidades dos jovens pobres e periféricos, quebrando um dos princípios fundamentais de políticas públicas, que é o de garantia a todos os jovens, independentemente da localidade onde residam.

O ECA e o Estatuto da Juventude preveem a participação dos jovens na elaboração destas políticas públicas, porém na prática esta ainda não ocorre, encontrando-se os programas disponíveis aquém das expectativas, dos interesses e necessidades dos jovens. Nenhum dos participantes relatou ter, em algum momento, participado da elaboração de qualquer programa.

Na realidade relatada pelos jovens, a participação ativa não aparece. Estes são concebidos como sujeitos passivos, mesmo que este direito esteja garantido no ECA e no Estatuto da Juventude, este ainda não se faz presente na realidade vivida pelos jovens pobres. Há, neste sentido, urgência de uma maior atuação do poder público para que essa realidade seja transformada o quanto antes.

Nas falas dos jovens é possível observar que mesmo que tenham acesso aos programas, a permanência nestes é dificultada. Estes relatam estar insatisfeitos, seja com a estrutura, sua organização, suas normas e sobre o oferecimento da alimentação. Vários jovens disseram ter participado de alguns dos programas apresentados, mas por um curto período, evidenciando que estes têm dificuldade também na permanência.

Observa-se que pouco é oferecido a estes jovens, que veem no acesso ao mercado de trabalho a possibilidade de financiar seus interesses, já que não conseguiriam ter acesso de outra forma.

A questão do acesso ao mercado de trabalho é uma expectativa na vida do jovem, onde a obtenção de uma renda é tida como algo positivo, mesmo que a conquista deste emprego seja feita de forma precária e informal. Muitos dos jovens relatam então a necessidade de qualificação para a inserção no mercado de trabalho atual, que é extremamente competitivo.

Os programas direcionados aos jovens, porém, não deveriam ter como enfoque prioritário somente a formação profissional e o ingresso no mercado de trabalho. No entanto, o problema não é a oferta de tal, mas sim a maneira que ocorre, sem possibilitar o desenvolvimento crítico e reflexivo dos jovens sobre o mundo do trabalho.

Esses programas, porém, estão em consonância com o que é colocado por Misse (2007), que são elaborados com a proposta de facilitar a transição e integração dos jovens ao mundo adulto. Dessa forma, são direcionados principalmente aos jovens que se enquadram no perfil de pobre, integrante de famílias consideradas desestruturadas e morador de periferia.

Mesmo com as dificuldades financeiras relatadas pelos jovens, esses não têm acesso aos programas de transferência de renda que possam auxiliar na garantia de direitos.

Em nenhum dos programas, ao qual os jovens participam, promove-se um papel ativo. De acordo com Oliveira e Tavares (2017), o contexto social, histórico e econômico têm influência direta nas condições de protagonismo dos jovens. Os formuladores de políticas, porém, desconsideram essa realidade:

Um deles é que os formuladores de políticas em geral, não percebem a juventude como ator social independente, com vontade e desejos. Observamos a incapacidade de perceber que a juventude instrumentaliza diferentes linguagens, e assume faces diferentes de acordo com as condições em que vivem e o território onde se encontra. Ao mesmo tempo em que o jovem é visto como o futuro da sociedade, por outro lado, se abandona a concepção do jovem com o agente transformador no presente. (OLIVEIRA; TAVARES, 2017, p.6)

Consideramos importante, portanto, que sejam levadas em consideração no momento de elaboração das políticas públicas as condições de vida dos jovens, principalmente daqueles que se encontram na base da pirâmide social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender através da realização de revisão bibliográfica, aplicação de questionário e de grupos focais o alcance das políticas públicas na população jovem residente na periferia, além de investigar as estratégias, às quais estes recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

Apesar de não ter como pretensão esgotar o tema, ou de apresentar soluções, esse trabalho buscou ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas que são direcionadas à população jovem do país e, em especial, no município estudado.

Através da pesquisa realizada, foi possível constatar que as políticas públicas que visam concretizar o que é estabelecido nas leis de proteção ao jovem, de forma específica as leis estudadas nesse trabalho, o ECA e o Estatuto da juventude ainda não se fazem presentes de forma significativa na vida dos jovens pobres residentes na periferia. Dessa forma, seus direitos acabam sendo negligenciados, evidenciando, portanto, que a garantia de direitos, que está preconizada nas legislações, não é suficiente para assegurá-los às classes menos favorecidas.

Mostramos nesse trabalho que a juventude não é única. Neste sentido, suas várias faces devem ser observadas e atendidas de forma urgente através de políticas públicas que sejam capazes de dar conta de proteger e garantir os direitos das juventudes presentes em nossa sociedade, independentemente da idade, gênero, raça ou classe social.

Os jovens pobres e residentes na periferia evidenciaram demandar atenção especial para suas necessidades. Estes relatam ter muitas expectativas, poucas realizações, mas sobretudo cotidianamente vivenciar diversas dificuldades relacionadas às questões sociais, predominantemente ligadas a baixa renda de suas famílias. A desigualdade social está presente na vida destes que salientam precisar receber um olhar diferenciado do Estado, onde este tem como desafio de contribuir para diminuir as desigualdades ocasionadas pelas questões econômicas oriundas do sistema capitalista.

Os jovens vivenciam uma sociedade marcada pela desigualdade social, onde seus direitos são negligenciados, há, porém, um conformismo e

naturalização com esta. É importante compreender, no entanto, que os jovens não são culpados por serem pobres, por serem negros e morarem na periferia. O que o jovem vive hoje é consequência da forma de organização e funcionamento da sociedade capitalista a qual este pertence, em que somente consegue-se reproduzir o que ela espera deles, corroborada pela omissão do Estado, que historicamente prioriza a negação dos direitos, pois tratar todos os sujeitos com equidade não é interessante para a elite branca e detentora do poder.

Os jovens evidenciam a todo momento a necessidade de políticas públicas, que se configurem conforme estabelecido no ECA e no Estatuto da Juventude, com primazia na elaboração e garantia dos direitos. É necessário ampliar a rede de apoio e promoção aos jovens, sobretudo daqueles em situações de exclusão. Entretanto, essa ainda não é uma realidade na vida dos participantes dessa pesquisa, que, cotidianamente, sofrem com o atual sistema capitalista que é extremamente perverso e que deliberadamente contribui para a exclusão desses sujeitos.

Através dos dados da pesquisa foi possível perceber que os jovens pobres do município não têm acesso às políticas públicas que visem combater a desigualdade, onde os relatos dos participantes evidenciam situações de abandono e violação de direitos. Nesse sentido, é importante destacar que não é interessante para a elite dominante (que não tem como pretensão perder seus privilégios), por ser detentora do poder de definir o que será realizado. Esta acaba por somente reproduzir a desigualdade existente entre os jovens das diferentes camadas da população, como vimos na oferta dos programas, como aqueles subsidiados por dinheiro público, mas desenvolvidos por ONGs.

O Estado, nesse contexto, é então um violador de direitos, na medida em que não assume seu papel de garantir que os direitos dos jovens de fato estejam presentes. Ele acaba por se omitir e se ausentar de suas responsabilidades, transferindo essa responsabilização para a sociedade civil, onde os direitos acabam também se tornando mercantilizados e privatizados.

As políticas públicas, que podem ser operacionalizadas na vida dos sujeitos através de programas, não chegam aos jovens residentes na periferia. Estes relataram não se beneficiar de forma eficaz de políticas públicas que possam contribuir de forma positiva com os problemas relacionados à exclusão

social que vivenciam. Isto comprova que não há políticas públicas disponíveis para estes, mas apenas alguns programas que apenas contribuem para o controle e manutenção da ordem social, que por sua vez são convenientes para que se perpetue um sistema capitalista, ancorado na desigualdade social e que, deliberadamente, exclui a população menos favorecida.

Estes jovens mostram a todo momento que políticas públicas, que visam proteger seus direitos, não fazem parte de suas vidas, tendo esses de procurar alternativas em suas ações para que consigam superar as diversas situações de exclusão que vivenciam. Assim sendo, depositam suas expectativas no ingresso ao mercado de trabalho, que está relacionada ao desejo de interromper a circularidade do ciclo de pobreza vivenciado em sua família.

Os programas que os jovens relataram conhecer, participar ou já ter participado em algum momento de suas vidas não são políticas públicas, comprovando que estas, apesar de sua importância, ainda não existem para os jovens que residem na periferia.

Há, porém, uma transferência de responsabilidade para o jovem enquanto sujeito, que deve se dedicar para que consiga se inserir no mercado de trabalho, onde está presente a concepção de que somente assim conseguirá sair da condição de exclusão social que vive, desconsiderando que a organização estrutural da sociedade não é feita de modo a permitir a inclusão de todos.

Neste sentido, o acesso ao mercado de trabalho é apontado pelos jovens participantes dessa pesquisa como um caminho plausível para enfrentar as situações de exclusão que experienciam. O trabalho é indicado pelos jovens como uma possibilidade não para o futuro, mas sim para o presente, porém essa opção mais reproduz a pobreza e a exclusão, do que favorece condições de ascensão.

Os jovens indicam como seu principal objetivo a inserção no mercado de trabalho, porém, na sociedade marcada pela desigualdade social em que vivem, esses são responsabilizados por resolver a esse problema. Estes relatam enfrentar muitas dificuldades em conseguir um emprego, relacionando essas às poucas oportunidades disponíveis e a não qualificação profissional que detêm.

Isso, porém, pode ser prejudicial ao jovem, na medida em que ingressar no mercado de trabalho pode não ajudar o jovem a atingir as expectativas de melhoria em suas condições de vida, como até mesmo atrapalhar a tal. Visto que

estes ocorrem de forma precária, intermitente, informal e pode, também, provocar o abandono escolar, fazendo com que diversos dos seus direitos sejam violados.

Essa expectativa de ingresso ao mercado de trabalho, de modo que possibilitem superar as situações de exclusão que vivenciam, colocam suas esperanças de um futuro melhor também na escolarização, em que a frequência à escola, além de ajudá-los no ingresso imediato ao mercado de trabalho, pode também auxiliá-los para que consigam se inserir em cursos profissionalizantes e no ensino superior.

A escola que os jovens pobres frequentam, porém, está aquém do que eles esperam destas, onde a escola que gostariam nem sempre corresponde ao real de seu cotidiano. Os jovens apontam que a frequência a esta escola, que não é de qualidade, pode dificultar a concretização de seus objetivos.

A expectativa dos jovens, de conseguir realizar uma formação técnica ou ingressar no ensino superior, está atrelada a uma melhoria nas condições de vida. Entretanto, na situação atual onde estamos vivendo um desmonte da economia com um contingente enorme de fechamento de postos de trabalho, acaba por privar os jovens de conseguir realizar tal expectativa e, conseqüentemente, a culpabilização do sujeito, onde o fracasso é atribuído às suas ações, à sua falta de competência e não ao sistema ao qual pertence. É, portanto, uma população que tem demandado novos enfoques da educação e qualificação profissional que sejam acessíveis aos jovens de famílias pobres.

Os jovens, no entanto, não deveriam ter que colocar toda a sua esperança de uma possível saída da situação de exclusão que vivenciam em uma escolarização de baixa qualidade e ingresso precoce no mercado de trabalho. Poderiam contar com programas significativos em seu cotidiano, que lhes possibilitassem viver sua juventude. Programas, porém, que não estão disponíveis ou não chegam ao conhecimento dos jovens pobres residentes na periferia, pois estes relataram ter pouco ou quase nenhum acesso aos programas realizados no município.

Os programas que os jovens recorrem para que consigam ter uma qualificação profissional são caracterizados por eles como programas precários, que contribuem para o controle e manutenção da ordem social, são de difícil acesso na medida em que se localizam distantes de suas residências, realizam

processos seletivos, baseiam-se na desigualdade social, querem enquadrar os jovens em determinados padrões, possui uma lógica assistencialista e menorista e exigem diversas condicionalidades. São fatores que podem dificultar, impossibilitar o acesso a estes ou até mesmo o abandono.

Ao se confrontar os dados dessa pesquisa, através do levantamento bibliográfico das duas principais legislações direcionadas aos jovens (ECA e Estatuto da Juventude) com os dados recolhidos através dos grupos focais realizados, foi possível perceber que muitas das necessidades apresentadas pelos jovens em seu cotidiano estão previstas nestas leis. Entretanto, não fazem parte das propostas dos programas desenvolvidos no município estudado e que chegam ao conhecimento dos jovens pobres, comprovando o que parece ser um descaso com os jovens de periferia, que não apresentam condições de garantir seus direitos sem a atuação de políticas públicas efetivas.

Há diversas contradições presentes nos programas, que não conseguem alcançar os jovens de periferia, em que estas deixam uma enorme lacuna entre o que se propõe a realizar e as expectativas destes, nem mesmo conseguem viabilizar a inserção social e profissional a que se propõe. Alguns dos programas estudados possuem décadas de história no município, porém não houve avanços na concepção de juventude presente nestes, onde o jovem é concebido como um sujeito passivo em todos os âmbitos. É urgente que as políticas públicas deem condições reais para a emancipação do jovem, incentivando a autonomia e a participação, deixando de ser este um sujeito segregado e confinado em políticas públicas precárias.

Foi possível observar, também, que esta pesquisa, mesmo ao tratar com jovens de periferia de uma determinada escola, estuda uma diversidade de formas de vivenciar a juventude. Os dados apresentados expressam as desigualdades, vulnerabilidades e potencialidades dos jovens, escancarando a necessidade de que o poder público repense os investimentos financeiros direcionado a eles, de modo que contemplem os jovens de periferia.

Há então uma contradição nas políticas públicas, entre o que se propõe a realizar e o que realmente espera que se realize. A relevância do ECA e do Estatuto da Juventude se refere ao reordenamento jurídico e à proteção dos direitos e garantias da juventude, sua defesa no sentido de torná-los realidade na vida dos jovens é uma necessidade. Assim sendo, evitaria que estes

continuem a sofrer com práticas minoristas que fazem parte do cotidiano dos programas que operacionalizam as políticas públicas que estão preconizadas nessas leis.

Essa pesquisa reforça a necessidade de que ocorra um maior investimento e, também, maior clareza no momento de elaboração de políticas públicas sobre as demandas da população jovem. É imperativo que o Estado tenha compromisso com sua responsabilidade na garantia dos direitos dos jovens, considerando que a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é uma realidade no país e que alguns jovens têm tudo e outros jovens são desprovidos desses direitos.

Essa pesquisa evidenciou que o poder público atualmente não se coloca na vida dos jovens pobres como deveria, sendo ineficaz e ausente. Há a necessidade de políticas públicas que sejam elaboradas com objetivos claros e que estejam em consonância com os direitos que devem ser assegurados aos jovens, propiciando o aprofundamento democrático e cidadão destes que se configuram como sujeitos de direitos. É necessário que estes sejam colocados no centro das análises e das ações, proporcionando assim práticas de emancipação do sujeito que lhes dê condições de autonomia e participação, ultrapassando assim a lógica de política pública enquanto local de confinamento e segregação dos jovens.

Fechamos essa análise, indicando que mesmo com todo o avanço trazido pelo ECA e pelo Estatuto da Juventude, os jovens de periferia ainda vivenciam dificuldades em ter garantidos diversos direitos conquistados legalmente. Há muito que ser feito por, para e com estes jovens, que se encontram espalhados na periferia e desamparados pelas políticas públicas e pelo poder público. É necessário construir programas que considerem as necessidades e interesses dos jovens, elaborados com eles e que visem mudança no presente e não como promessa de futuro, criando assim novos caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, G. M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.116, p. 1-26, jul., 2002.

ABRAMOVICH, V. Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: instrumentos e aliados. **Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 188-223, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100009>.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452005000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 Jul. 2020.

ADAM, J. M.; FONSECA, D. C. Juventude, educação, violência e perspectivas de futuro. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 40, n. 110, p. 1-3, Mar. 2020.

<https://doi.org/10.1590/cc220034>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622020000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 jul. 2020.

ANDRADE, E. R.; NETO, M. F. Juventude e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. *In*: M. ABRAMOVAY, E. R. ANDRADE, & L. C. G. ESTEVES. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, p. 57-80, 2009. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

ASSUNÇÃO, G. R. **A (des) proteção social da juventude**: uma análise à luz da avaliação do Projovem urbano segundo seus/as usuários/as no município de João Pessoa/PB. 2010. 226 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7199/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

ASSUNÇÃO, G. R. da; ALMEIDA, B. de L. F. de. A (des) proteção social da juventude: uma análise à luz da avaliação dos atuais Programas Sociais destinados ao segmento juvenil no município de João Pessoa/PB. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luiz. [Resumos] São Luiz: UFMA, 2009. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/3.%20Desigualdades%20Sociais%20e%20Pobreza/A%20_DES_%20PROTE%3%87%C3%83O%20SOCIAL%20DA%20JUVENTUDE.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, 2002.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/>

Pol%C3%ADtica_social/Pn02DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=fro
ntcover. Acesso em: 09 fev.: 2020.

BEHRING, E. R. **Fundamentos da política social**. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. [S.]: OPAS/ABEPSS, 2006. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. **Juventude Negra e Exclusão Radical**. IPEA. Políticas sociais – acompanhamento e análise. ago. 2005. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO4_Maria11.pdf . Acesso em: 09 Dez. 2020.

BERNI, V.L., ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v.26, n.1, 126-136, 2014.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf, Acesso em: 23 mar. 2020.

BORGES, R. C. P.; COUTINHO, M. C. Trajetórias juvenis: significando projetos de vida a partir do primeiro emprego. **Revista Brasileira de orientação profissional**, São Paulo , v. 11, n. 2, p. 189-200, dez. 2010 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020.

BOSCHETTI, I. Os custos da crise para a política social. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (org.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes.2001.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 07 mar. 2019.

BRASIL. **Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 07 mar. 2019.

CARA D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. *In*: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, p. 171-196.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. **Desigualdades e a questão social**. São Paulo, EDUC, 1997.

CASTEL, R. **Lastrampas de La exclusión: trabajo y utilidad social**. Buenos Aires: Topia, 2004.

CASTRO, M.G. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. *In*: GALEAZZI, I. M. S. (org). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, 2001.

CASTRO, M.;ABRAMOVAY, M. Para um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo v. 19, n.2, p. 19-46, 2002. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/311/pdf_292 acesso em: 26 ago. 2016.

CASTRO, M. G. Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CASTRO, E. G. de; MACEDO, S. C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1214-1238, Jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000201214&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. *In*: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. Atílio Silva (org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.19-37.

COSTA, A. B. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradiva. 1998.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24. p. 40-52, 2003.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. 2003. Disponível em: http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/JOVENS%20BRASIL%20MEXICO.pdf. Acesso em: 05 out. 2013.

DEUS, A.Z. de. **Herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade**. 2008. 295 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia) - Universidade Federal do Pará, [S. l.], 2008.

DIGIÁCOMO, M. J. **Diretrizes para a Política Destinada ao Atendimento de Crianças e Adolescentes.** Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-308.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

DIÓGENES, G. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. *In: FILHO, M.; NOBRE, T. (org.) Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa.* Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFS, 2009.

ESTEVES, L. C. G; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.R; ESTEVES, L. C. G. (org.) Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007, p. 19-54. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Juventude_juventudes.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.

FARIA, R. M. de. **Habitus, expectativas e estratégias de formação e trabalho de alunos de escolas urbana e rural do Ensino Médio.** 2011. 204 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2575/3475.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2020.

FIGUEIREDO, E. F. de; PAZ, W. K. da. Os direitos dos jovens no Estatuto da Juventude à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Brasília-DF, v. 2, n. 1, p. 188-206, Jan/Jun. 2016.

FONSECA, D. C. **Os profissionais da estratégia de saúde da família (esf) e a construção de sentidos sobre adolescência.** Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**; v.21, n.3, p. 313-323, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a04v21n3.pdf> Acesso em: 10, jan. 2017.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 12 out. 2019.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. F. R. Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis. **Estudos de Psicologia**, Campinas, set-dez, p.381-387, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTI, E.D. Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019207906>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100803&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2020.

GOETHEL, E. S. Q. **A ação dos atores jurídico-sociais em processos judiciais de estudantes**. 2016. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

GONÇALVES, H. S; COUTINHO, L. G. Juventude e família: expectativas, ideais e suas repercussões sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.8, n3, p.597-611, 2008.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano 21, n.55, p.30-41, 2001.

IBGE. **Censo 2010**: Brasil. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/dados/index.php?uf=33. Acesso em: 23 nov. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Brasil, 2019 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em 15 jan 2021.

IERVOLINO, S.A.; PECILIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo**, jun, p.115-121, 2001.

INEP. **Censo Escolar**: notas estatísticas 2018, [S. l.], 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez., 2012.

JODELET, D. Os Processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.), **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, p.90 – 113, 2004.

KAFROUNI, R. **A dimensão subjetiva da vivência de jovens em um programa social**: contribuições à análise de políticas públicas para a juventude. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

KEHL, M.R. A juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, R.; VANNCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 89-114, 2004.

KLIKSBERG, B. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 909-942, out. 2006.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LEON, A.L.P. de. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. *In*: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R., ESTEVES, L. G. (org.) **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Ministério da Educação, 2009. p. 268-320.

LESBAUPIN, I. **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciências saúde coletiva**, v. 20, n.11, p. 3533-3546. 2015. <https://doi.org/10.1590/1413812320152011.16822014>.

LOPES, J. R. Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n.2, p. 13-24, maio/ago, 2006.

LOPES, R.; SILVA, C.; MALFITANO, A. P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 23, p. 114-130, 2006.

MARES, R. M. A produção social dos espaços de lazer: o caso de Vitória da Conquista, Bahia-Brasil. **Formação**, São Paulo, v. 1, n. 24, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/4664/3795>. Acesso em: 19 maio 2020.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, E. Família em situação de risco e rede social de apoio: um estudo em comunidade de periferia metropolitana. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v.4, n.10, p. 60-71, 2011.

MEDEIROS, A. Estatuto da Juventude: mais direitos para a juventude que transforma o Brasil. **Formação**. São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://m.sabedoriapolitica.com.br/products/estatuto-da-juventude/>. Acesso em: 19 maio 2020.

MEDEIROS, M.; GALVAO, J. de C. Educação e Rendimentos dos Ricos no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 357-383, jun. 2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/00115258201680>.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000200357&lng=en&nrm=isoAcesso em: 30 Set. 2020.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, M. C. K. **Processos educativos e emancipação**: a visão dos educadores sociais sobre sua prática. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2015.

MISSE, M. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. *In*: PAIVA, V.; SENTO-SÉ, J. T. (org.) **Juventude em Conflito com a Lei**. Rio de Janeiro: Garamond, p.191-200, 2007.

MONTEIRO, R. P.; VALE, Z. M. C. O jovem e a primeira experiência de trabalho. **Revista brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v.19, n.2, p. 113-124, 2011.

MOREIRA, A. **O ECA e a concretização dos direitos de crianças e adolescentes: há de se ter pressa**. 2016. 308 p. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016.

MOTTA, P. R.; SCHMITT, V. G. H. Transformação individual, ascensão social e êxito profissional. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 451-461, junho de 2017. <https://doi.org/10.1590/0034-76122017-0095>.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000300451&lng=en&nrm=iso. Acesso em:30 set. 2020.

OLIVEIRA, H. C. de F.; FRIGOTTO, G. O trabalho como direito e como dever no brasil capitalista. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 145-160, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8593/6107>. Acesso em: 21 out 2019.

OLIVEIRA, S. K. R. de; TAVARES, A. M. B. do N. Juventude e políticas públicas: o desafio do mundo do trabalho no programa Projovem adolescente. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 4., Natal, 2017. **A produção do conhecimento em educação profissional**. Natal: IFRN, 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A39.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In*: CONTINI, M. L. J. (coord); KOLLER, S. H. (org.), **Adolescência e psicologia: concepções práticas e concepções críticas**. Rio De Janeiro. Conselho regional de Psicologia, p. 16-24, 2002.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Portugal, v. XXV p. 139-165, 1990.

PEDROSO, M. C. **Juventude e Políticas Públicas: uma análise das ações e programas destinados aos jovens da periferia urbana da cidade de Rio Claro**. 2014. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

PELEGRINA, M. A.; GIROTTO, E. D. **Da lei ao direito: processos, políticas e instrumentos na construção do direito à cidade**. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/22488262/Da_lei_ao_direito_processos_pol%C3%A9ticas_e_instrumentos_na_constru%C3%A7%C3%A3o_do_direito_%C3%A0_cidade. Acesso em: 17 nov. 2020.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *In*: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, 1997.

PEREIRA, T. da S. Após nove anos, Estatuto da Juventude é sancionado. **Notícias**, Instituto Brasileiro de Direito da família, 7 ago. 2013. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5102/Ap%C3%B3s+nove+anos,+Estatuto+da+Juventude+%C3%A9+sancionado>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. *In*: BOSCHETTI, I.; *et al.* (org). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

PEREIRA, P. A. P.; STEIN, R. H. **Política social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina**. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8_g/pdf/piana-9788579830389.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

PROJOVEM. **Projovem Adolescente**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>, Acesso em: 10 out. 2013.

RIBEIRO, M. A. Juventude e trabalho: Construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.63, p. 1-104, 2011.

RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Notas sobre dez anos de Políticas Públicas de Juventude no Brasil (2005-2015): ciclo, agendas e riscos. **Revista de Ciências**

Sociales. Jovenes y políticas públicas em América Latina. Uruguai, v. 31, n.42. p. 107-126, Enero-junio de 2018.

RIVA, L. C. **Estatuto da Juventude e a Garantia dos Direitos Fundamentais**, 2016. Disponível em:
http://www.lex.com.br/doutrina_24801997_ESTATUTO_DA_JUVENTUDE_E_A_GARAN_TIA_DOS_DIREITOS_FUNDAMENTAIS.aspx. Acesso em: 22 jan. 2016.

ROBINSON, H. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2. ed. Brasília: UNVPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2010. Disponível em:
http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_pop_jovem.pdf Acesso em: 10 jan. 2017.

ROCHA, W. S. Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão. *In*: MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In*: **CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília: [s.n.], 1998.

RUSSO, G. H. A. Para não jogar as crianças no rio... O desafio da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. *In*: COELHO, M. I. S.; SOUZA, C. S.; SILVA, H. T. de L.; COSTAL VILSEMÁCIA, A. (org.) **Serviço Social e Criança e Adolescente: a produção do conhecimento na FASSO/UERN (1990/2011)**. Mossoró: UERN, 2012, p. 63-85. Disponível em:
http://www.uern.br/controladepaginas/edicoesuern-ebooks/arquivos/1205servico_social_e_crianca_e_adolescente.pdf. Acesso em: 07 mar. 2019.

SALLES, L. M. F. **Adolescência, escola e cotidiano: um discurso contrastante entre o genérico e o particular**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.22, n.1, p. 33-41, 2005.

SALLES, L. M. F. **Uma reflexão a respeito de jovens, escola e violência**. 2009. Tese (Livre-Docência) -Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M.A. P. Juventude e Inserção Social: um estudo com jovens da periferia urbana. *In*: 16º ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 16, 2011, Recife, PE. **Textos completos: Psicologia social e seus movimentos: Recife, Pernambuco, 2011.** p. 1-8.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A. P.; FONSECA, D. C. Violência e inserção social do jovem de periferia urbana. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.16, n.3, p. 58-68., set.-dez. 2014.

SANTOS, B. de S. Poderá o direito ser emancipatório?**Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v.62, p.3-76, 2003.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, S. M. de M. dos. Crítica à noção de igualdade de oportunidade e seus limites como estratégia dos sujeitos coletivos para conquista dos direitos. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. 3., São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. [Anais]. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/514502330cf28f228a85Silvana_Mara.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

SAWAIA, B. **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SENAI. Proposta pedagógica – Rio Claro: Senai, 2013.

SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, R. S. da; SILVA, V. R. da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020.

SOUZA, D. Entrevista: **O Marco Legal da Juventude**. Website Esticadores de Horizontes. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/estatuto-da-juventude/> Acesso em: 02 dez. 2016.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n. 4, , out-dez. 2006.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. *In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (org.). Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, dez, 2003.

SPOSITO, M. P.; TARABOLA, F. de S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, 2017. Epub 09-Out-2017. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782017227146>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400201&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2020.

TAKEUTI, N. M. Paradoxos sociais e juventude contemporânea. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 17, n.3, p. 427-434, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/11.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

TOSI, G. **Direitos humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária – Universidade Federal da Paraíba, 2005.

UDAM. **Sobre a UDAM**. 2021. Disponível em: <https://udam.org.br/about-us/>. Acesso em: 9 jan. 2021.

VALE, F. F. do. **Juventude, mídias sonoras e cotidiano escolar: um estudo em escolas de periferia**. 2010. 170 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010.

VARGAS GIL SOUZA, C. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Ultima década**, Santiago, v. 12, n. 20, p. 47-69, jun. 2004. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362004000100003>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

VERÁS, M. B. P. Exclusão social: um problema de 500 anos. *In*: SAWAIA, B. B. (org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, A. B. *et al.* Exclusão social: a formação de um conceito. *In*: MELAZZO, E. S. e GUIMARÃES, R. B. (org.) **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

YOUNG, J. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Ed Revan, 2002.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.35, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9pmg38GvpJHVkywqKFrY8k/?lang=pt>. Acesso em: 20/02/2021

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

QUESTIONÁRIO

Nome: _____

Idade: _____ Série: _____

Sexo: ()Feminino ()Masculino Religião: _____

Raça: ()Branco, ()Preto () Pardo ()Amarelo () Indígena

Você trabalha? ()Sim. Em que você trabalha? _____
()Não

Você já trabalhou anteriormente? ()Sim. Em que você trabalhou? _____
()Não

Se você trabalha ou já trabalhou, quantas horas por dia? _____

Qual a sua renda mensal?

Cite todas as pessoas que moram com você, o grau de parentesco e idade:

Quem colabora com o sustento da casa? Trabalha em que função?

Qual a renda familiar?

Gostaria de participar de um grupo de discussão sobre questões relacionadas à juventude?

() Sim () Não

PROGRAMAS	CONHECE?	PARTICIPA OU PARTICIPOU?
Guarda Mirim	() Sim () Não	() Sim () Não
Núcleo Arte Vida	() Sim () Não	() Sim () Não
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizado Industrial	() Sim () Não	() Sim () Não
Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva	() Sim () Não	() Sim () Não
UDAM – União de Amigos	() Sim () Não	() Sim () Não
Projeto Guri	() Sim () Não	() Sim () Não
Projeto Segundo tempo	() Sim () Não	() Sim () Não
Projovem	() Sim () Não	() Sim () Não
Aldeias Infantis SOS	() Sim () Não	() Sim () Não
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social	() Sim () Não	() Sim () Não
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	() Sim () Não	() Sim () Não
Comunidade Terapêutica Peniel	() Sim () Não	() Sim () Não
CHI- Centro de Habilitação Infantil “Princesa Victória”	() Sim () Não	() Sim () Não
ADERC- Associação dos deficientes de Rio Claro	() Sim () Não	() Sim () Não
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Especiais	() Sim () Não	() Sim () Não
Projeto Crescer no Esporte	() Sim () Não	() Sim () Não
Centro Social Esportivo Claretiano Terra Nova	() Sim () Não	() Sim () Não
ADRA – Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira	() Sim () Não	() Sim () Não
Oficina de Aprendizagem - Sociedade Beneficente São João da Escócia (Casa das Crianças)	() Sim () Não	() Sim () Não
Associação Betesda Assistencial – ABA – Projeto Samuel	() Sim () Não	() Sim () Não
Associação Lute pela Vida – Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC)	() Sim () Não	() Sim () Não
Instituto Allan Kardec	() Sim () Não	() Sim () Não
Ação Jovem	() Sim () Não	() Sim () Não
Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	() Sim () Não	() Sim () Não

Conhece ou participa de algum outro programa não listado acima? Qual?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Convido seu filho(a) a participar de pesquisa denominada: “JUVENTUDE E EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM JOVENS DA PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE RIO CLARO”, explicado a seguir.

Esta pesquisa será desenvolvida por Michele Cristina Pedroso Cecarelli (pesquisadora responsável) RG 46303577-X aluna do curso de Doutorado em Educação na Unesp de Rio Claro. A pesquisa será registrada através de Tese de doutorado, orientada pela Professora Doutora Leila Maria Ferreira Salles.

O objetivo da pesquisa é compreender o alcance das políticas públicas na parcela empobrecida da população jovem e as estratégias, às quais os jovens recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

Caso concorde seu filho(a) será convidado a participar de entrevista semiestruturada realizada em grupos de até dez pessoas e que serão, se todos os participantes permitirem, gravadas na forma de áudio; caso algum participante não concorde com a gravação, o entrevistador fará registros escritos sobre as questões colocadas.

Os benefícios da pesquisa consistem na contribuição do estudo para a compreensão do alcance das políticas públicas na parcela empobrecida da população jovem e as estratégias, às quais os jovens recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem, possibilitando as escolas conhecer melhor os jovens que a frequentam.

A participação em grupo focal de entrevista pode gerar riscos, tais como responder a questões sensíveis, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, constrangimentos, desconfortos, timidez e sentimento de medo. Para minimizar esses riscos a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto; agendará previamente a coleta de dados; buscará um local privado e sem interferência de terceiros para a realização da coleta; permitirá que o participante tenha acesso às perguntas antes do momento da entrevista, caso seja de sua vontade; esclarecerá possíveis dúvidas do participante sobre sua participação e uso de suas respostas/opiniões/considerações, para fins de pesquisa; remarcará a coleta, caso solicitado pelo participante; aceitará a solicitação de interrupção da gravação da entrevista em áudio, pelo participante ou providenciará tal interrupção, caso observe alterações de humor ou saúde que coloquem o participante em risco durante a coleta de dados; realizará registro escrito/anotações como forma de registro dos dados, caso o participante tenha restrições à captura de áudio e assegurará a confidencialidade e a privacidade dos participantes, podendo também o participante solicitar interrupção da participação, no momento que desejar.

Espera-se que a partir destas entrevistas e da análise dos dados obtidos que efetive-se uma pesquisa de qualidade que possa contribuir com informações e análises relevantes para todas as pessoas que vivem esta realidade: os próprios adolescentes, suas famílias, a escola e toda a sociedade.

É assegurado aos participantes da pesquisa: esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa; liberdade do participante em recusar a participar

ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e garantia do sigilo que assegure a privacidade dos participantes, quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Os participantes da pesquisa não terão nenhum tipo de despesa, bem como, não serão remunerados para participar da mesma. A participação é portanto voluntária.

Se o Sr, (a) se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o Sr.(a) e outra com o pesquisador (a).

Rio Claro, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador Responsável

DADOS DA PESQUISA CIENTÍFICA:

Título do Projeto: JUVENTUDE E EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM JOVENS DA PERIFERIA URBANA

Pesquisador Responsável: Michele Cristina Pedroso Cecarelli

Cargo/função: Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Doutorado.

RG:46303577-X

Instituição: UNESP – Rio Claro

Endereço: Avenida 24 - A, nº 1515, Bairro: Bela Vista, Rio Claro – SP. CEP: 13506-900

Dados para Contato: e-mail: mi_2u@yahoo.com.br

Orientadora: Leila Maria Ferreira Salles

Instituição: UNESP – Rio Claro

Endereço: Avenida 24 - A, nº 1515, Bairro: Bela Vista, Rio claro – SP. CEP: 13506-900

Dados para Contato: fone (19) 3526-4261 e-mail: leila@rc.unesp.br

PARTICIPANTE DA PESQUISA:

NOME: _____ RG: _____

SEXO: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____

TELEFONE: _____

REPRESENTANTE LEGAL

NOME: _____ RG: _____

SEXO: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____

ENDEREÇO:

CEP: _____

TELEFONE: _____

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 35269678

Número do parecer: 3.011.242

APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TALE)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Convido você a participar da pesquisa de Doutorado denominada: “JUVENTUDE E EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM JOVENS DA PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE RIO CLARO”, desenvolvida por Michele Cristina Pedroso Cecarelli (pesquisadora responsável) RG 46303577-X aluna do curso de Doutorado em Educação na Unesp de Rio Claro. A pesquisa será registrada através de Tese de doutorado, orientada pela Professora Doutora Leila Maria Ferreira Salles.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o alcance das políticas públicas na parcela empobrecida da população jovem e as estratégias, às quais os jovens recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem.

Caso concorde, será convidado a participar de entrevista realizada em grupos de até dez pessoas e que serão, se todos os participantes permitirem, gravadas na forma de áudio, onde conversaremos sobre seu cotidiano, como são as atividades oferecidas em sua comunidade, de quais atividades participa e como é o seu dia-a-dia. Caso algum participante não concorde com a gravação o entrevistador fará registros escritos sobre as questões colocadas.

Os benefícios da pesquisa consistem na contribuição do estudo para a compreensão do alcance das políticas públicas e as estratégias, às quais os jovens recorrem para enfrentar as situações de exclusão em que vivem, possibilitando as escolas conhecer melhor os jovens que a frequentam.

A participação em grupo focal de entrevista pode gerar riscos, tais como responder a questões sensíveis, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, constrangimentos, desconfortos, timidez e sentimento de medo. Para minimizar esses riscos a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto; agendará previamente a coleta de dados; buscará um local privado e sem interferência de terceiros para a realização da coleta; permitirá que o participante tenha acesso às perguntas antes do momento da entrevista, caso seja de sua vontade; esclarecerá possíveis dúvidas do participante sobre sua participação e uso de suas respostas/opiniões/considerações, para fins de pesquisa; remarcará a coleta, caso solicitado pelo participante; aceitará a solicitação de interrupção da gravação da entrevista em áudio, pelo participante ou providenciará tal interrupção, caso observe alterações de humor ou saúde que coloquem o participante em risco durante a coleta de dados; realizará registro escrito/anotações como forma de registro dos dados, caso o participante tenha restrições à captura de áudio e assegurará a confidencialidade e a privacidade dos participantes, podendo também o participante solicitar interrupção da participação, no momento que desejar.

É assegurado a você: esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa; liberdade em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; e garantia do sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Você não terá nenhum tipo de despesa, bem como, não receberá remuneração para participar da pesquisa. A participação é portanto voluntária.

Se você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o pesquisador (a).

Rio Claro, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

DADOS DA PESQUISA CIENTÍFICA:

Título do Projeto: JUVENTUDE E EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM JOVENS DA PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE RIO CLARO

Pesquisador Responsável: Michele Cristina Pedroso Cecarelli

Cargo/função: Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Doutorado.

RG:46303577-X

Instituição: UNESP – Rio Claro

Endereço: Avenida 24 - A, nº 1515, Bairro: Bela Vista, Rio claro – SP. CEP: 13506-900

Dados para Contato: e-mail: mi_2u@yahoo.com.br

Orientadora: Leila Maria Ferreira Salles

Instituição: UNESP – Rio Claro

Endereço: Avenida 24 - A, nº 1515, Bairro: Bela Vista, Rio claro – SP. CEP: 13506-900

Dados para Contato: fone (19) 3526-4261 e-mail: leila@rc.unesp.br

PARTICIPANTE DA PESQUISA

NOME: _____ RG: _____

SEXO: _____ DATA DE NASCIMENTO: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____

TELEFONE: _____

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 35269678

Número do parecer: 3.011.242

APÊNDICE D - ROTEIRO UTILIZADO NOS GRUPOS FOCAIS

Sobre a sua trajetória de vida

- Você acha que atingiu tudo o que quis na sua vida até agora?
- Que coisas você atingiu?
- O que facilitou conseguir essas coisas?
- O que você acharia importante ter acesso na sua vida?
- O que ainda não alcançou?
- Por que você acha que não alcançou?
- Você acha que tem algumas coisas mais difíceis de serem alcançadas?
- O que tem sido mais difícil na sua vida de conseguir?
- Ao que não tem acesso e por quê? Quais as dificuldades?
- Como você tenta resolver as dificuldades que aparecem na sua vida? (saúde, financeiras, relacionamentos, lazer, etc)
- A quem você recorre para resolver as situações com que se depara na sua vida?
- Quem tem te ajudado a conseguir o que quer?
- Você participa de alguma instituição religiosa (igrejas)?
- Quais atividades pratica na igreja? Ela tem te oferecido apoio? No quê? Como? De que jeito?

Sobre a escola

- Qual a importância da escola e dos estudos na sua vida?
- No que ela tem facilitado para conseguir o que quer?
- Como ela pode te ajudar a realizar seus projetos de vida?
- No que a escola não tem contribuído?

Sobre trabalho e subsistência

- Quando você precisa de dinheiro como você faz?
- Como você se vira financeiramente?
- Como você consegue dinheiro?
- Quem te ajuda?
- Você tem interesse em trabalhar? Por quê? Em quê?

- O que acha que é importante para conseguir um trabalho ou uma atividade de trabalho?
- Como surgiu ou surge a oportunidade de trabalhar?
- O que você faz para buscar sua inserção no mercado de trabalho?
- A quem recorre?
- Quais são as dificuldades que encontra para trabalhar?
- Quais são as atividades de trabalho mais fácil de um jovem como você conseguir?
- Quais são as maiores dificuldades?
- O que atrapalha você a trabalhar?
- Como pensa em resolver essas dificuldades para ter um emprego?
- Você já realizou algum curso de formação profissional? Qual? Onde?
- Vocês já foram convidados a participar de algum curso de formação profissional? Quem convidou? Onde?
- Já fez algum curso ou oficina para buscar um emprego? Por que este curso? Onde fez? Quanto tempo? No que ajudou?

Sobre políticas públicas

- Quais os serviços públicos que você utiliza? Por quê?
- Você ou sua família ou as pessoas que moram com você recebe alguma ajuda do governo? Qual? Como?

Na área de saúde

- Qual serviço você procura para cuidar da saúde?
- Você utiliza o serviço público de saúde?
- Você tem algum problema de saúde?
- Consegue ser atendido?

Na área de lazer e cultural

- O que você faz como atividade de lazer?
- Quais são os espaços públicos que gosta de frequentar?
- Você frequenta lugares públicos para prática de atividades de lazer?
- Você frequenta locais públicos para práticas de esportes?
- Você pratica ou já praticou algum esporte?

- Você frequenta lugares pagos para atividades esportivas (exemplo: clubes)?
- Como você aprendeu este esporte?
- Você já teve aulas sobre algum esporte? Em que local? Quem deu a aula? Quanto tempo? Porque parou?
- Você toca um instrumento musical? Teve aulas? Onde? Como? Quanto tempo? Porque parou?
- Você já fez teatro? Onde? Como? Quanto tempo?
- Você frequenta espetáculos públicos? Exemplo: teatros

Na área de benefícios sociais

- Recebe cesta básica? De quem?
- Recebe ou já recebeu subsídio para moradia como minha casa minha vida?
- Você ou sua família já receberam bolsa do governo? Quando? Como? Por quanto tempo?

Sobre programas voltados aos jovens:


Vamos conversar sobre alguns programas voltados aos jovens: vou falar alguns mas vocês podem lembrar de outros:

Guarda Mirim, Núcleo Artevida, Centro Público de Qualificação Profissional, Inclusão Digital e Produtiva, SENAI, UDAM, Projeto "Guri", Segundo Tempo, Projovem Adolescente...

- Você participa de um destes projetos ou mais de um?
- Por que você participa de um destes programas?
- Como ficou sabendo deles?
- O que ou quem levou você a frequentar as instituições citadas acima?
- O que se lembra de lá? Quanto tempo participou e por que parou?
- O que você pensa sobre os programas?
- No que esses programas contribuem na sua vida?
- De todos eles qual mais contribuiu positivamente em sua vida? Por quê?
- No que eles não ajudaram? Os limites desses programas?
- Por que você nunca buscou participar desses programas?

- Já ouviu falar sobre o CAPS, CREAS e o CRAS? O que foi falado?
- Você conhece alguns dos serviços oferecidos pelo CAPS?
- Você conhece ou já participou do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS I)? Por quê? Como? Por quanto tempo? Como você chegou a ele?
- Você conhece alguns dos serviços oferecidos pelo CRAS?
- Você é cadastrado no CRAS? Por que realizou o cadastro no CRAS? Por quanto tempo? Como você chegou a ele?
- Você conhece o CREAS? Como conheceu?
- O que ou quem levou você a frequentar as instituições citadas acima?
- Você se lembra de algum serviço pelo qual ou de algum profissional que lhe atendeu sobre o qual não falamos ainda? Qual? Como? O que faz?
- O que você acha que deveria ser oferecido aos jovens?

ANEXO A - APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNESP/RIO CLARO COM PARECER Nº 3.011.242

 **Esqueceu a senha?** **Cadastre-se** **LOGIN** **v3.2**

mi_2u@yahoo.com.br

CONFIRMAR APROVAÇÃO PELO CAAE OU PARECER

Informe o número do CAAE ou do Parecer:

Esta consulta retorna somente pareceres aprovados. Caso não apresente nenhum resultado, o número do parecer informado não é válido ou não corresponde a um parecer aprovado.

DETALHAMENTO

Título do Projeto de Pesquisa:
JUVENTUDE E EXCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM JOVENS DA PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE RIO CLARO

Número do CAAE: **Número do Parecer:**

Quem Assinou o Parecer: **Pesquisador Responsável:**

Data Início do Cronograma: **Contato Público:**

Data Fim do Cronograma: